DEMOCRACIA VIVA

NOV 2000 / FEV 2001

Entrevista MV Bill, o rapper da Cidade de Deus

Matadores na Baixada José Cláudio Souza Alves

> Primeiro emprego Marcio Pochmann

Corrupção e política Marcos Otavio Bezerra





EDITORIAL

Cândido Grzybowski Sociólogo, diretor do Ibase

ias vão passando e 2000 se aproxima do fim. Muita insatisfação não só no Brasil. Aumentam os protestos: a irrupção de Seattle, no final de 1999, quando da conferência da OMC – Organização Mundial do Comércio –, foi se alastrando como um estopim de pólvora. Em Praga, na reunião de duas instituições que parecem encarnar a globalização, o Banco Mundial e o FMI, as ruas abrigaram muitos protestos de uma sociedade civil que também se globaliza. A tensão subiu muito no Oriente Médio, com palestinos e israelenses tendo nas mãos o dever de decidir se finalmente o novo século vai permitir a convivência e a tolerância entre povos e religiões.

É urgente encarar os problemas e definir uma nova agenda. Não basta agora os donos do mundo reconhecerem que a condenação à pobreza de mais de 1/3 da humanidade e o alargamento das desigualdades sociais são, de fato, um problema. O que precisamos é de radical mudança de estratégias. O mundo caminha para o desastre regido pelo dogma liberal do livre mercado, que reduz a esfera de atuação dos Estados e deslegitima a negociação e concertação. Só estão ganhando as grandes corporações em negociatas que já superam a casa da centena de bilhões de dólares, maior que o PIB de mais de 80% dos países do planeta.

Precisamos não perder a esperança, afirmar em alto e bom som, gritar, encher as ruas, as casas, os palácios e as Bolsas de Valores que um outro mundo é necessário e possível. Iniciativas como a do Fórum Social Mundial, a realizar-se em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, são extremamente oportunas. O Ibase sente que está cumprindo sua missão institucional ao envolver-se profundamente em sua organização com parceiros e movimentos do mundo todo.

Democracia Viva está na mesma onda. Seu grande objetivo é fazer emergir idéias e fortalecer um movimento de opinião construtivo de um mundo radicalmente democrático, afirmativo dos direitos humanos, fundado na participação cidadã, na solidariedade e na sustentabilidade. Para isso, a revista abre-se inteiramente aos temas quentes da conjuntura, trazendo-os para o debate. É assim que chegamos ao MV Bill, poeta negro que, junto com outros jovens, é a expressão de um movimento político-cultural novo, de protesto e de vida nas difíceis condições dos que sofrem nas cidades. A revista incursiona por temas como violência, corrupção e sua institucionalidade perigosa na política. Mas vamos além abordando o drama dos jovens em busca de emprego, os estreitos limites da parceria na ação participativa local, os pequenos indícios de mudança na gestão empresarial revelada pelos balanços sociais. E damos atenção ao grafite, arte com a qual convivemos no cotidiano.

São fragmentos da realidade. De tijolo em tijolo é possível ir construindo algo. O importante é não perder de vista o projeto. Para a *Democracia Viva* trata-se de praticar a liberdade de pensar e propor um desenvolvimento humano democrático e sustentável.

SUMÁRIO



ENTREVISTA MV Bill



CULTURA A arte do grafite

- 3 ARTIGO O primeiro emprego a gente nunca esquece Marcio Pochmann
- 10 ARTIGO O som dos mano, a dança das mina DJ TR
- 14 VARIEDADES
- 16 ENTREVISTA MV Bill
- 26 CRÔNICA Alcione Araúio
- 28 INTERNACIONAL Trilhos urbanos
- 36 PELO MUNDO
- 38 DEBATE
 Unificação das polícias
 Luís Antônio Francisco de Souza
 Luiz Flávio Gomes
- 46 NACIONAL Limites entre corrupção e política Marcos Otavio Bezerra
- 54 RESENHAS
- 58 OPINIÃO IBASE
 Parceria, compromisso e risco
 Carlos Frederico B. Loureiro
 João Roberto Lopes
 Nahyda Von der Weid
- 64 CULTURA
 A arte do grafite
 Orlando Mollica
- 70 ESPAÇO ABERTO Quando os matadores chegam ao poder José Cláudio Souza Alves
- 74 INDICADORES
 O que revelam os balanços sociais
 João A. Sucupira
- 80 ÚLTIMA PÁGINA Nani

Base 1

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar – Centro CEP 20148-900 Rio de Janeiro/RJ Tel.: +(21) 509-0660 Fax: +(21) 852-6028

Fax: +(21) 852-6028 E-mail: ibase@ibase.br Web site: www.ibase.br

Conselho Curador

Regina Novaes – Presidente João Guerra – Vice-Presidente Nadia Rebouças – Primeiro Secretário Moacir Palmeira – Segundo Secretário Jane Souto de Oliveira – Terceiro Secretário

Diretor-Geral
Cândido Grzybowski

Diretor de Finanças e Administração Jaime Patalano

Coordenadores

Erica Rodrigues – Administração e Finanças
Maria Nakano – Comunicação
Iracema Dantas – Comunicação (interina)
Moema Miranda – Participação e Desenvolvimento
Local Sustentável
Atila Roque – Políticas Públicas e Globalização
Francisco Menezes – Processos Sociais de Inclusão
Núbia Gonçalves – Relações Institucionais

DEMOCRACIA VIVA

João Sucupira – Transparência e Responsabilidade Social

Diretor Responsável Cândido Grzybowski

Conselho Editorial

Alcione Araújo Carlos Alberto Plastino Clara de Góes Lourdes Grzybowski Regina Novaes

Coordenação Editorial

Iracema Dantas

Subeditora

Anacris Bittencourt

Assistentes Editoriais

Jamile Chequer Marcelo Carvalho Silvana Claudio

Produção

Shirley Villela

Assistente de Produção

Geni Macedo

Projeto Gráfico

Mais Programação Visual

Foto da Capa

Ierê Ferreira

Distribuição

Ibase

Fotolitos

Ace Digital

Impressão

Arte Maior Gráfica e Editora

Tiragem

1.500

E-mail: democraciaviva@rits.org.br

ARTIGO Marcio Pochmann*

O primeiro a gente nunca esquece

A crise do emprego ganhou espaço privilegiado na agenda dos debates sobre os atuais problemas brasileiros. Há um sensível esvaziamento e esgotamento tanto dos argumentos que identificavam o Brasil com o quase pleno-emprego da mão-

de-obra¹ quanto das hipóteses de problemas do mercado de trabalho gerados a partir do custo do emprego e da rigidez dos contratos de trabalho². Mais uma vez, a força da realidade termina por apontar a inconsistência das visões que tradicionalmente vinham predominando no debate brasileiro sobre o tema do emprego.

O Brasil possui hoje o maior desemprego verificado desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX. Além da elevada dimensão do desemprego, percebe-se que a condição de sem-emprego atinge os mais diversos segmentos da força de trabalho, bem ao contrário do que se verificava nos períodos anteriores, quando o desemprego se referia fundamentalmente ao trabalhador de baixa escolaridade e sem experiência profissional. Mas isso não significa que o fenômeno do desemprego atinja de forma homogênea a totalidade da força de trabalho. Quando se analisa a composição

¹ Ver especialmente: AMADEO, E. et al. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. In: Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, agosto, 1994; URANI, A. Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil. *In: R. Fernandes (org.).* O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTr, 1995; CAMARGO, J. Estabilizacão, emprego e restrição externa. In: J. Velloso (org.). Brasil: desafios de um país em transfor-mação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

² Ver especialmente: PASTORE, J. Flexibilização do Mercado de Trabalho e Contratação Coletiva. São Paulo: LTr, 1994; RAMOS, L. & REIS, J. Emprego no Brasil: os anos 90. In: J. Velloso (org.). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997

3 Os dados das Pnads ajustadas desde 1989, encontram-se definidos em

POCHMANN, M. Traços gerais do movimento de deses-

truturação do mercado de trabalho brasileiro In: Anais

do Encontro Nacional de

Economia. Recife: [s.n.], 1997.

4 Sem desconhecer o debate atual que se desenvolve no país acerca das metodologias e dos conceitos de emprego e desemprego, optou-se por utilizar como indicativo do conjunto de desempregados no país os dados das Pnads, apesar das deficiências metodológicas. A discussão em torno da mensuração do desem prego no Brasil pode ser vista em: TROYANO, A et alii A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: FSEADE, V. 1, n. 1, 1985; Dieese/ESEADE. Relatório metodológico. São Paulo, 1995: DEDECCA, C. Desemprego e regulação no Brasil hoje. Cadernos Cesit. Campinas: IE/Unicamp, 1996; CORSEUIL, C. Desemprego: aspectos teóricos e o caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Série Seminários, 4)

5 Por desemprego juvenil, entende-se a relação entre o contingente de desempre gados na faixa de 10 a 24 anos e a População Economicamente Ativa de idêntica faixa etária. Utiliza-se um conceito mais amplo de iovem, já que não há parâmetros internacionais de uso contínuo. Há países que definem como jovem aqueles com idade entre 14 e 29 anos (Itália), outros entre 16 e 18 anos (Inglaterra), sendo a major parte na faixa etária de 15 a 24 anos. No Brasil, tendo em vista a precocidade do ingresso de oessoas no mercado de trabalho, com menos de 14 anos de idade, optou-se por tomar como referência . a população ativa com ida de entre 10 e 24 anos Dessa forma, o conceito de iovem envolveria a população adolescente (10 a 12 anos de idade), o adolescente-jovem (13 a 18 anos de idade) e o jovem-adulto (19 a 24 anos de idade).

dos sem-emprego no Brasil nota-se a presença de segmentos sociais mais frágeis no interior da força de trabalho, que tradicionalmente estão sob o maior risco do desemprego.

Com o objetivo de ressaltar a heterogeneidade do problema no Brasil, realizou-se a presente investigação sobre a situação do jovem no mercado de trabalho, tendo por referência as informações oficiais disponíveis. O estudo encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte trata das principais alterações ocorridas no mercado de trabalho do jovem desde 1990, analisando as distintas situações de inserção da População em Idade Ativa, segundo as categorias ocupacionais e de desemprego. A segunda parte refere-se ao processo de ruptura do padrão tradicional de inserção ocupacional do jovem brasileiro nos anos 90.

Os novos problemas do mercado de trabalho emergem das profundas transformações em curso na economia nacional. Desde o início dos anos 90³, com a implementação de um novo modelo econômico para o país (inserção externa competitiva), tornou-se mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho - combinando expansão das taxas de desemprego aberto, de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração insuficiente e, na maioria das vezes, de postos de trabalho precários. Esse movimento repercute desfavoravelmente em todos os segmentos da força de trabalho, especialmente os mais frágeis, como jovens, mulheres e idosos. Para identificar os principais efeitos dessa desestruturação do mercado de trabalho sobre o segmento

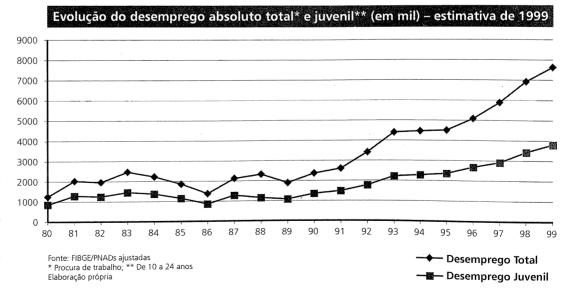
iuvenil da mão-de-obra no Brasil apresenta-se a seguir os três principais fenômenos de elevação do desemprego, desassalariamento e geração de postos de trabalho precários para jovens.

Não há vagas

A forte elevação das taxas de desemprego aberto no Brasil compreende uma das principais características do quadro geral de dificuldades que atinge a População Economicamente Ativa (PEA) ao longo da década de 90. Independentemente das diferenças metodológicas utilizadas na apuração do desemprego no Brasil, constata-se que o patamar do desemprego atual encontra-se, no mínimo, duas vezes maior do que era no final da década de 80.4

No que diz respeito à taxa nacional de desemprego juvenil,5 por exemplo, dois aspectos fundamentais chamam a atenção. O primeiro refere-se ao crescimento significativo da taxa de desemprego juvenil nos anos 90. Durante a década de 80, o desemprego juvenil situou-se entre 4% e 8% da PEA com idade entre 10 e 24 anos. Nos anos 90, contudo, a taxa de desemprego juvenil apresenta uma tendência de elevação sistemática, pois passou do patamar dos 5% em 1989 para próximo de 18% em 1999. Em relação a 1980, por exemplo, a taxa nacional de desemprego juvenil era de 4,5%, quase 4 vezes menor do que a de 1999.

O segundo aspecto do desemprego jovem diz respeito à superioridade da taxa de desemprego juvenil em relação à taxa de desemprego total. A título de exemplo, destaca-se que a taxa de desemprego juvenil se manteve em torno de 1,5 vezes, no mínimo, acima da taxa de



desemprego total. Dos 7,6 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil, segundo estimativa do IBGE para o ano de 1996, 3,8 milhões de pessoas tinham entre 10 e 24 anos de idade. Em outras palavras, 50% do total de desempregados era formado por jovens.

Sete anos antes, em 1989, o desemprego total era estimado pelo IBGE em 1.891,2 milhões de trabalhadores, sendo 1.082,8 milhões de pessoas com menos de 24 anos de idade, o que equivaleu a 57,3% de participação do jovem nesse total. Em 1980, havia 1.247,3 milhões de desempregados no Brasil, sendo 68,7% constituídos por jovens (856,4 mil).

A evolução do desemprego total no país desde 1980 revela uma leve perda de participação do jovem no desemprego total. Mas isso não significa, necessariamente, que tem havido uma redução do desemprego juvenil, mas sim o aumento, mais que proporcional, de desempregados com faixa etária acima dos 24 anos de idade.

No caso do total da forca de trabalho juvenil, verifica-se que para o período de 1986/ 96 houve uma expansão média anual de 1,1%, enquanto o nível de ocupação aumentou, em média, 0,4% ao ano. Essa desproporção entre expansão da PEA e postos de trabalho para o jovem se refletiu diretamente sobre o maior tamanho do desemprego juvenil.

Sem renda

O fenômeno do desassalariamento no Brasil constitui uma novidade sem paralelo com a evolução ocupacional das últimas seis décadas, que se destacou pelo fortalecimento do emprego assalariado, sobretudo nas ocupações com carteira assinada. Em geral, o atual desassalariamento decorre tanto da destruição de empregos assalariados com carteira quanto de empregos sem registro formal.

Entre os anos de 1986 e 1996, o emprego assalariado do jovem foi reduzido em 23,8%, o que significou a redução do nível de emprego do jovem em 3.363 milhões de postos de trabalho. Desse total, 1.309 milhões foram de responsabilidade dos empregos formais (com variação negativa de 21%) e de 2.054 milhões de empregos sem registro (com variação negativa de 26%).

Do ponto de vista das grandes regiões geográficas, a evolução do total dos empregos assalariados foi negativa, salvo a situação da Região Norte entre 1986 e 1996. A maior redução no emprego assalariado ocorreu na Região Nordeste (-25,9%), seguida da Região Sudeste (-25,3%), da Região Sul (-23,9%) e da Região Centro-Oeste (-21,8%). Somente a Região Norte apresentou uma evolução positiva do emprego assalariado (14,1%) no período 1986/96.

Em relação ao emprego assalariado com registro, as maiores perdas se concentraram na Região Sul (-23,8%), seguidas da Região Nordeste (-23%), da Região Sudeste (-20,7%), da Região Norte (-20,3%) e da Re-

gião Centro-Oeste (-6,5%). No caso do emprego assalariado sem registro, nota-se que a região mais penalizada foi a Sudeste (-30,1%), seguida da Região Centro-Oeste (-29,8%), da Região Nordeste (-26,6%) e da Região Sul (-24,0%). Na Região Norte houve aumento do emprego assalariado sem reaistro de 43%.

O ajuste no emprego assalariado com registro ocupado pelas pessoas com menos de 24 anos de idade foi muito acentuado nos anos 90. Entre 1989 e 1996, o volume de postos de trabalho perdidos para pessoas com menos de 24 anos foi de 1.554,9 milhões, o que representou 62,2% do total de empregos assalariados com registro perdidos no Brasil.

O Brasil possui hoje o maior desemprego verificado desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX

O setor primário queimou 66,3% dos empregos assalariados com registro pertencentes aos jovens, seguido das reduções nos setores secundário (-31,8%) e terciário (-10,2%). No Brasil, a redução no volume total dos empregos assalariados com registro pertencentes às pessoas com até 24 anos de idade foi de -24% nos anos 90. Por conta disso tudo, notase que a taxa de assalariamento dos jovens, ao longo da década de 1980, variou entre 64% e 71% do total de postos de trabalho. Desde 1989, contudo, apresenta uma tendência de redução acentuada, pois passou do patamar de próximo de 71% para acima de 48% em 1996.

O desassalariamento não representa apenas o resultado da queda do emprego assalariado, mas também se refere ao fortalecimento das ocupações não-assalariadas. A expansão dos postos de trabalho por conta própria, sem 6 Sobre o padrão de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro ver: DAL-ROSO, S. & RESENDE, M. As condições de emprego do menor trabalhador. São Paulo: Thesaurus, 1986; SPINDEL, C. O menor trabalhador: um assalariado registrado. São Paulo: Nobel/MTb, 1985; CACCIAMALI, M. O menor trabalhador no município de São Paulo. Rio de Janeiro: IPEA, 1975; PEREIRA, I. et al. Trabalho adolescente: mitos e dilemas: São Paulo: PUC/IEE, 1994.

7 A literatura que trata do antigo padrão de inserção ocupacional do jovem pode ser encontrado em: DAL-ROSO, S. & RESENDE, M. As condições de emprego do menor traba-Ihador, São Paulo: Thesaurus, 1986: Dieese. O trabalho tole rado de crianças de até 14 anos. São Paulo, 1997; SPINDEL, C. O menor trabalhador: um assala riado registrado. São Paulo Nobel/MTb, 1985; CACCIAMALI, M. O. menor trabalhador no município de São Paulo. Rio de Janeiro: Ipea, 1975; CHAHAD, J. Participação dos jovens na força de trabalho de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1975 AZEVEDO, J. Trabalho da crianca e do adolescente. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, p. 29, 1998; OLIVEIRA, O & PIRES, J. O trabalho da criança e do adolescente. In: R. Fernandes (org.), O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI São Paulo: LTr. 1995: CHAIA, M O menor no mercado de trabalho. São Paulo em Perspectiva São Paulo: Seade, V.1 n.1 1987; CERVINI, R. & FAUSTO, A O trabalho e a rua: as crianças e adolescentes no Brasil ur bano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991

8 Sobre o perfil dos postos de trabalhos gerados no Brasil nos anos 90 ver: SALM, C. et al. Emprego e desemprego no Brasil. Novos estudos. São Paulo: Cebrap, 1996. p. 45; POCHMANN, M. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Campinas: IE/Unicamp, 1998. remuneração e de empregadores não se mostrou suficiente para compensar a regressão do emprego assalariado, resultando em maior desemprego juvenil na década de 90.

Postos precários

Nos anos 90, registra-se um aumento das ocupações não-assalariadas, ainda que insuficiente para atender a oferta de jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Para grande parte dos casos, os postos de trabalho nãoassalariados são precários, tendo em vista os baixos rendimentos, a instabilidade ocupacional, as altas jornadas de trabalho e a ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista.

Entre 1986 e 1996, o volume de postos de trabalho aumentou 59,3%, o equivalente à geração de 3.011 milhões vagas ocupadas por jovens. A região que melhor desempenho apresentou foi a Norte (331,6%), seguida da Região Sudeste (75,3%), da Região Centro-Oeste (79,4%), da Região Nordeste (63,3%) e da Região Sul (12,9%) para o mesmo período de tempo.

O que mais se tem destacado como posto de trabalho de jovem vem sendo o trabalho por conta própria, que foi o que mais cresceu nos anos 90. Durante a década de 1980, esse tipo de ocupação permaneceu relativamente estabilizada. Para o ano de 1997, estima-se que para cada 10 jovens ocupados com idade entre 10 e 24 anos havia 4 autônomos e 6 assalariados, sendo 4 sem carteira e 2 com carteira. Em 1980, no mesmo grupo, 3 eram autônomos e 7 eram assalariados, sendo 4 com carteira e 3 sem carteira. Entre 1980 e 1997, o desemprego juvenil passou de 4,5% para 13,9%.

Inserção ocupacional

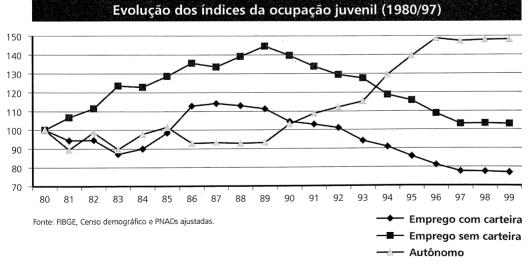
As trajetórias ocupacionais da população ativa tendem a se diferenciar segundo faixas etárias. No caso do jovem interessa analisar as formas tradicionais de inserção no mercado de trabalho, identificando as características presentes no período de transição do sistema educacional para o aparelho produtivo.

O padrão de inserção ocupacional do jovem permite identificar as distintas trajetórias da população juvenil, a partir da decisão de ingresso no mercado de trabalho (emprego ou desemprego) ou não (inatividade). Por conta disso, o conceito de padrão de inserção ocupacional é indispensável nas análises sobre a situação da população jovem.

Até o final da década de 80, o padrão de inserção do jovem era marcado geralmente por uma passagem rápida e simples, tradicionalmente vinculada ao período educacional obrigatório. Apesar das dificuldades do jovem encontrar um posto de trabalho, o desemprego se caracterizava muito mais por ser de natureza conjuntural, ainda que acima da taxa de desemprego total.⁶

Além de desemprego relativamente baixo, os jovens encontravam oportunidades não desprezíveis de acesso aos empregos assalariados com registro, os melhores que a economia brasileira gera. É claro que esse padrão de inserção, que abria oportunidades de inclusão dos jovens nos setores modernos, também era responsável pela produção e reprodução de condições extremamente insatisfatórias para parcelas dos trabalhadores jovens, com a existência do trabalho infantil, a superexploração da mão-deobra adolescente e a precariedade dos postos de trabalho sem carteira e não assalariados.⁷

No período recente, entretanto, o padrão de inserção ocupacional do jovem apresenta sinais inquestionáveis de alteração. Inicialmente, destaca-se uma crescente instabilidade do padrão ocupacional do jovem diante da baixa capacidade da economia brasileira gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Os empregos que são criados, além de insuficientes são, em geral, precários, principalmente nos setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçons etc).8



Além de serem vagas instáveis e de baixa qualificação, a sua ocupação termina ocorrendo, na maioria das vezes, por trabalhadores adultos com escolaridade mais elevada e alguma qualificação profissional. Isto faz com que, de um lado, as antigas portas de ingresso dos jovens no primeiro emprego terminam sendo fechadas (construção civil, bancos, serviços na grande empresa e administração pública) e, de outro lado, as vagas existentes sejam ocupadas preferencialmente pelos adultos com maior escolaridade e qualificação.

Exigências demais

Por conta disso, mesmo no caso da oferta de postos de trabalho de baixo conteúdo profissional, há elevação dos requisitos contratuais pelos empresários, como forma de impor limites mínimos na seleção dos novos empregados. De certa forma, há mais discriminação do emprego dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Um exemplo marcante do agravamento da inserção ocupacional do jovem ocorre nos anos 90, quando apenas 67% dos que ingressaram no mercado de trabalho obtiveram alguma forma de ocupação.9

A instabilidade do padrão ocupacional do jovem ocorre ape-

sar da elevação da taxa de escolaridade. Em 1996, por exemplo, 64.5% da população com mais de 10 anos de idade tinha mais de 3 anos de escolaridade, enquanto em 1982, 51,4% possuíam mais de 3 anos de escolaridade, segundo o IBGE. Da mesma forma que aumenta o grau de escolaridade da população brasileira, reduz a quantidade de analfabetos (19,5 milhões em 1996 contra 25,8 milhões em 1982).

Em função disso, chega-se facilmente à conclusão sobre as consegüências negativas para o padrão de inserção ocupacional do jovem diante das transformações em curso na economia brasileira. As alternativas ocupacionais do jovem são cada vez mais distantes dos setores modernos da economia e geralmente associadas aos segmentos de baixa produtividade e alta precariedade do posto de trabalho.

Às margens do mercado

Cada vez mais são necessárias atenções especiais direcionadas à situação da juventude no Brasil. O atual padrão ocupacional do jovem sinaliza o agravamento do quadro de marginalização e desagregação social produzido pela condução das políticas macroeconômicas e reproduzido pelo funcionamento desfavorável do mercado de trabalho. 10 A situação de crescente quantidade de jovens sem-emprego pode ser distinguida por intermédio de quatro categorias novas de desemprego: de inserção; recorrente; de reestruturação e de exclusão.

Por desemprego de inserção entende-se a condição do jovem que está à procura, por um longo período de tempo, do seu primeiro emprego. Por não possuir experiência profissional acumulada, ainda que possa dispor de escolaridade elevada, o jovem tende a ter dificuldades adicionais para ingressar no mercado de trabalho. Assim, o desemprego de inserção constitui o primeiro contato do jovem com o mercado de trabalho após a passagem pelo sistema educacional.

O desemprego recorrente refere-se à situação de jovens e mulheres que, na ausência de emprego estável, encontram no máximo uma ocupação temporária, parcial e provisória, sem sustentação no longo do tempo. Por conta disso, o jovem passa parte de sua vida ativa alternando-se entre um posto de trabalho provisório (de tempo parcial e sem registro, autônomo, com trabalho

ocasional, em domicílio etc) e o freqüente desemprego.

Do forte ajuste ocupacional promovido pelas empresas do setor privado decorre o desemprego de reestruturação. Tanto a adoção de novos programas de gestão da produção e de organização do trabalho quanto a ruptura de cadeias produtivas, com fechamento de empresas e desnacionalização de parte do parque produtivo, são os principais responsáveis tanto pela destruição de parte da produção industrial brasileira quanto pela geração do desemprego de reestruturação.

O desemprego de exclusão diz respeito ao jovem que permanece na condição de sem-emprego por um longo período. A marginalização do jovem do mercado de trabalho, especialmente do núcleo organizado da economia nacional, resulta da nova condução da política macroeconômica desde 1990, assim como da ausência de dispositivos especiais de ação sobre os segmentos mais frágeis do mercado de trabalho.

Na maior parte das vezes, o desemprego de exclusão atinge mais, embora não apenas, o trabalhador analfabeto e com baixa escolaridade. Por conta disso, o movimento de exclusão, que se apresenta ainda restrito no Brasil, tem condições de se expandir, recolocando, em novas condições de produção e reprodução, a marginalidade social nas faixas etárias mais jovens da população ativa.11

'Mudanças nas decisões

A condição de ingresso do jovem no mundo do trabalho, quando analisada do ponto de vista macro, tende a depender consideravelmente do comportamento geral do mercado de trabalho, da efetividade da rede de proteção e de garantia de renda aos segmentos mais frágeis da sociedade e da eficácia do sistema escolar. Quanto mais desfavorável o funcionamento do mercado de trabalho para o jovem, quanto mais efetivos os programas de garantia de renda e quanto maior qualidade tiver o sistema educativo, menor a proporção de jovens que tendem a abandonar a condição de inatividade.

Do ângulo da análise micro, as condicionalidades existentes na passagem do jovem da escola para o mundo do trabalho

9 Informações sobre a evolução da oferta e da demanda de trabalho nos anos 90 pode ser encontrada em: POCHMANN, M O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. uma análise regional. Campinas: IE/ Unicamp, 1998.

10 Sobre as condições de marginalidade na integração do jovem no mercado de trabalho brasileiro ver: MARQUES, J. Marginalidade: menor e criminalidade. São Paulo: McGraw Hill, 1976; FERREIRA, B. Um mundo "menor" no maior. Fortaleza: UFC, 1983; MARTINS, J. O massacre dos inocentes. São Paulo: Hucitec, 1991: PAIS, J. Empre go juvenil e mudança social. Lisboa: Análise Social, 1991.

11 Sobre a literatura que trata das modificações no padrão ocupacional do jovem ver: PEREIRA, I. et al. Trabalho adolescente: mitos e dilemas: São Paulo: PUC/IEE, 1994; ARAUJO, B. Crianças e adolescentes no Brasil. Campinas: Cargill, 1996; CHIESE, A. & MARTINELLI, A. O trabalho como escolha e oportunidade. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: Anped, 1997.

concentram-se mais sobre a unidade familiar. À medida que o jovem aumentando sua faixa etária tende a reduzir o papel da família no processo de transição do sistema escolar para o sistema produtivo. 12 A decisão de entrada no mercado de trabalho pelo jovem está associada diretamente às dificuldades de financiamento das condições de reprodução da família. Geralmente, quanto menor a renda familiar, maior a proporção de jovens economicamente ativos. Nesse caso, o abando-

O atual padrão ocupacional do jovem sinaliza o agravamento do quadro de marginalização e desagregação social produzido pela condução das políticas macroeconômicas

no da inatividade pelo jovem justifica-se pelo objetivo de atender às necessidades coletivas da família, diante da insuficiência da renda familiar. Pode ocorrer, no entanto, o ingresso também antecipado no mercado de trabalho de jovens originários da elite. Mas isso possivelmente tende a refletir mais a busca de financiamento de necessidades individuais, nem sempre plenamente satisfeitas com recursos do orçamento familiar.

De outra parte, a transição do sistema escolar para o mundo do trabalho não se manifesta de maneira direta e objetiva. Tem sido comum a passagem gradual, com entrada e saída do mercado de trabalho, decorrente da tentativa inicial do jovem em procurar compatibilizar o trabalho com a escola. Mas isso

nem sempre é possível, principalmente para os jovens do sexo masculino que tendem a possuir postos de trabalho incompatíveis com o acompanhamento do sistema escolar tradicional. Para jovens do sexo feminino, no entanto, é possível, às vezes, combinar o trabalho com a escola, geralmente quando são ocupações domésticas.

Como no Brasil existe uma elevada taxa de atividade dos jovens, bem como a presença de cerca de 3 milhões de crianças com menos de 14 anos de idade no mercado de trabalho, convém ressaltar as mudanças no perfil da estrutura familiar. O padrão tradicional da família concentrada em atividades específicas para cada membro (pai como chefe de família e com trabalho fora de casa; a mãe com trabalho em casa e os filhos inativos na escola) tende a estar alterado pela existência de uma outra realidade.

Tem sido cada vez mais uma prática nacional tanto o pai quanto a mãe trabalharem fora de casa. Os filhos, muitas vezes, estudam e executam atividades domésticas, quando não trabalham fora de casa, podendo colocar o estudo como algo secundário.

A necessidade de antecipar renda futura ou de ajudar no orçamento familiar tem pressionado os filhos, sobretudo os de famílias de menor renda, a terem uma breve passagem pelo sistema educacional. Por conta disso, o ingresso de filhos de famílias humildes no mercado de trabalho tende a ocorrer na faixa dos 10 aos 15 anos de idade. No caso de filhos de famílias de renda mais alta, o período de passagem pela escola é bem mais longo. A preparação para a entrada no mundo do trabalho leva o jovem a sair da escola e a ingressar no mercado de trabalho na faixa dos 18 aos 25 anos de idade. Tempos distintos de ingresso dos jovens no mercado de trabalho tendem a gerar distorções não desprezíveis ao longo da trajetória ocupacional. Ao mesmo tempo, com desempenho escolar distinto, o padrão de inserção ocupacional torna-se cada vez mais heterogêneo.

Baixa taxa de inatividade

Entre 1980 e 1997, observa-se que a transição do jovem do sistema educativo para o aparelho produtivo foi sendo profundamente alterada. Apesar de o jovem brasileiro ter mantido praticamente inalterada a sua situação de inatividade, geralmente associada ao tempo disponível para a educação, as maiores mudanças foram localizadas justamente na condição de atividade (queda na ocupação e aumento no desemprego).

Desde 1980, o Brasil apresenta uma ligeira expansão na taxa de atividade da população juvenil, indicando uma pressão constante de oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho. Percebe-se que o país, ao contrários das experiências de economias avançadas, quase não tem utilizado o dispositivo de alongamento da inatividade como uma alternativa de postergação do desemprego juvenil e de maior preparação para o ingresso da juventude no mercado de trabalho em condições menos desfavoráveis. Em 1997, por exemplo, do total da população juvenil, 54,3% eram inativos e 45,7% ativos, sendo 7,9% desempregados e 37,8% ocupados. Em 1980, 53,9% dos jovens estavam na inatividade e 46,1% na atividade, com 2,2% de desempregados e 43,9% de ocupados.

12 Sobre a determinação da oferta de mão-de-obra jovem ver, na literatura internacional: BECKER, G. A Theory of sociintegration. Journal of Political Economy, p. 82, 1974; POLLACK, R. Transaction cost approach to fammilies and households. Journal of Economic Literature, 1985. p. 23; GAUTIÉ, J. Insertion professionnelle et chômage des jeunes en France Paris: Ladécouvert, 1997 e na literatura nacional: BARROS, R et al. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. In: R. Fernandes (org.). O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTr, 1995; AZEVEDO, J. Traba-Iho da criança e do adolescente. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, p. 29, 1998; LOPES, J. & COTTSCHALK, A Recessão, pobreza e família. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Seade, V.1, n.4, 1990.

Em 17 anos, (1980 a 1997) a distribuição da população juvenil no país sofreu as seguintes mudanças: o desemprego foi multiplicado por 3,6 vezes; a ocupação foi reduzida em 14% e a inatividade cresceu 0,7%. Somente nos anos 90, o desemprego foi multiplicado por 3,2 vezes, o emprego diminuiu 14.2% e a inatividade aumentou 2.5%.

Nas economias avançadas, o padrão de inserção do jovem vem sofrendo alterações significativas desde a crise econômica na segunda metade da década de 1970.13 É possível verificar, por exemplo, que do total da população juvenil, 47,7% eram inativos e 52,3% eram ativos, sendo 43% ocupados e 9,3% desempregados em 1997, enquanto 40,1% eram inativos e 59,9% ativos, sendo 52,7% ocupados e 7,2% desempregados em 1980. No período de 1980 a 1997, a distribuição da participação dos jovens foi alterada da seguinte forma: o desemprego aumentou 29,2%; o emprego foi reduzido em 18,9% e a inatividade cresceu 19,7%.

Força jovem

A oferta de trabalho juvenil, formada por trabalhadores na faixa etária entre 10 e 24 anos no Brasil, representa um parcela expressiva do total da População Economicamente Ativa. Em 1996, a força de trabalho juvenil representava 29,6% da PEA total, enquanto em 1989 era de 33,2%. A redução de 10,8% na participação relativa dos jovens no total da PEA reflete, em parte, um fenômeno demográfico de estabilização ou mesmo redução da taxa de participação de determinadas faixas etárias masculinas mais jovens, já que o peso relativo da PEA feminina aumentou.

As influências dos fatores demográficos e do comportamento do mercado de trabalho sobre as formas de inserção do jovem se mostram mais claras quando se procura acompanhar a evolução das taxas de participação da Populacão Economicamente Ativa em distintas faixas etárias. Nos últimos 15 anos, pode-se perceber a redução na taxa de participação da PEA masculina em praticamente todas as faixas etárias.

A maior redução relativa ocorre para o segmento com menor idade - de 10 a 14 anos -, com queda de 12,5% e de 6% para a faixa de 15 a 17 anos entre os anos de 1981 e 1996. Somente os homens com mais de 60 anos é que acusaram uma elevação relativa na taxa de participação durante o mesmo período de témpo.

Entre 1989 e 1996, houve uma elevação acumulada de apenas 3,7% na força de trabalho na faixa etária de 10 a 24 anos. Essa variação positiva no aumento da População Economicamente Ativa não ocorreu na faixa etária entre 10 e 14 anos, segundo dados derivados de PNADs ajustadas. 14 Especialmente na faixa etária mais jovem (10 a 14 anos), houve uma redução de 5,4%. Para os jovens de 15 a 19 anos houve uma variação acumulada de 4,8% e de 5,7% para o segmento juvenil de 20 a 24 anos de idade. Ainda no mesmo período, dos 737,2 mil novos trabalhadores jovens na faixa de 10 a 24 anos, 389,4 mil pessoas pertenciam ao intervalo etário de 15 a 19 anos. Deve-se destacar que na faixa de 10 a 14 anos houve uma redução de 160,3 mil pessoas.

*Marcio Pochmann

Professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

13 O debate sobre as transformações do padrão de inserção ocupacional do jovem nas economias avancadas pode ser encontrado em: ENTRE travail et famille. Paris: CNRS, 1990: IRES Comparaison européenne des dispositifs d'insertion professionnelle des jeunes. Paris: IRES, 1995; FREYSSINET, J. Le modes d'insertion professionnelle des jeunes. La Revue de l'IRE. Paris: IRES, n.4, 1990; LINDLEY, R. Transición de la escuela al trabajo en el Reino Unido. RIT, Ginebra: OIT, n. 115, 1996; MINCER, J. Job training: costs, returns and wage Cambridge: E. Elgar, , 1993; ROBERTS, K. Youth and unemployment in modern Britain. Oxford: OUP 1995: POCHMANN M. A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas. Campinas: CNPq/Dieese/Cesit, 1998.

14 A respeito das influências demográficas que incidem sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho ver: MADEIRA, F. Pobreza, escola e trabalho. In: São Paulo em Perspectivas. São Paulo: Seade, V.7, n. 1. 1993: MARTINS, H. O jovem no mercado de trabalho. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANEAD, 1997. (ed. Especial); SABOIA, A. Crianças e adolescentes. In: B. Araujo (org.). Crian-Campinas: Cargill, 1996.

Mercado de trabalho x escolaridade

Este artigo procurou destacar as principais consequências das transformações na economia brasileira nos anos 90 sobre o mercado de trabalho. Por estar voltada especialmente para a análise da situação dos jovens, a investigação permitiu, com bases em informações oficiais, verificar a piora das condições de acesso ao mercado de trabalho pelos trabalhadores das menores faixas etárias, não obstante a elevação da escolaridade da população.

O desemprego juvenil, sem paralelo na história nacional, emerge como um dos mais graves problemas da inserção jovem no mundo do trabalho. Além disso, as ocupações que restam aos jovens são, na maioria das vezes, as mais precárias, com postos não-assalariados ou sem registro formal, pois se

encontram praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa mais fragilizados.

Sem a alteração radical nas condições de inatividade, a pressão dos jovens no mercado de trabalho continuará resultando em maior desemprego, já que o país, por decorrência do novo modelo econômico, não parece comprometido com a necessária geração de uma ampla quantidade de postos de trabalho. Tal é a gravidade da situação do jovem no mercado de traba-Iho que são identificados sinais de rompimento do padrão de inserção ocupacional nos anos 90.

Se para o jovem de origem familiar popular a efetivação de uma trajetória ocupacional no mercado de trabalho já não era fácil, agora, então, tornou-se ainda mais difícil. Também para os jovens pertencentes às famílias melhor posicionadas tendem a encontrar crescentes barreiras para produzir e reproduzir o padrão de vida de seus pais, meșmo detendo escolaridade equivalente ou até mais elevada.

Nesse quadro de agravamento das condições de ingresso e permanência do jovem no mercado de trabalho, urge o estabelecimento de medidas apropriadas. Tratam-se de dispositivos que exigem a sensibilização de toda a sociedade, mas principalmente das autoridades governamentais que parecem se manter ainda distantes dos problemas dos jovens.





a dança das militaria de la compania del compania del compania de la compania del c

O surgimento do *hip hop* no país foi em São Paulo, entre os anos de 82 e 83, através das equipes de som que nos anos 70 importaram dos EUA o *soul* e o *funk* – a trilha

sonora do movimento *black power*, que se tornou o primeiro momento de união da juventude negra do Brasil. Mas há relatos na Bahia da existência dos *ganhadores de pau*, escravos que trabalhavam nas ruas de Salvador e que desenvolveram o canto falado com letras de denúncia contra a escravidão. Histórias como essa tendem a reforçar o discurso nacionalista de alguns militantes extremistas do *hip hop*, que tentam excluir a influência americana em nosso *rap*. Não conseguem. A própria história dos EUA registra a presença dos *griots*, escravos que trabalhavam nas lavouras de café utilizando o canto para divertimento, contar histórias dos antepassados e resistir à opressão do senhor. Todas essas coincidências nos permitem entender o *rap* como algo instintivo e de origem africana. Mas é a partir da imigração jamaicana que o *rap* começa a ser formado, adquirindo sua forma definitiva nos EUA.

A única contribuição brasileira para o movimento hip hop foi a capoeira. Só não se sabe quem a ensinou para os meninos do bairro nova-iorquino do Bronx

Uma outra parte do movimento se baseia completamente no comportamento do rap americano atual, esquecendo-se totalmente dos próprios valores gerados pelo movimento no Brasil. Atitudes que se chocam com os princípios da cultura hip hop, o artista muitas vezes nem mesmo conseque explicar coerentemente os motivos de suas ações.

Embora as informações tenham chegado musicalmente – com o rap – com a venda dos vinis, as primeiras formações tiveram início com o break. Nomes como Nelson Triunfo, Thaíde e DJ Hum, MC Jack, Os Metra-Ihas, Mano Brown, KL Jay, Edi Rock e Ice Blue – os quatro últimos atualmente formam os Racionais MCs –, os

Jabaguara Breakers e Os Gêmeos – hoje grafiteiros – se tornaram protagonistas da história do nosso movimento. Eles se reuniam na rua 24 de Maio, Centro de São Paulo, onde sofriam perseguições dos lojistas e da polícia. Instalaram-se então no pátio da estação de metrô São Bento, também no Centro da cidade. Quando faltavam pilhas no box, improvisavam as músicas tirando som das latas de lixo ou faziam o beatbox (sons de bateria simulados com a boca, uma prática comum nos quetos nova-iorquinos). Pode-se afirmar que na estação São Bento se originaram os primeiros rappers do país. Nessa época, o rap era conhecido como tagarela, em decorrência do formato de canto falado. É quando também estoura um racha: rappers para um lado, breakers (b. boys) para outro. Os pioneiros permaneceram na São Bento, enquanto os mais modernos se fixaram na Praca Roosevelt.

Durante o nascimento do hip hop no Brasil, cinco Crews (turmas ou gangues) se destacaram como as principais: Back Spin Crew, Nação Zulu, Crazy Crew, Street Warriors e Fantastic Force.

Em meados de 80, o break teve a sua posição ameacada pela excessiva comercialização da mídia, chegando a ser tratado como mais uma moda passageira, sem história e sem critérios, que qualquer um poderia abraçar sem a mínima intenção de aprendê-lo em sua plenitude. A resistência, com sucesso, veio através daqueles que acreditavam que o break era verdadeiramente a sua filosofia de vida e não simplesmente uma dança diferente.

Cultura de rua

Assim como nos EUA, a ascensão do rap nacional foi maior do que os demais elementos do hip hop (o grafite e o break) e muitos b. boys começaram a formar grupos de rap. Em 86, a gravadora Kaskatas Records lança a primeira coletânea de rap nacional em vinil: A Ousadia do Rap. Era o resultado de um concurso para

Movimentos

Não se sabe ao certo quando começou a prática do breakdance. Existem relatos precisos da presença do break nas ruas nova-iorquinas já no fim da década de 60. Mas como surgiu a dança? Quem a inventou? A maioria das fontes nos leva à colônia portorriquenha de Nova Jorque. onde os jovens, indignados com a Guerra do Vietnã – que levava seus amigos e parentes para o campo de batalha - utilizavam o break como forma de protesto. Helicópteros de guerra, cenas de corpos alvejados nos campos de batalha e soldados mutilados se tornaram fontes de inspiração para os dançarinos.

Mas o break não se resumia apenas a expressão corporal de contestação

política ao Estado. Mímica, artes marciais, acrobacias, danças egípcias e de outras culturas africanas, além de muito dos estilos soul e funk, foram algumas das influências para a formação cultural do break.

A única contribuição brasileira para o movimento hip hop foi a capoeira, que se tornou parte dos movimentos do break. Só não se sabe quem a ensinou para os meninos do bairro nova-iorquino do Bronx. Sabe-se apenas que isso se deu no início dos anos 70.

Para os adeptos mais ortodoxos, a expressão break foi criada pela mídia para comercializar mais um produto da moda. O termo original seria b. boyin'.

Seus seguidores são chamados de b. boys (que significa break boys ou boogie boys), as meninas, b. girls (break girls ou boogie girls).

O break teve um papel muito importante na preservação do rap durante os anos 70, quando a disco music explodia nas FMs e nas pistas de dança. As gangues de break se reuniam nos pontos mais movimentados da cidade e abriam suas rodas ao som do rap. O resultado dessa iniciativa foi tão positivo que, em pouco tempo, os elementos do hip hop estavam invadindo as rádios, as boates, a moda, as indústrias fonográfica e cinematográfica e as academias de dança.

selecionar os melhores grupos. A gravadora Eldorado lança em 88 a coletânea *Hip Hop Cultura de Rua*, revelando grandes nomes do *rap* nacional, como Thaíde e DJ Hum, O Credo, MC Jack e Código 13. Na época, o Partido dos Trabalhadores assumia a prefeitura de São Paulo, auxiliando o crescimento do movimento. Por todo o país, muitos jovens se informavam e aderiam ao *hip hop*.

O Movimento Hip Hop Organizado (MH2O), iniciativa de Milton Salles, ex-produtor do Racionais MCs, é fundado em agos-

to de 89. Sua meța era organizar e formar representações do movimento em todo o Brasil, através das posses (organizações compostas por b. boys, grafiteiros, DJs e rappers que utilizavam suas especializações para o desenvolvimento político, cultural e social da juventude de periferia). Simpatizantes, como o músico de reggae Toninho Crespo e Sueli Chan, ativista do Movimento Negro Unificado (MNU), tornaram-se verdadeiros aliados na divulgação do hip hop no Brasil. Com o programa Projeto Rap Brasil, Armando Martins também foi outro nome importante para a propagação do rap nacional, revelando vários grupos durante o período em que esteve no ar.

Hoje, programas de TV e de rádio, lojas de discos e de roupas, eventos e bailes, selos e gravadoras, jornais, fanzines, revistas e sites fazem parte do cenário do nosso movimento, mantendo sólido o hip hop no mercado. Somos formadores de opinião e não podemos fugir dessa realidade. Ou a encaramos de modo sério e maduro, com conhecimento de causa, ou abandonamos de vez nossos ideais. Não podemos confundir nossa gratidão pelo aprendizado com troca de nacionalidade. Nascemos e vivemos no Brasil, onde o dia-adia não se compara ao dos EUA. Se conseguimos facilmente copiar os atos negativos do rap de lá, então porque não nos esforçamos um pouco para imitar o que têm de positivo?

*DJ TR

Pesquisador, ativista do hip hop e colunista do jornal Afro Reggae Notícias

Traço certo

Estudiosos do assunto afirmam que o grafite é a arte mais antiga do mundo, nascido no fim da era pré-histórica, quando o homem narrava nas paredes, através de gravuras, seus feitos em caçadas. Toda ou qualquer inscrição feita em parede é um grafite. Desenhos ou inscrições impressos numa superfície de papel ou em tela perdem totalmente a autenticidade dessa arte. Do original em italiano grafito, o grafite pode ser

considerado também a primeira forma de escrita no mundo. Desde então, o grafite-arte vem viajando pelo tempo, trazendo consigo sempre novos adeptos, os verdadeiros responsáveis pela evolução e diversificação de estilo. Durante a década de 60, o grafite retorna com mais força, assumindo a legitimidade do nome, através de manifestos urbanos na França e na Itália.

Na década de 70, o grafite reaparece nos EUA, assumindo novas formas, denunciando a violência do sistema político da época.

Nesse momento, os movimentos hippies passam a ser os maiores divulgadores da arte, deixando frases e desenhos a favor da paz em ônibus, trens, metrôs e muros. Ainda nos 70, a graffiti spraycanart é redescoberta pelos negros e latinos dos guetos nova-iorquinos, que exercitavam suas habilidades pintando seus nomes e personagens — inspirados em artistas como Vaungh Bodê (cartunista muito popular na época, que retratava

em seus quadrinhos um mundo de magia e fantasia em protesto contra a guerra do Vietnã) — em vagões de trem e de metrô, paredes de linhas férreas, prédios abandonados, becos etc. Artistas como Taki, Lee Quiñones, Phase 2, Blade, Daze, Crash, Zephir, Lady Pink, Noc e Kase 2 fizeram do grafite um veículo eficaz para suas indignações sociais, tendo sempre como material principal dos seus trabalhos o *spray*.

Devido a crescentes problemas políticos, sociais e raciais nos anos 80 e a necessidade de afirmação da juventude em uma sociedade preconceituosa, muitos procuraram se organizar em gangues (que já tinham se formado na década de 70. mas explodiram em 80), demarcando seus territórios em tags (assinaturas feitas à base de marcador, spray ou rolo) ou throw-ups (pintura rápida sobre qualquer superfície, feita de um jeito simples, utilizando duas ou três cores). São esti-

los comparáveis à pichação. As gangues de rua se diferenciavam entre si através de símbolos, nomes e até mesmo cores. Mas embora essa demarcação seja considerada grafite, não podemos compará-la à arte dos verdadeiros writers (grafiteiros), que usavam esses e outros modelos de grafite como um modo inteligente de protesto ou de lazer, dando vazão ao lado plástico da cultura hip hop.



Marcelo Carvalho e Silvana Claudio

Da taba ao teclado

Xavantes, Bororo, Baikairi, Pareci, Rikibatsa, Carajá, Nhambiquara e os Umutinas são algumas das 35 etnias indígenas do Mato Grosso. Não por acaso vem do estado a iniciativa inédita na América do Sul de criação da primeira licenciatura específica para a formação de professores indígenas. Aprovado pelo MEC, o curso será ministrado na Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat). A idéia surgiu a partir da experiência do projeto Tucum de formação de professores do Ensino Médio.

"Ouvindo as populações indígenas foi detectada a demanda de dar continuidade aos estudos após o Ensino Médio", conta o coordenador do campus do Vale do Rio Bugres, sede do projeto, Julio César Geraldo.

O curso dura 5 anos e os 4 primeiros são básicos com disciplinas obrigatórias como Português, Matemática e História. A primeira turma será formada em julho de 2001.

Enquanto isso, educadores de todo o país ganharam um novo canal para o aperfeiçoamento profissional. 63 instituições públicas de ensino reunidas em um consórcio formam desde outubro a primeira Universidade Virtual Pública do Brasil - UniRede. Universidade Federal de São Paulo, UNB e Unicamp são algumas.

O primeiro curso de extensão, TV na escola e os desafios de hoje, vai até dezembro e é oferecido em parceria com a Secretaria de Educação a Distância do MEC. A idéia é atender 30 mil educadores das escolas públicas de ensino médio e fundamental em 25 pólos regionais. Os cursos são gratuitos e as inscrições podem ser feitas via internet.

Informações: www.unirede.br

Notícia em alto relevo

Os fatos mais importantes do mundo já se encontram ao alcance das pontas dos dedos dos deficientes visuais. Já está em circulação o jornal *O Diário do Povo Braille*, primeiro informativo brasileiro para deficientes visuais, o segundo no mundo. Mais de 200 endereços espalhados por mais de 70 cidades brasileiras de todas as regiões recebem o jornal, que também tem em seu cadastro assinantes da Espanha e de Portugal. Lançado em julho, tem edição mensal e é gratuito.

A idéia surgiu em 87, como projeto de conclusão do curso de Jornalismo na PUC de Campinas de Marcelo do Canto, editor do jornal. Na época, associou-se ao Centro Cultural Louis Braille de Campinas. O projeto foi retomado este ano pela Rede Anhangüera de Comunicação de Campinas (SP). O Diário do Povo Braille traz matérias sobre política, saúde, esporte e cultura do jornal Diário do Povo, do mesmo grupo, além de assuntos de interesse específico dos leitores. A reunião de pauta conta com a participação de deficientes visuais. "A presença deles é vital, nos mostra o enfoque adequado para as matérias", afirma Marcelo. A prática cria demandas curiosas, como explicar as regras do tênis – sugestão a reboque das conquistas do tenista brasileiro Gustavo Kuerten.

Informações: (19) 3772-8048 cescola@correionet.com.br

Uma chance para o saber

Com um programa de profissionalização que vai de projetos como o Rio Rotativo, onde adolescentes são aprendizes na orientação dos estacionamentos, a oficinas de artesanato, a Central de Oportunidades atendeu no ano passado, 1.000 adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. O número é da Pesquisa de Impacto do Programa de Profissionalização - Central de Oportunidades, realizada pelo Iser (Instituto de Estudos da Religião). Também foram reunidos dados cadastrais de jovens atendidos pelo projeto entre 1995 e 1998 e de 64 questionários. Criada em 1993, a Central é um instrumento para garantir a erradicação do trabalho infantil e os direitos dos adolescentes trabalhadores conquistados pelo ECA.

A pesquisa traça o perfil do jovem que procura a Central de Oportunidades e avalia seus resultados. Na maioria (72%) são meninos entre 14 e 18 anos. 36% deles são negros e 33%, pardos. 77,4% não terminaram o Ensino Fundamental. Apenas 11% trabalhavam antes de iniciar o curso profissionalizante. Número que sobe para 39% ao fim da capacitação, embora apenas 40% tenham carteira assinada. Quando perguntados sobre como a Central contribuiu para a sua vida, 53% dos jovens responderam que passaram a confiar mais em si mesmos e 69% afirmaram que sua capacidade de comunicação aumentou. Embora a maioria tenha demonstrado satisfação com o programa, mais aulas práticas e maior duração dos cursos foram algumas das reivindicações dos jovens consultados.

Nova tática inimiga

Desde que o vírus HIV foi descoberto, o perfil das pessoas que vivem com Aids tem se modificado bastante. O novo boletim epidemiológico, divulgado 30 de setembro, confirma aumento da incidência do vírus em mulheres que vivem em municípios do interior. A proporção de dois homens infectados para cada mulher, que se mantinha inalterada desde 97, foi invertida em muitas localidades. Dos 1.552 municípios que notificaram pelo menos um caso de Aids nos anos de 99/2000 ao Ministério da Saúde, 229 (14,7%) apresentam a tendência, 70% deles com população menor ou igual a 50 mil habitantes. Somados os casos onde a tendência se confirma, 57% estão entre donas de casa de 20 a 39 anos. Pensando a nova realidade, a Coordenação Nacional de DST/Aids lançará campanha em 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Em contrapartida, os índices apontam para a estabilidade da epidemia. Desde 96, a média é de 14 novos soropositivos para 100 mil habitantes. A incidência entre homens heterossexuais aumenta e estabiliza-se entre os homossexuais Se as mulheres infectadas distribuem-se por todos os níveis de instrução, a maior parte dos homens atingidos tem até a 8º série (67%). A transmissão continua se reduzindo entre usuários de drogas injetáveis, crianças e por transfusão de sangue.

Informações: www.aids.gov.br

AROUIVO IBASE



Silêncio, os índios vão falar

De 14 a 18 de maio de 2001 acontece em Brasília a III Conferência Nacional de Saúde Indígena. O último encontro aconteceu em 1993 e seu principal resultado foi a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, mas que só no ano passado começaram a ser implantados. Dos 34 existentes apenas 15 estão em funcionamento. Idealizados para disciplinar a prestação de serviço de saúde às comunidades indígenas com autonomia financeira e administrativa, os distritos não vêm cumprindo este papel. A avaliação é do Conselho Indigenista Missionário - Cimi.

A III Conferência deve ser um espaço para a reflexão sobre o funcionamento dos distritos através dos conselhos locais, afirma o secretário adjunto Roberto Liebgott. "É preciso que os índios digam como o sistema está funcionando. A participação deles é fundamental." As limitações financeiras, de pessoal e transporte até as aldeias são responsáveis pelo problema de comunicação.

Além do governo, cerca de 350 representantes indígenas e 250 prestadores de serviços estarão reunidos durante a Conferência. Outro tema importante será a formação de agentes indígenas de saúde.

Informações: www.cimi.org.br

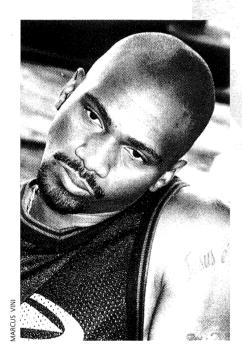
Pátria ou madrástria?

A desigualdade social brasileira? Vai bem, obrigado, cada vez mais eficiente. O sistema tributário é um exemplo. Um único item, alimentação, consome em impostos indiretos cerca de 9.81% da renda mensal das famílias que ganham até dois salários mínimos. Para aquelas com renda de mais de 30 salários mínimos, o índice gira em torno de 1,48%. Apesar dos impostos diretos, como o Imposto de Renda, aumentarem conforme a renda do contribuinte, não são suficientes para corrigir a distorção. A carga tributária direta sobre os mais ricos é cerca de seis vezes maior do que sobre os mais pobres, mas a renda média mensal é 37 vezes superior.

Os cálculos fazem parte do estudo, coordenado pelo pesquisador do Ipea, Salvador Werneck Vianna, Carga Tributária Direta e Indireta sobre as Unidades Familiares no Brasil: Avaliação de sua Incidência nas Grandes Regiões Urbanas em 1996, divulgado recentemente. O objetivo foi avaliar o impacto da carga fiscal sobre as famílias, associando o sistema tributário à manutenção da desigualdade social. "Os mais ricos impedem a alteração do quadro de injustiça fiscal", afirma Vianna, que propõe mudanças no sistema. Tributação direta mais pesada sobre as maiores rendas e diminuição das alíquotas ou mesmo isenção de impostos indiretos sobre produtos essenciais.

Informações: www.ipea.gov.br

o mensageiro da verdade



O rapper da Cidade de Deus está em casa. Foi no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, que MV Bill recebeu a equipe da Democracia Viva – dentro dos conjuntos habitacionais, na quadra do Clube Coroado. Esse tem sido um comportamento comum: Bill prefere dar entrevistas no local onde mora.

Aos 26 anos, o rapper se destaca no cenário nacional do hip hop. Já gravou um CD e acabou contratado pela multinacional Natasha Records: "Em janeiro, devo entrar em estúdio". Também estrelou um comercial da Telemar – não para vender telefones mas para pedir que os orelhões não fossem destruídos: "Ele pode salvar uma vida, meu irmão". Mas não é um pop star.

Participou do Free Jazz em 1999, mas sua realidade musical ainda é bem diferente dos festivais bem organizados e com ingressos ao alcance de poucos. Suas apresentações são comuns em morros e favelas cariocas e paulistas.

Qual seu verdadeiro nome?

MV Bill – Alex é meu nome de batismo. Mas meu nome verdadeiro é Bill. É como me chamam na rua. Ao contrário da maioria dos rappers, que escolhe nome americano, Bill vem de um apelido de infância: o Rato Bill. MV é uma sigla que criei. Geralmente antes ou depois do nome do rapper vem a sigla MC – Mestre de Cerimônia ou Mich Control (controlador de microfone). O Mestre de Cerimônia é o cara que anima a festa. E eu estou mais para acabar com a festa do que para animá-la. Por isso, criei o MV – Mensageiro da Verdade. Combina mais comigo.

Por que Mensageiro da Verdade?

MV Bill - Quando criei essa sigla me preocupei muito em não ser confundido com um mestre da verdade. Sou apenas um cara que vê a realidade – a verdade – e transmite isso. Tento mostrar as injustiças. Sei que há outros caras que têm o mesmo formato, o mesmo padrão que eu - igualzinho a mim - mas têm vergonha de abrir essa realidade. Tem pobre que se você for almoçar na casa dele, só pelo fato de ser alguém com a pele clara, o cara vai querer pegar a galinha do domingo e oferecer a você. Tentando mostrar que come galinha todo dia, mas se não tivesse visita comeria ovo. Tem muito cara preto que mora em comunidade e vive essa realidade, mas não quer falar disso. São verdadeiros baba-ovo de playboy.

Mas para ser respeitado não é preciso agir assim. Se sua realidade é outra, é preciso aceitá-la. Sem se acomodar ou se conformar. Tem muita gente nas comunidades que não quer levantar essa bandeira. Quer tentar seguir um modelo que não é o seu. Acaba sendo falso e fugindo da própria realidade. Eu não. Não tenho obrigação de ser ético com ninguém. Não faço média com ninguém. Não sou sensato com ninguém. O que tiver de falar, falo mesmo. Não sei se é uma qualidade ou um defeito, mas não escondo o que tenho vontade de falar. Já entrei em camburão por causa disso. Mas eu falo. Me incomodou, ferrou.

Tentamos marcar esta entrevista durante dois meses e só há dois dias tivemos a confirmação. É difícil falar com MV Bill?

MV Bill – A dificuldade é a falta de tempo. Tenho que fazer uma porrada de coisas ligadas não apenas ao rap. Não dá para chegar de uma hora para outra e resolver: "vamos fazer uma parada". Mas isso não é para tentar dificultar o acesso. Principalmente neste caso, sabendo do que se trata, qual o tipo de informação e de publicação.

Eu não falaria para qualquer jornal ou emissora de TV. Procuro falar com aqueles que me interessam. Mas outros precisam ser ignorados. Tem programa de auditório em que o apresentador não deixa a gente se expressar. Convidam para

ridicularizar. Mas os programas que dão uma liberdade, mesmo que não seja total, dá para fazer alguma coisa.

Por isso é raro vê-lo na TV?

MV Bill - O problema não está em uma emissora. Todo o sistema televisivo é uma grande porcaria. Tem o mesmo padrão branco de beleza, onde o preto, o nordestino e o índio são excluídos. Não há diferença entre o Roberto Marinho e o Silvio Santos nem entre a Rede Globo e o SBT. A emissora mais playboy do Brasil é a MTV: dirigida por playboy, direcionada para playboy, apresentada por playboy, só toca música de playboy. Mesmo assim o rap está lá. A MTV tem um programa de rap na madrugada e acha que faz alguma coisa pela periferia. Então se a Rede Globo colocar uma hora e meia de rap no ar significa que acabou o problema da Rede Globo? Ou que o problema na comunidade está resolvido? É muita hipocrisia dos rappers. Penso assim: não quer ir à televisão? Não tem que ir a canal algum. Vai? Escolhe quais participar.

Mas qual seria o critério para ir a uma ou outra emissora?

MV Bill - Não respondo pelos rappers, respondo por mim. Alguns dizem: "não vou porque os Racionais falaram que não pode ir". Conheço e respeito os Racionais, são meus amigos e parceiros. O Brown [Mano Brown, integrante do grupo Racionais MCs] é mais meu amigo ainda porque sabe que sou um cara sincero. Não me espelho na atitude dele, tenho atitude própria. Temos que saber que há coisas que são boas para uns e para outros podem ser trágicas. Essa é uma delas. Alguns caras estão mais preocupados em *meter pose*: "não vou porque sou radical, porque não quero participar da televisão". Não pode ser simplesmente isso, tem que haver um motivo. A maioria não tem. Fala que não vai à TV, mas não diz o porquê. Eu sei quais são os programas que quero ir, os que não dá para ir, os que já fui.

Como foi sua infância?

MV Bill – Tive uma infância padrão. Estudava nos colégios daqui, sem perspectiva nenhuma de vida. Antes de conhecer o rap, achava que quem completasse o segundo grau seria o cara mais inteligente do mundo. Aí eu descobri a sabedoria de rua e vi que tinha uma porrada de coisa que eu nunca iria aprender na escola. Muitos caras que eu conhecia, que já tinham o segundo grau completo, não sabiam disso. Aprendi que, além do estudo, é preciso ter essa outra sabedoria. Foi na rua que aprendi uma porrada de coisas erradas, mas também coisas boas.

Da minha adolescência, carrego marcas que se não fosse o rap talvez não tivessem cicatrizado e eu nem estaria aqui falando com vocês. Muitas coisas devo a Deus, a minha mãe e ao rap. A partir do momento em que o rap me deu a Não tenho

orqulho de

morar na Cidade

tenho vergonha.

Ninguém deve

se orqulhar de

morar em uma

favela, de não

ter feito

faculdade

de Deus, mas

também não

oportunidade da reabilitação – ser uma pessoa normal, trabalhar, fazer algo pela comunidade – passei a pregar o rap como se prega o Evangelho.

Na sua tatuagem há a inscrição "Jesus é a justiça". Qual sua relação com religião?

MV Bill - Na minha casa todo mundo é umbandista. Frequentei centro de umbanda até um certo tempo da minha vida. Hoje não frequento igreja, mas comprei uma Bíblia. Não sou doutrinado por religião nenhuma, mas tenho minha fé. No Brasil tem muita gente - homem e

mulher – que se esconde atrás

da Bíblia. Não acho correto. Podem conseguir enganar seu parceiro, os fiéis, até a si mesmo. Mas a Deus não se engana; Ele é a força maior. Não é um simples mortal como eu quem vai dizer se vou para o céu ou para o inferno. Quem vai me julgar é Deus.

O que fez você se aproximar do rap?

MV Bill - Conheci o rap em 88 através do filme Colors -As Cores da Violência. Mas só fiz minha primeira letra em 90 ou 91. Não era ativo, entrava em uma porrada de coisas ao mesmo tempo. Também não tinha como me sustentar só com isso. Em 94 passei por um momento difícil. Quase morri. Minha mãe sofreu pra cacete e eu pensei: "tenho que parar com essa porra, tenho que mudar de vida agora". Eu tinha o rap do meu lado e o apoio da minha mãe. Eu mudei e hoie vivo do rap. Descobri através do rap que o Brasil é um país capitalista, injusto pra cacete. Aqui

o amor se tornou apenas um detalhe. Amor você tem que ter por você mesmo ou ninguém vai ter.

Mas o que foi esse momento difícil? MV Bill - Quando somos molegues não entendemos direito algumas coisas e viramos escravos do consumo, às vezes induzidos pela TV, às vezes induzidos por uma revista de surf. Hoje a favela é um lugar onde todo mundo gosta de andar bonito, bem-arrumado e nem todo pai e toda mãe têm condições de dar. Às vezes os pais são separados, como meu caso. Minha mãe trabalhava em casa de família e não conseguia me dar tudo o que eu queria. Na briga para ter o tênis maneiro ou a bermuda boa você acaba se envolvendo e fazendo um monte de bagulho errado. Eu reconheci meu erro a tempo. Mas a maioria não consegue, entra no tráfico por causa da ostentação e para poder ter uma roupa legal e dar uma condição melhor para a mãe.

Nas letras das suas músicas há uma influência grande da Cidade de Deus, da sua comunidade. Qual a importância disso?

MV Bill - A Cidade de Deus é importante não só na minha vida, mas também no trabalho que desenvolvi no meu primeiro CD. Ele é todo voltado para a realidade da minha comunidade, que não é diferente da realidade de Vigário Geral, do Borel, da Rocinha. Na prática, é tudo igual. Eu retratei coisas que vivenciei aqui. Por uma triste coincidência, acontece em todas as favelas. Até músicas que relatam histórias daqui – como Marquinho Cabeção e De Homem para Homem – provocam reações em pessoas de outras comunidades. Não são histórias só da Cidade de Deus. É uma triste verdade que se repete em vários lugares.

Você pensa em deixar a Cidade de Deus?

MV Bill - Hoje não vejo necessidade nenhuma nem tenho vontade de sair da Cidade de Deus. E torço para que isso nunca aconteça. Minha prioridade é continuar aqui o resto da minha vida. Não porque seja bom morar na favela. Não tenho orgulho de morar na Cidade de Deus, mas também não tenho vergonha. Ninguém deve se orgulhar de morar em uma favela, de não ter feito faculdade. Algo como: "eu falo errado e me orgulho disso". Não dá para se orgulhar. Mas tenho uma missão, preciso ficar agui. Agora as pessoas me vêem como referência, como exemplo. Através da minha luta, percebem que é possível vencer sem ser criminoso. Este é o momento em que precisam da minha presença aqui. O importante no ser humano é saber o que você representa. Sei que hoje represento um papel muito importante. Quando passo, muitas crianças vêm atrás cantando. Sei que tenho uma responsabilidade muito grande. Falo por milhares de pessoas que gostariam de falar e não têm voz. Minha prioridade é não sair daqui, mas não sei até quando vai dar para ficar.

Isso é complicado pra cacete. Não estou preparado para essas paradas. Não me considero artista. Quando falo isso as pessoas se chocam, mas é a verdade. Não sou artista, não sei uma nota musical. Como posso me autodenominar músico? Se um cara disser que eu não canto porra nenhuma vai estar falando uma coisa certa. Eu não canto nada, só declamo a realidade. Vejo os rappers, principalmente de São Paulo, dizendo: "porque nós, artistas, temos que nos impor, temos que ser considerados artistas". Acho que não temos que cobrar isso. Quem faz rap está mais para ativista do que para artista. Admiro o rap porque não há obrigação de ser ético ou sensato. O dia que passar a ser ético e sensato vira uma música qualquer, passa a tocar nas rádios grandes, em horário nobre. Mas não estou nem preparado nem preocupado com isso.

Qual a importância e o papel do grafite no hip hop?

MV Bill – Não vou falar qual é o papel, mas qual deveria ser. O grafite se tornou comercializável. Está em portas de lojas e empresas. Muita gente acha que a responsabilidade da informação é só do rap, mas não é. O hip hop é um movimento que tem DJ, grafite, break – que é a dança – e rap. A responsabilidade de conscientização não é só do rap, todos os elementos têm que ter sua consciência. Através do grafite também é possível protestar, fazendo desenhos expressivos que retratem a realidade. Gosto de grafite quando não é só um desenho e sim quando é uma arte que passa algo mais. Acho que pode dar uma grande contribuição a partir do momento em que for inserida uma maior consciência.

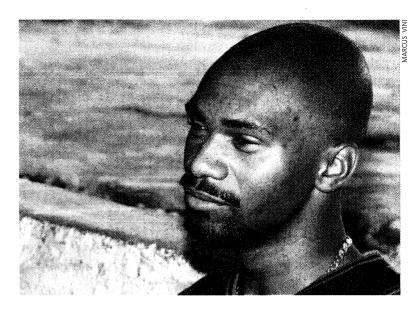
Alguns cantores que também se intitulam rappers fazem letras bem mais amenas que as suas.

MV Bill – O rap é como uma faca: aquela que você usa para passar manteiga no pão é a mesma que pode esfaquear uma pessoa. Tem gente que usa o rap para outros fins, para falar da maconha e de amor, de coisas belas. Dou graças a Deus por eles não terem passado o que passei, falar o que eu falo. Se o cara tem como falar de coisas bonitas, sorte dele que nasceu em um lugar bonito e viveu coisas bonitas. Isso não aconteceu comigo. Não falo da polícia, de droga, do crime, de revólver, de racismo porque acho bonito. São coisas que acontecem e não vejo ninguém falar. Muitos falam do amor, do samba, de carnaval, de festa. Para isso já existem grupos como Molejo, Mastruz com Leite, Os Travessos. Tem uma porrada de gente para falar dessas paradas. Está faltando gente para falar da realidade. Mas tem uma rapaziada nova chegando – não apenas eu - que está falando de coisas que precisam ser ouvidas.

Você diz que declama a realidade, nem todo mundo é capaz disso. Muitos conseguem apenas descrevê-la. Como você desenvolveu isso?

MV Bill – Se você pegar um cara que foi milionário a vida inteira e colocá-lo para viver na favela, ele não vai agüentar. Vai se matar. O cara que andou de BMW a vida inteira não vai agüentar pegar ônibus lotado. Já o pobre não pode se orgulhar de morar na favela, mas ele sabe transformar um lugar onde só tem miséria, desgraça e coisa ruim em algo festeiro. Isso não quer dizer que a vida dele é uma festa, mas ele sabe transformar aquilo em festa.

Muitos sociólogos acham que a arquitetura da favela é bonita, que a favela é muito poética, tem uma nostalgia - aquela coisa do samba. Não é esse o lado que eu enxergo. Vejo pessoas que estão agonizando e estão com muita vontade de respirar- igual a eles - e que não vêem



nenhuma poesia, nenhuma coisa bonita, arquitetura linda, na comunidade. A gente vê é perigo quando tem um barraco na encosta a ponto de desabar.

Nas suas letras, percebemos a importância da contribuição individual. Como poderia ser essa participação?

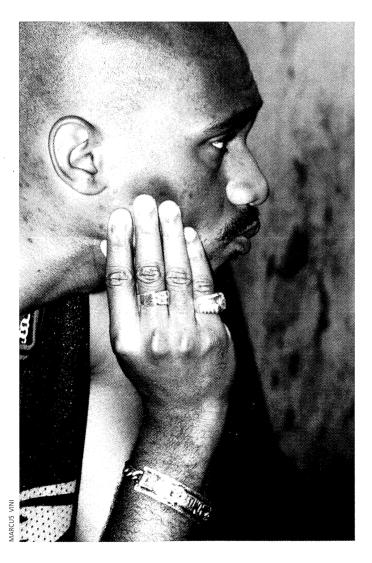
MV Bill - Pensar na paz mundial é utopia, mas a paz interior pode existir. Assim como a paz, a atitude de mudança também. Se você quiser abraçar o Brasil, vai ficar maluco e não vai conseguir nada. Mas se cada pessoa fizer a sua parte, alguma coisa pode ser mudada. Um exemplo: um moleque branco, classe média, que sempre estudou nos melhores colégios, falando alemão, inglês, francês, espanhol e muito bem o português. Ele é foda? Porra nenhuma. Não fez mais que obrigação. Ele estudou para aquilo, teve todo o suporte e a estrutura para ser aquele tipo de pessoa. Agora o molegue é foda mesmo quando nasce pretinho, discriminado por todos os lados, sem condição nenhuma de estudar e consegue falar inglês, espanhol, português, fazer faculdade. Esse sim é foda porque resistiu, nadou contra a maré, tudo estava a favor para que ele metesse a mão no fuzil.

Tem horas que acho que a culpa disso tudo é do sistema, tem horas que acho que a culpa é das próprias pessoas. Na realidade, a culpa é dos dois. O sistema fez uma coisa muito inteligente, deixou as pessoas em uma prisão sem muros e de mãos atadas, sem ter algemas. Quando a escravidão acabou, alguém disse: "você está livre, pode ir embora". Mas ir embora para onde se nunca tivemos nada? Não houve uma divisão de terras, não teve reforma agrária. As pessoas que eram consideradas escravas voltaram e continuaram trabalhando em troca de alguma coisa. E até hoje é assim. Os que eram senhores de engenho hoje são patrões; os que eram escravos,

hoje são empregados. Isso não mudou. Mas ficar parado reclamando da vida também não vai mudar nada. Está na hora de a gente apontar um pouco de soluções também. Uma delas é o pessoal começar a raciocinar e agir, começar a ter uma atitude de mudança.

Você está envolvido na fundação de um partido político?

MV Bill – É o Partido Popular Poder para a Maioria – PPPomar. É o único partido que poderia fazer uma mudança grande. Hoje não há um que a gente possa dizer "esse é um partido do povo". Precisamos de um partido com pessoas que vão realmente nos representar e que tenham sofrido estes problemas na pele. No nosso partido há setores que tratam do racismo e da favela. O PPPomar foi criado para lutar pelos interesses da maioria excluída, os pretos, afro-brasileiros, ou como quiserem chamar. Para formá-lo, algumas pessoas que fazem parte da mídia se reuniram, como Netinho, do Negritude JR, o pessoal do Racionais, Leci Brandão e alguns empresários de gravadoras. É um partido no qual posso depositar 100% de confiança. Não estou dizendo



que temos que votar no preto porque é o preto que vai consertar o país. São pessoas da minha confiança. E vou pregar essa confiança para outras pessoas. É um partido de pessoas que lutaram e sofreram com o preconceito, como sofrem até hoje, mesmo depois da fama, e acham que através da política pode ser mudada alguma coisa.

É um partido apenas de negros?

MV Bill - Se deixarmos os brancos entrarem no PPPomar, eles vão assumir tudo e nós vamos ficar para trás. Alguém duvida disso? Vão tomar a frente, já faz parte do instinto. E o preto se acomoda com esse segundo lugar. Podemos sim fazer parcerias, um entendendo o problema do outro. Em várias instituições do Movimento Negro quem está por trás é um branco. Uma pessoa branca não tem sensibilidade suficiente para entender nossas necessidades e exigências. Só você sendo preto 24 horas por dia para saber o que é necessário fazer. Em todo lugar que o branco chega – ele já foi criado assim, é tradição – não gosta de ser coadjuvante. Já o preto gosta dessa situação, assume o segundo lugar. O branco tem o instinto de tomar a frente.

Os que moram em favelas e bairros pobres não se sentem representados pelos políticos atuais?

MV Bill - A distância é muito grande. Até no discurso. Hoje a gente não tem um político em Brasília, no Senado, nos ministérios, que possa nos representar. O Antônio Carlos Magalhães é praticamente dono da Bahia. Na Bahia hoje são 95% de pretos e 5% de brancos, que dominam tudo. Fomos fazer um show em Salvador e descobrimos que aquilo lá, na verdade, é uma favela gigante. A classe média, que é minoria, domina tudo. Essa é a realidade. Fomos ao Maranhão, outro estado com preto pra cacete, e 2% de brancos dominam tudo. Lá, na considerada Jamaica brasileira, o DJ é preto, o público é preto, o locutor é preto, o carregador de caixa é preto. Mas o dono da rádio e o dono do equipamento são brancos. Os pretos não têm porra nenhuma.

Quando vem político fazer showmício aqui na comunidade eles sobem no palco, começam a gritar, a babar, a cuspir, falam uma porção de coisa, ficam vermelhos e ninguém entende nada do que eles estão falando. É uma outra linguagem, outra realidade. Aqui mesmo temos um exemplo. As pessoas conhecem só um Rio de Janeiro, mas ele é dividido em duas partes: da Zona Sul para cá é outro Rio - ninguém se preocupa. Em ano de eleição, tem um monte de candidato subindo morro, abraçando criança cheia de verme, com o nariz cheio de meleca. Para os políticos, a coisa que mais chama a atenção do povo, em um jingle de campanha, é o samba. A maioria coloca samba, outros colocam funk. É uma forma de abraçar a comunidade. É a hora de prometer asfalto corde-rosa, jogo de camisa. Na eleição, é a hora de correr para o outro Rio de Janeiro. Mas guando

são eleitos, só o outro – o primeiro Rio de Janeiro – é privilegiado. Não se vê político fazendo melhoria para a população carcerária. Não que considere que eles devam ser tratados como coitados. Mas ninguém faz nada para melhorar a condição de vida do preso. Não é para dar regalia, mas para ser realmente uma casa de recuperação. Não é certo deixar o cara sair pior, deixar a ociosidade aumentar. Precisa dar uma perspectiva para quando ele sair. Ninguém faz isso porque preso não vota. Mas se votasse íamos ver o César Maia e o Conde dentro da cadeia tomando banho de sol com os presos, falando "sou gente que nem vocês; já fui preso também"

Então você só acredita na política institucional a partir de candidatos negros ou que venham de comunidades?

MV Bill - Não procuro o político mais próximo da comunidade, vejo o que está menos longe, menos distante. Não acho que exista o melhor, existe o menos pior. Temos que decidir sem estar agarrado a partido algum. Temos que estar agarrados à proposta. O povo não quer saber de discurso bonito. Se um chegar aqui e disser que vai terminar a cobertura desta quadra, vamos votar nele. Vai dar emprego para todo mundo? Vamos votar nele. O povo quer isso, quer obra, quer o serviço sendo feito.

A comunidade precisa descobrir que o voto, acima de tudo, é uma arma. Talvez assim conseguiremos mudar um pouco este nosso país. Acredito em pessoas que são da comunidade, que temos acesso, podemos conversar, saber o que está sendo feito em prol dessa comunidade. Apesar de tudo, é preciso confiar em alguém ou perdemos a esperança.

Quando se aproximam as eleições, as pesquisas do Ibope e DataFolha dizem que fulano ou beltrano está na frente. Eu pergunto: alquém aqui já foi entrevistado pelo Ibope? Não?! Conhece alguém que já foi entrevistado? Nem eu! Essas pesquisas são totalmente manipuladas. As pessoas não têm instrução, mantêm uma certa distância da política. Correm quando se fala em política. Na hora da eleição, votam para o fulano que está na frente e acabam entregando o ouro mais rápido na mão do bandido.

Muitos jovens de 16 e 17 anos não tiraram o título de eleitor. Como você encara isso?

MV Bill - A política está desacreditada, mas precisamos acreditar em alguma coisa. Quando você anula seu voto, está dando mole. O cara que não participa também não pode reclamar. Vai reclamar do quê? É tipo os caras-pintadas. Lembro quando o Collor apareceu em um programa da Hebe Camargo, todo mundo gritava "lindo, lindo!" Muita gente votou no Collor de Mello porque ele era branquinho, bonitinho e tinha o padrão de beleza da novela. Esses mesmos que votaram nele depois pintaram a cara na rua para pedir que o Collor saísse. Não vi ninguém da Cidade de Deus pintando a cara e indo para o Centro da cidade. Na verdade, o jovem está preocupado com outras coisas – em fumar um baseado, escutar um rock, escutar funk. Não está preocupado com a política. Não só o jovem, todo mundo corre da política hoje.

Mesmo nas organizações de esquerda existem mais brancos que negros.

MV Bill – É como na bossa-nova ou no movimento estudantil na época da ditadura. Era um mon-

te de playboy lutando. E os pretos estavam onde? Estavam fazendo samba? Morria muito preto porque não tínhamos articulação para lutar. Não quero me agarrar a nenhum movimento de esquerdinha, falsa esquerda que votou no Collor de Mello, no FHC. Tem um montão de gente que é em cima do muro.

Acho muito poético, bonito as pampas, quando os caras vão para a TV e fazem um discurso todo bonitinho, falam de uma forma que só os intelectuais ou os que tiveram um pouco mais de instrução conseguem entender. E o povo mesmo, para quem ele deveria se dirigir, não entende nada. O povo não deve se apoiar, não deve ficar esperando solução de esquerda, do pessoal da classe média, esperando solução de ninguém. É preciso ter

atitude própria, fazer sua mudança. Conheço uma porrada de preto que quer se aliar a movimentos de esquerda. Alguns que conheci, sinceramente, não quero ver nunca mais. O movimento de esquerda dos caras era se reunir em uma sala fechada, só entre eles, ficar de conversa fiada. Todo mundo fuma um baseado, toma um cerveja, dá um tequinho, fica xingando o sistema, xingando Brasília. Isso é legal? Legal pra cacete, mas não é isso que o meu povo está precisando. Não estou em cima da cobertura para enxergar como eles. Estou lá embaixo, no meio do povo, no miolo. Minha visão é diferente e sempre vai ser. A única coisa que eu queria é que o meu povo tivesse instrução suficiente para entender o comentário do Arnaldo Jabor, só isso. Entendendo o comentário dele, acho que a gente já conséguiria chegar a algum lugar.

Você concorda com a tese de que a violência passou a ter maior repercussão quando começou a atingir mais frontalmente as classes média e alta?

MV Bill - Isso não é só com a violência. Com a Aids e com o câncer também. Com a violência não seria diferente. A sociedade brasileira só se incomoda quando chega até ela.

Eu pergunto: alquém aqui já foi entrevistado pelo Ibope? Não?! Conhece alquém que já foi entrevistado? Nem eu

Enquanto a violência estava quetificada dentro do morro, ela não existia. Mas quando o sangue começou a correr para o asfalto e o filho do doutor foi sequestrado, os condomínios começaram a ser invadidos, aí virou violência. Para eles, violência mesmo é um playboy, um estudante de medicina, entrar em um shopping e metralhar todo mundo no cinema. Mas a polícia invadir uma favela e fazer uma chacina não é. Ou mesmo uma chacina sem autoria para eles não é violência porque não incomodou a sociedade, não incomodou a elite.

Precisamos tomar cuidado com os falsos profetas. Tem um montão de cara que foi criado a base de Sustagen e Leite Ninho querendo ser favelado

Quais foram os benefícios que o rap trouxe para as comunidades?

MV Bill – O rap não tem condições de fazer uma obra, de fazer uma creche na Cidade de Deus. É um movimento de extrema esquerda que não é aceito. Tem dificuldades para tocar em rádios grandes, na TV, para passar um clip. Falamos de coisas que causam mal-estar. As letras de rap são verdadeiros socos na boca do estômago da burguesia. Quem domina a mídia, os meios de comunicação, é a burguesia. Não deixam o rap entrar. Não posso dizer qual foi o benefício que o rap trouxe para a população, posso dizer o que trouxe para mim. Ele me mudou, me deu uma perspectiva que não tinha mais. Acredito que, sendo passado com seriedade, como foi passado para mim, outras pessoas também

podem mudar. O rap trabalha com o boca-aboca. Monta um som, canta para 3, 5 ou 10 pessoas, é expulso da favela porque as coroas querem escutar samba. É assim que vai.

Através do rap algumas pessoas tomaram consciência do que representam na sociedade e da própria realidade. Esse não é o bem maior?

MV Bill - Para alguns artistas de verdade a recompensa é o dinheiro. Mas para quem é ativista, como eu, a maior recompensa não é essa. Não ganho muito dinheiro fazendo rap. Minha recompensa é quando vou a um lugar e sinto que as pessoas estão entendendo o que estou falando, que aquelas palavras estão servindo para alguma coisa. Não me considero um cara compreendido na minha comunidade. O raciocínio é raro para quem é carente. Às vezes me considero um louco. Poderia estar fazendo pagode, poderia estar com uma loura, poderia estar de Cherokee, ter uma cobertura na Zona Sul. E estou aqui na Cidade de Deus falando de realidade, falando de coisas que ninguém quer ouvir.

Mas precisamos tomar cuidado com os falsos profetas. Falar de realidade está dando ibope. Tem um montão de cara que foi criado a base de Sustagen e Leite Ninho querendo ser favelado: "que eu sou da favela, que eu sofri, passei fome". Passou fome por quê? Seu pai cortou sua mesada? Sua mãe parou de te dar Danoninho e aí você está reclamando? Isso acontece demais. Falar de realidade, mostrar o favelado na TV sofrendo – como No Limite, 20 e poucos anos da MTV e outros seriados que estão para vir dá ibope. As palavras projeto social, questão social estão em moda, todo mundo fala. Subir em um palco, ir à TV, dar uma entrevista e falar que se preocupa, que quer fazer alguma coisa para mudar, é fácil.

Para as crianças da Cidade de Deus você hoje é uma imagem da possibilidade de mudança. Até bem pouco tempo, isso ocorria em relação aos traficantes que ficavam famosos.

MV Bill - Acho que minhas conquistas servem como exemplo para mostrar que não é preciso ser criminoso nem jogador de futebol para se dar bem. Ao mesmo tempo, fico preocupado porque as pessoas não podem achar que a música vai levantar todo mundo. Senão dagui a pouco a favela inteira vai querer fazer rap e esse não é o caminho. Eles precisam descobrir que estudar, fazer uma faculdade, por exemplo, é uma arte que ainda não foi descoberta pelo nosso povo.

Mas como conseguir esse espaço em uma país tão desigual?

MV Bill - A sociedade está dividida em duas partes: a parte boa e a parte podre. A parte boa é onde estão os empresários, os políticos, as madames, os playboys. A parte podre, que é bem maior, é onde estão os camelôs, os assalariados, os desempregados, donas de casa, excluídos, pretos, nordestinos, o tráfico. Está tudo junto e eu estou nesse lado podre. Se a cidade se dividir e acontecer uma luta sei de que lado vou estar. Cada um de vocês tem que saber por qual vai lutar. Sei que tem muito cara daqui que vai para o lado de lá, mas sei também que tem cara de lá que vem lutar aqui. Estou na cabeca junto com eles. Só que o nosso povo não tem força, não tem estrutura, não tem conhecimento para isso. É a grande sorte.

A comunidade ainda está muito mais propícia a lutar contra ela mesma. Um preto não quer ver o outro preto bem. Ainda não temos força para lutar contra o inimigo comum, o inimigo natural. É mais fácil distribuir um monte de fuzis e um atirar no outro do que pegar os fuzis e direcionar para o lado certo, para aquele que nos oprime.

O Brasil, se não é o único, é um dos poucos países em que as pessoas conseguem conviver diante de um contraste social tão grande em perfeita harmonia. Se fosse em outro país, já teria estourado uma guerra civil. Nêgo já teria invadido o BarraShopping, teria invadido um montão de apê em Copacabana. Aqui os ricos e poderosos são tranquilos porque eles sabem que o nosso povo não vai fazer isso. Não que o povo seja feliz, mas é manso, é doutrinado, não tem força para fazer nada. Nosso povo não briga pela administração de um prédio, por um cargo político grande, não briga por uma emissora de TV, pela presidência de uma empresa. Nosso povo só briga por causa de pagode, carnaval, de funk, porque um pisou no pé do outro, porque um olhou para a mulher do outro, briga porque mora em favelas diferentes. O que leva nosso povo à guerra são coisas que não têm sentido, não vão causar mudança alguma. Poupam o trabalho do sistema enquanto o povo se mata.

Como é a relação entre tráfico e favelas?

MV Bill - O tráfico não traz nada de bom para a comunidade. Não posso ser contra o cara que está vendendo porque ele cresceu junto comigo, mas sou contra o tráfico de drogas. Não existe aliança a ser feita, a única coisa que pode existir é uma relação de respeito. Eles trabalham para fazer o negócio deles, mas não trazem nada de bom para a comunidade.

A cocaína é uma das maiores causadoras da destruição dentro das comunidades, juntamente com o álcool. Acho que assim não se pode trazer nada de bom; então discordo, sou contra. Faço shows em qualquer favela. Mas quem me leva já sabe do que falo. Conhece meu discurso e sabe que ele não muda quando chego ao palco. Às vezes fico entre a cruz e a espada. Não sou a favor da polícia nem a favor do tráfico e na favela tem os dois. Só que o pessoal do tráfico entende minha posição.

Se tivessem como manter o padrão de vida que alcançaram com o tráfico, os envolvidos seriam capazes de abandonar o crime?

MV Bill – Não, já estão entregues. O cara que está acostumado a ganhar R\$ 200, R\$ 300 por noite ou por semana não vai querer ganhar R\$ 151 por mês, aturando patrão, levando marmita, pegando ônibus cheio. Ele não vai querer, já acostumou com aquela vida. O cara que está acostumado a ganhar dinheiro não vai querer sair para pegar no batente. O tráfico se tornou uma microempresa, onde só falta ter fila de inscrição e receber telegrama em casa, esperar gente ser mandada embora para entrar. É um negócio lucrativo.

Mas não costumo chamar de traficante esses malucos que estão aí de fuzil. Para mim os verdadeiros traficantes moram na Zona Sul, são donos de avião, de navios e controlam toda a droga por telefone, não têm contato com a droga. Esses que estão aqui são simplesmente soldados. O cara que está na Colômbia ou na Bolívia plantando coca – descalço e se ferrando todo – também não considero um traficante. Mas são eles que vão parar na cadeia.

Que impacto teria a descriminalização da droga?

MV Bill – Seria trágico. Não se vê favelado pedindo para legalizar a maconha. Quem pede é a classe média, gente que mora na Zona Sul

e quer descer do prédio em Copacabana, ir à barraca do seu Manoel e pedir um cigarrinho de maconha. Quem vai ganhar muito dinheiro com isso é a Souza Cruz. O governo também ganharia muito. As comunidades não precisam legalizar a maconha. A gente já tem o acesso, já tem lugar para fumar – já tem tudo. Legalizar para quê?

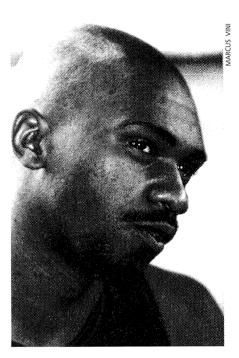
Mas isso não reduziria a violência?

MV. Bill - Só iria aumentar. O cigarro e o álcool são proibidos para menores de 18 anos. No entanto, existem várias crianças comprando cigarros e consumindo álcool. Com a maconha iria ser a mesma coisa. Mais importante que pedir para legalizar a maconha é pedir para legalizar um exército de professores, agentes

sociais e médicos para invadir a favela.

Sou contra a legalização da maconha porque isso não vai trazer benefício algum. Não se vê ninguém morrendo na Cidade de Deus por causa de maconha. A classe média quer é sair do inconveniente. Não sei se vocês já tiveram oportunidade de ver o que é uma fila de bocade-fumo. As pessoas levam coronhadas e bronca de moleques pequenininhos. Ninguém quer passar por isso. Essas pessoas querem é que exista o disque-maconha, um motoqueiro que leve o produto em casa.

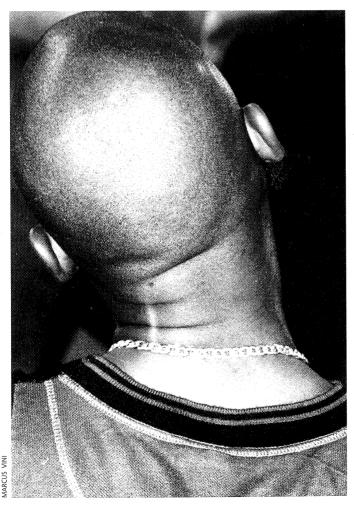
Tem mais: não seriam os molegues que estão como gerentes do tráfico os escolhidos para administrar essa empresa. Colocariam o filho do doutor, o filho da apresentadora de TV. Hoje temos uma juventude de drogados, jovens de classe média. Minha preocupação é que no futuro são esses jovens que vão entrar no lugar dos pais. Hoje o filho do presidente é drogado, o filho do senador e do deputado também. São eles que vão assumir o lugar deles no futuro. Corremos o risco de ter um país administrado por um monte de drogados. Para que eu vou me preocupar com a legalização da maconha?



Pessoas que foram algum dia ligadas à criminalidade buscaram uma mudança no rap. Como você vê o caso do Escadinha, que gravou um disco do qual você participou, e do Marcinho VP, que tentou lançar um livro e um disco?

MV Bill – O rap tem o poder de dar voz ao oprimido. No caso do Escadinha, tive pouco contato com ele. Quem me convidou para participar do disco foi a filha dele. Primeiro procurei analisar o projeto, dei uma olhada nas letras e pude perceber que não era apologia ao crime, muito pelo contrário. As letras dele são maneiras. Dão um toque dizendo que o crime não compensa. Nossa parte foi feita, demos voz a ele. Mas isso não impede que ele possa voltar para o crime de uma hora para a outra, não impede que esteja mentindo. Se errar, vai ser cobrado. Demos um voto de confiança.

Assim como o Marcinho VP também merece essa atitude. Se o cara quer fazer um livro, temos que dar apoio para a partir daí ele tentar mesmo mudar de vida. O que não pode é o sujeito levar duas vidas paralelas: querer ser um revolucionário e ser um bandido, injetando cocaína no morro.



Como você vê o trabalho das ONGs no Brasil?

MV Bill – Em alguns casos é bom, mas em outros é oportunismo. Algumas trabalham realmente pela mudança, mas outras trabalham pela autopromoção. Isso não acontece só com ONG, acontece com artista também. Tem muito cara de pagode que veio da merda, da favela, e quer fazer projeto social. Mas não tem o intuito de ajudar a comunidade e sim de se autopromover. Tenho em mente alguns projetos para fazer na Cidade de Deus, mas não quero que apareça projeto MV ou projeto Bill.

Projeto social ajuda bastante, mas não é tudo. A prioridade não pode ser apenas aula de música e escolinha de futebol, senão fica a impressão de que a ascensão só pode se dar através do futebol, do esporte e da música. Tem que ter informática, inglês e o próprio estudo mesmo, a educação formal.

Mangueira, Vigário Geral e Rocinha já viraram ponto turístico, não para a comunidade, mas para os de fora. Se o projeto social for para transformar a Cidade de Deus em ponto turístico de gringo, não guero. Mas a Vila Olímpica é um privilégio que deveria existir em todas as comunidades. O Favela-Bairro é um projeto para melhorar a favela. Mas não acho que a favela tenha que ser me-Ihorada. Tem que ser extinta. Tem que ser dada uma condição digna de moradia para o povo. O discurso é: "você mora em um barraco ruim e vou deixar você morar em um barraco mais ou menos". O povo não tem que morar em barraco mais ou menos, tem que morar em uma casa.

Alguns grupos de pagode fazem um trabalho social, investindo principalmente na formação de crianças. Isso não é bom?

MV Bill - Não quis dizer que qualquer projeto social feito por pagodeiro ou por jogador de futebol é ruim. Mas sou contra a autopromoção. Quando você faz alguma coisa para ajudar a comunidade não pode estar preocupado com o retorno. No meu caso, hoje a única coisa que tenho para passar são as palavras. Mas se um dia tiver a possibilidade de desenvolver um projeto, não quero divulgar para que estou envolvido. Não precisa dizer "o Bill que está fazendo". Só de falar "está tendo um projeto na Cidade de Deus e que a estatística de uso de drogas diminuiu, aumentou o número de crianças na escola, tem um montão de crianças com índices para ir às Olimpíadas, outras viraram professores" já é um incentivo.

O que você achou do Movimento Basta, Eu quero paz!?

MV Bill – Uma bosta. Uma porrada de gente vestida de branco, pensando que realmente ia mudar alguma coisa. Mas isso não muda nada. Só vi gente desinformada vestida de branco. É muita hipocrisia os artistas irem para as ruas vestidos de branco pedindo paz, pedindo para todo mundo se desarmar. Eles moram em condomínios fechados, com segurança armado, alguns têm guarda-costas armados. Outros têm armas em casa para proteção pessoal. E vão para a rua pedir para *nêgo* entregar arma!?

Ouvi: "ah, nós conseguimos arrecadar várias armas". Conseguiram arrecadar o quê? Doze de cano serrado, armas enferrujadas, garrucha, 22. É muito sonho! Se a idéia é acabar realmente com a violência e ter paz – não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil; não só na Zona Sul, mas no geral – deveriam investir mais em educação. E ter um pouco mais de solidariedade, respeito pelas pessoas. Não podem hostilizar nem menosprezar as pessoas que moram nas comunidades ou duvidar do potencial delas. É preciso dar oportunidade e criar uma expectativa de vida para os pobres. Talvez isso não terminasse com a violência, mas a diminuiria. As pessoas poderiam achar sua paz interior. A paz coletiva é utopia. Vestir-se de branco e ir para a rua levantar faixa com "basta, eu quero paz" não ajuda em nada.

Qual sua opinião sobre ação afirmativa?

MV Bill - Não vejo isso de maneira positiva, tira o mérito das pessoas. Se a cota virasse lei, a maioria das empresas iria trabalhar com o mínimo exigido pela lei. Isso serviria para nos inferiorizar ainda mais e mostrar que o cara está ali porque é exigida uma cota de preto. Em vez disso, deveríamos ter acesso à educação e à informação. É assim que vamos conquistar nosso espaço. Não precisaria em uma empresa com mil funcionários ter 200 pretos, poderia ter até 500, 600, 800. Como são poucos os privilegiados, o preto tem que estar no meio de uma porrada de branco, provando a todo momento que tem como estar ali. Estipular cota de negros em empresas não é o caminho, é o fim.

O lazer nas comunidades pobres é raro. Mesmo os bailes de música funk andaram proibidos.

MV Bill – Durante um tempo a música funk e o baile estavam sendo usados para um grande massacre entre os pretos, pobres e favelados. A gente via sair ônibus lotados de comunidades diferentes, todos se encontravam em um clube para brigar. Era pura autodestruição. Hoje o funk continua sendo discriminado, mas parece existir uma consciência maior de ambas as partes. Isso ainda não se reflete nas músicas mas sim nos freqüentadores dos bailes. Infelizmente é uma música que não passa nada, não tem mensagem. Mas tem a função dela, assim como o pagode, o rock, o reggae e o rap. Faço muitos shows junto com equipes de funk. O que peço para eles é que não deixem de ouvir funk, mas que passem a ouvir o rap também.

Como foi apresentar-se para o público do Free Jazz?

MV Bill - Poderia ter feito músicas novas e cantando um bagulho mais ameno. Mas não posso esquecer o que me levou para o Free Jazz: minha luta, minha atitude e o meu ativismo. E ali eu estava representando a favela, mas sabia que a maioria era da classe média. Assim como teve o Pedro Luís e a Parede, teve MV Bill e a favela. Naquele momento estava falando para milhares de pessoas, sabia da minha responsabilidade. Até quando cantei com uma arma na cintura

estava fazendo uma crítica à violência. Estava mostrando que a favela também é a favor do desarmamento, apesar de nunca ter sido consultada. Só a população de seqüestráveis é consultada se é a favor ou contra o desarmamento.

Você participou de um comercial da Telemar?

MV Bill - Não se tratava só de um comercial, tanto que já acabou. Era na realidade uma campanha contra a depredação e o vandalismo que afetavam também a minha comunidade. Por isso senti necessidade de fazer aquilo, porque iria beneficiar as pessoas. Quem olhar na propaganda vai ver que quem está ali sou eu, não é um cara maquiado. Não estou com camisa da Telemar nem falo o nome da empresa. Não sou garoto-propaganda da Telemar.

A paz coletiva é utopia. Vestir-se de branco e ir para a rua levantar faixa com "basta, eu quero paz" não ajuda em nada

Você assinou um contrato com a Natasha Records. Como resistir à cooptação? Como ocupar um espaco e continuar mandando sua mensagem?

MV Bill – É atitude e coerência, é não se tornar um hipócrita. E isso, infelizmente, é o que mais tem. Muitos têm o que falar, mas a partir do momento em que são cooptados pelo capitalismo, esquecem tudo isso. Não é só a esquerda branca que precisa ser sacudida, tem muito preto que também precisa. O cara está aqui na favela, tem uma porrada de sonho, uma porrada de coisas para reclamar. Mas quando tem oportunidade vai falar o quê? Aí ele já está na Xuxa, com a conta cheia de dinheiro. Melhor deixar para outro falar. E assim vai.

A Natasha Records não tem ideologia, é comerciante. Não vou me enganar achando que os empresários acreditam no meu discurso. Existe uma distância grande entre ser comercial e ser comercializado. Se acham que é fácil comercializar esse trabalho, vão à luta. Mas não vou me maquiar, fazer média com ninguém. Sou isso aqui. Minhas palavras são ásperas, quem quiser levar que leve.

Participaram desta entrevista: o escritor Paulo Lins e o jornalista Écio de Salles, do Afro Reggae. Equipe do Ibase: Cândido Grzybowski, diretor-geral; Iracema Dantas, editora da Democracia Viva: Anacris Bittencourt, editora do Jornal da Cidadania: Silvana Claudio, editora do IbaseNet; Jamile Chequer e Marcelo Páscoa, repórteres; e Geni Macedo, produtora.

Anjos caídos

los trinta, trinta e poucos anos. Pela ianela veio-os trabalhar em pé, num andaime pendurado por cordas, rente à muralha do prédio aos fundos. Naquela altura, avalio, qualquer descuido é um mergulho na eternidade. As roupas mal cobrem os corpos esquálidos, ambos metidos em bermudas esfiapadas. Um, o negro, veste a camisa 9 da seleção. O outro, branco, meteu-se numa camiseta laranja, sem mangas.

São dois. E sempre

os mesmos. Aí pe-

Pelas costas têm uns canos cruzados como uma espécie de parapeito com menos de um metro de altura. Nada de cinto de segurança, nada de capacete, nem de óculos de proteção, cordas de segurança ou sapatos especiais. Naqueles altos, sem páravento, anteparo ou qualquer proteção, expõem-se, em roupas exíguas, ao vento frio que vem do mar. Nos primeiros dias, a tímida primavera não se impõe ao inverno chuvoso, que teima em não partir. O frio assusta o Rio de Janeiro. No andaime, porém, os dois o enfrentam impávidos.

Um descasca a muralha, retirando as pastilhas antigas. O outro, com a máquina portátil, esmerilha a argamassa gorda – com muita cal – deixando a parede no osso – preparando-a, quem sabe, para um novo re-

vestimento. O pó que se solta, envolve os dois numa nuvem branca, fazendo-os desaparecer, como numa fumaça. Pode-se entrever apenas dois corpos soltos no ar. A lufada de vento seguinte dilui a nuvem de pó, branqueando o espaço em volta. E lá estão eles, mais visíveis, até que um novo jato de pó despega-se da parede esmerilhada, recompõe a nuvem, que volta a encobri-los. Eles vão e vêm, como se flutuassem. Como se voassem entre nuvens.

O vento balança levemente o andaime, aproximando-o e afastando-o da parede. Parece que eles nem se dão conta disso. Movem-se com desenvoltura de um lado a outro. Só de me imaginar, por um minuto, no lugar deles, sinto tonteira e calafrios. Estaria em pânico, atracado aos canos, tremendo ao menor balanço, de olhos fechados, sem coragem de olhar para baixo para não ver, daquela altura, o chão andando para frente e para trás.

De tempos em tempos, o da máquina interrompe o trabalho e perscruta as janelas dos prédios à volta. O pó se desvanece no ar. Vê-se, então, com nitidez, os cabelos brancos, a cara branca, os braços brancos, a frente branca da camisa. Como um palhaço ou um Pierrot, apenas olhos e boca, na cor natural, se destacam na imaculada maquiagem de cal. Se algo o interessa numa janela, ele, sem fazer qualquer gesto, informa ao outro suponho que com um sussurro - que, incontinente, também pára de trabalhar. E, do alto daquele balcão, balançando ao vento, ficam os dois empoados, elegantemente apoiados nos canos, como maltrapilhos nobres franceses, com olhares sequiosos à caça de inti-

Alcione Araújo

midade alheia. E deixam-se ficar ali, num ócio contemplativo. A posição privilegiada lhes dá o poder de devassar apartamentos e invadir privacidades.

A princípio, sem distinguir as palavras, ouço o murmúrio que lembra um solfejo. Descubro que vem de um deles. Pela melodia pressinto um samba. Agora, vejo que é o negro, travestido de anjo de branca pureza. E é um samba-enredo. Pela atitude dos dois o andaime torna-se um camarote, de onde assistem um imaginário desfile. Súbito, o outro, de máscara branca sobre a cara branca, não contendo o impulso, agita mãos, pés e produz ruídos guturais, arrancando um samba com tal sonoridade, que lembra uma bateria completa. Formada a dupla, surge o entusiasmo. O volume aumenta. Aguço os ouvidos e posso ouvir: "Foi um rio que passou em minha vida, e o meu coração se deixou levar...". Surgem curiosos nas outras janelas. Estimulados pela platéia crescente, passam a sambar, além de cantar e batucar. O andaime - onde agora agem como se fosse os altos de um carro alegórico - balança e sacode. As tábuas soltas do piso saltam sobre os canos de apoio. Um atrás do outro - o nobre empoado e o pierrot alegre - percorrem o perímetro do andaime num desfile insólito, a seis andares de altitude: Ah, minha Portela, quando vi você passar; senti meu coração apertado, todo o meu corpo tomado, minha alegria voltar...

Das janelas, moradores empolgados cantam em coro. Uma empregada samba com uma ponta da vassoura no quadril e a

outra balançando no ar uma estampada toalha. Era um carnaval aéreo, fora do tempo e surgido do nada. Eu estava alegre, admirado e apreensivo, tudo ao mesmo tempo. Precisava trabalhar, mas não conseguia arredar pé, sequer tirar os olhos. Meu corpo acompanhava o ritmo, mas meu coração se encolhia, temendo uma tragédia súbita. Pensei em gritar: que parassem com aquilo, que não corressem riscos. Mal abri a boca, o anjo negro cruzou o olhar com o meu. A alegria dele me atingiu como um soco; cantava: Carregava uma tristeza, não pensava em novo amor, quando alguém que não me lembro anunciou: Portela... Não! Nunca! Jamais poderia fazer qualquer coisa que impedisse a felicidade daquele homem. Que se divertissem em paz! Eu rezaria para o andaime resistir. Não posso definir aquele azul, não era do céu, nem era do mar...

Mas o andaime não resistiu. Duas das tábuas do piso caíram e, com elas, o homem da máquina. Não teve tempo de segurar em canos nem cordas. O barulho das tábuas no chão e os gritos das janelas cobriram o último som que emitiu. Atracado às cordas, o anjo negro desce ao chão. Um silêncio de pasmo toma conta das janelas. Ele vira o corpo do companheiro e acolhe sua cabeça no colo. Meu coração tem mania de amor. E amor não é fácil de achar. A marca dos meus desenganos ficou, ficou. Só um amor pode apagar... Ele olha para cima. As lágrimas deixaram dois sulcos negros cortando a cara branca.

INTERNACIONAL

Tradução: Lourdes Grzybowski

Tornar a administração municipal mais eficiente e próxima ao cidadão visando melhorar o espaço público coletivo para todos, sem distinção. Esse é o objetivo da Carta dos Direitos Humanos nas Cidades, ratificada no primeiro semestre deste ano em Paris.

O documento, discutido e elaborado por diferentes conselhos municipais e organizações de cidadãos, constitui instrumento jurídico significativo para favorecer e estimular o progresso dos direitos humanos. É endereçado àqueles que ocupam posição central na elaboração das políticas municipais setoriais e propõe que as autoridades se comprometam ativamente a fazer com que seja respeitada.

O ponto de partida para a elaboração de uma proposta para as cidades européias, em colaboração com o Conselho da Europa e a ONU, aconteceu em outubro de 1998. Por ocasião do 50° aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, prefeitos de 41 cidades européias, reunidos em Barcelona, adotaram o Compromisso das Cidades para os Direitos Humanos.

Instrumento para o futuro

Por que, no início do século XXI, uma carta européia sobre os direitos do homem na cidade? A Declaração dos Direitos do Homem (1948) é universal. Mas não foi reforçada e completada, por meio de outros engajamentos, acentuando a proteção de certos direitos pouco definidos?

A Convenção Européia (1950) oferece aquilo que chamamos de garantia juridicional. E, apesar disso, muitos direitos não são ainda efetivos e os cidadãos se reconhecem pouco na complicação dos procedimentos administrativos e jurídicos.

Como garantir melhor? Como agir melhor? Como assegurar mais as condições públicas do bem-estar privado de cada um? Aqui surge a cidade. É porque em todo lugar, onde o povo do campo faz sua longa caminhada em direção às cidades, onde essas acolhem numerosos migrantes ocasionais, mas também, e sobretudo, estrangeiros à procura da liberdade, de trabalho e de troca de saberes. que a cidade se tornou o futuro do homem.

Hoje ela é o lugar de todos os encontros, onde tudo é possível. É também o campo de todas as contradições e, portanto, de todos os perigos. No espaço urbano de fronteiras incertas encontram-se as discriminações ancoradas no desemprego, na pobreza, no desprezo pelas diferenças culturais. Mas também esboçam-se, multiplicam-se práticas cívicas e sociais de solidariedade.

Respostas às expectativas

A vida na cidade impõe, hoje, melhor precisão de certos direitos porque nós residimos nela é nela que procuramos trabalho, que nos deslocamos. Impõe também o reconhecimento do novo: o respeito ao meio ambiente, a garantia de uma alimentação sadia, da tranquilidade, das possibilidades de troca, de lazer etc.

Enfim, diante da crise que atinge a democracia representativa nos Estados nacionais e da inquietação que suscita as burocracias européias é que a cidade aparece como recurso de um novo espaço político e social.

O direito de cada um e cada uma de participar do futuro de sua cidade, de contribuir para a elaboração das decisões que forem tomadas, é parte integrante do exercício da cidadania. A construção de uma rede de cidades deverá permitir que essa reflexão continue nos meses e anos a seguir.

É na cidade que se abrem condições de uma democracia de convivência. Lá se apresenta a possibilidade de participação de todos os habitantes à cidadania: uma cidadania de cidade. Se cada direito definido pertence a cada um, cabe a cada cidadão, livre e solidário, garanti-lo a todos, igualmente.

O compromisso que tomamos aqui é endereçado às mulheres e aos homens de nosso tempo. Não pretende ser exaustivo, seu alcance dependerá da maneira como os habitantes da cidade o tomarão. Apresenta-se como um quadro de resposta às expectativas dos cidadãos.

Essa Carta será para eles, assim como para aqueles que os governam, um conjunto de pontos de apoio para reivindicar seus direitos, reconhecer eventuais violações e fazê-las cessar. Esses são oferecidos como ocasiões de superar as dificuldades e de conciliar as lógicas por vezes contraditórias que acontecem na própria vida da cidade.

Carta européia dos direitos humanos nas cidades

Parte 1 Dispositivos gerais

Art. I- Direito à cidade

- 1. A cidade é um espaço coletivo que pertence a todos os habitantes que têm o direito de encontrar nela as condições de seu desabrochar político, social e ambiental, ao mesmo tempo em que assumem seus deveres de solidariedade.
- 2. As autoridades municipais favorecem por todos os meios à sua disposição o respeito da dignidade de todos e a qualidade de vida de seus habitantes.

Art. II- Princípios de igualdade dos direitos e de não-discriminação

1. Os direitos anunciados nesta Carta são reconhecidos para todas as pessoas que vivem nas cidades signatárias, independentemente de sua nacionalidade. Elas são designadas aqui como cidadãos e cidadãs das cidades.

2. Estes direitos são garantidos pelas autoridades municipais, sem nenhuma discriminação quanto a origem, cor, idade, sexo ou opção sexual, língua, religião, opinião política, origem étnica, nacional ou social, ou renda.

Art. III - Direito à liberdade cultural, lingüística e religiosa

- 1. Todos os cidadãos das cidades têm o direito de exercer sua liberdade cultural, lingüística e religiosa. As autoridades municipais, em colaboração com as outras administrações, farão com que crianças que pertençam a outro grupos minoritários possam estudar sua língua materna.
- 2. A liberdade de consciência e de religião individual e coletiva é garantida pelas autoridades municipais a todos os cidadãos das cidades. Nos limites de sua legislação nacional, elas farão tudo para assegurar este direito tendo o cuidado de evitar a criação de guetos.
- 3. No respeito à laicidade, as cidades favorecem a tolerância mútua entre crentes e não crentes, e também entre as diferentes religiões.
- 4. As autoridades municipais cultivam a história de suas populações e respeitam a memória dos desaparecidos, assegurando o respeito e a dignidade dos cemitérios.

Art. IV- Proteção dos coletivos e dos cidadãos mais vulneráveis

- 1. Os coletivos de cidadãos mais vulneráveis têm direito a medidas específicas de proteção.
- 2. As autoridades municipais tomam medidas necessárias para que pessoas portadoras de deficiência sejam plenamente integradas à vida da cidade. Os alojamentos, os lugares de trabalho e de lazer devem se submeter a certas necessidades. Os transportes públicos devem ser acessíveis a todos.
- 3. As cidades signatárias adotam políticas ativas de apoio às populações mais vulneráveis garantindo a cada um o direito à cidadania.
- 4. As cidades tomam todas as medidas para facilitar a integração social de todos os cidadãos seja qual for a razão de sua vulnerabilidade, evitando os agrupamentos discriminatórios.

Art.V- Dever de solidariedade

A comunidade local é unida pelo dever de solidariedade recíproca. As autoridades locais participam favorecendo o desenvolvimento e a qualidade dos serviços públicos.

Art.VI- Cooperação municipal internacional

- 1. As cidades encorajam o conhecimento mútuo dos povos e de suas culturas.
- 2. As cidades signatárias se engajam a cooperar com as coletividades locais dos países em vias de desenvolvimento nos setores de equipamento urbano, proteção ao meio ambiente, saúde, educação e cultura e a envolver o maior número de cidadãos.
- 3. As cidades incentivam, particularmente os atores econômicos, para participar dos programas de cooperação e toda a população a se associar, com o objetivo de desenvolver um sentimento de solidariedade e de plena igualdade entre os povos que vá além das fronteiras urbanas e nacionais.

Art.VII- Princípio de subsidiaridade

- 1. O princípio de subsidiaridade que preside a repartição de competência entre a federação, os estados e as cidades deve ser negociado permanentemente para evitar que o Estado central e as outras administrações competentes não descarreguem suas próprias responsabilidades sobre as cidades.
- 2. Esta negociação tem por objetivo garantir que os serviços públicos do nível administrativo mais próximo da população tenham maior eficiência.

Parte II Direitos civis e políticos da sociedade local

Art.VIII- Direito à participação política

1. Os cidadãos das cidades têm o direito de participar da vida política local pela eleição livre e democrática dos representantes locais.

- 2. As cidades signatárias encorajam a ampliação do direito do voto e da elegibilidade no domínio municipal a todos os cidadãos com maioridade não nacionais, após um período de dois anos de residência na cidade.
- 3. Fora das eleições periódicas destinadas a renovar as instâncias municipais, a participação democrática é encorajada. Os cidadãos e suas associações podem participar dos debates públicos, interrogar as autoridades municipais sobre trâmites de interesse da coletividade e exprimir suas opiniões, seja diretamente por referendum municipal, seja através de reuniões públicas e de ação popular.
- 4. Aplicando o princípio de transparência e de acordo com as disposições legislativas dos diferentes países, a organização administrativa das cidades e as modalidades do trabalho municipal incluirão mecanismos de responsabilidade dos eleitos e da administração municipal.

Art.IX- Direito de associação, de reunião e de manifestação

- 1. Os direitos de associação, de reunião e de manifestação são garantidos a todos na cidade.
- 2. Os poderes locais incentivam a vida associativa como expressão da cidadania, no respeito de sua autonomia.
- 3. A cidade oferece espaços públicos para a organização de reuniões abertas e encontros informais. Ela assegura o livre acesso de todos a esses espaços, desde que sejam respeitados os regulamentos.

Art.X- Proteção da vida privada e familiar

- 1. A cidade protege o direito à vida privada e familiar e reconhece que o respeito às famílias, na diversidade de suas formas atuais, é um elemento essencial da democracia local.
- 2. A família, desde sua formação e sem intervenção na sua vida interna, beneficia-se da proteção das autoridades municipais e de facilidades, principalmente quanto à moradia. As famílias mais pobres dispõem para isso de ajuda financeira e de estruturas e serviços de assistência à infância e à velhice.
- 3. Todo indivíduo tem o direito de se associar sentimentalmente com a pessoa de sua escolha e de se casar sem que quaisquer obstáculos, que não os fixados por lei, possam se opor.
- 4. As autoridades municipais desenvolvem políticas ativas para zelar pela integridade física dos membros das famílias e encorajam o desaparecimento dos maus-tratos no seio dessas.
- 5. No respeito à liberdade de escolha em matéria de educação, religião, cultura e política, as autoridades locais adotam todas as medidas necessárias para proteger a infância e a juventude e favorecer a educação sobre as bases da democracia, da tolerância e da possibilidade de plena participação na vida da cidade.
- 6. As autoridades locais criam as condições para que as crianças possam se beneficiar de uma infância feliz.

Art.XI- Direito à informação

- 1. Os cidadãos das cidades têm o direito de ser informados de tudo o que concerne à vida social, econômica, cultural e administrativa local. Os únicos limites são relativos à vida privada e à proteção da infância e da juventude.
- 2. Os poderes locais garantem aos cidadãos uma circulação de informação geral acessível, eficaz e transparente. Com esta finalidade eles desenvolvem a aprendizagem das tecnologias de informática, favorecem o acesso a elas e a sua atualização periódica.

Parte III Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de convivência

Art.XII- Direitos gerais aos serviços públicos de proteção social

- 1. As cidades signatárias consideram as políticas sociais como parte decisiva das políticas de proteção dos direitos humanos e elas se comprometem a garanti-los no quadro de suas competências.
- 2. Os cidadãos das cidades acessam livremente os serviços municipais de interesse geral. Para isto, as cidades signatárias se opõem à comercialização dos serviços pessoais de assistência social nos outros setores de serviços públicos e cuidam para disponibilizar serviços essenciais de qualidade, com preços estáveis correspondendo a seu preço de custo.

3. As cidades se comprometem a desenvolver políticas sociais, principalmente direcionadas aos menos favorecidos, no sentido do repúdio à exclusão e à procura da dignidade humana e da igualdade.

Art.XIII- Direito à educação

- 1. Os cidadãos das cidades se beneficiam do direito à educação. As autoridades municipais facilitam o acesso à educação elementar das crianças e dos jovens em idade escolar. Elas encorajam a formação de adultos, em quadro de convivência e de respeito aos valores democráticos.
- 2. As cidades contribuem para colocar à disposição de todos os espaços e centros escolares, educativos e culturais, em um contexto multicultural e de coesão social.
- 3. As autoridades municipais colaboram para o crescimento do nível de cidadania através de pedagogias educativas, em particular no que diz respeito à luta contra o sexismo, o racismo, a xenofobia e a discriminação.

Art.XIV- Direito ao trabalho

- 1. Os cidadãos das cidades têm o direito de dispor de recursos suficientes, através de um emprego digno e que garanta a qualidade de vida.
- 2. As autoridades municipais contribuem, na medida de suas possibilidades, para a obtencão do pleno emprego. Para tornar efetivo o direito ao trabalho, as cidades signatárias favorecem o encontro entre a oferta e a procura de trabalho e encorajam a atualização e a reciclagem dos trabalhadores através da formação permanente. Elas desenvolvem as atividades acessíveis aos desempregados.
- 3. As cidades signatárias se comprometem a não assinar qualquer contrato municipal sem introduzir cláusulas de repúdio ao trabalho infantil e uma cláusula de repúdio ao trabalho ilegal, tanto para trabalhadores nacionais como para estrangeiros, de pessoas em situação regular ou irregular em relação às leis nacionais.
- 4. As autoridades municipais desenvolvem, em colaboração com as outras instituições públicas e empresas, mecanismos para assegurar a igualdade de todos no trabalho, impedir toda a discriminação por razões de nacionalidade, sexo, opção sexual, idade ou deficiência, em matéria de salário, de condições de trabalho, de direito de participação, de promoção profissional e de proteção contra a demissão. Elas encorajam o acesso igual das mulheres ao trabalho através da criação de creches e outras medidas, e o das pessoas portadoras de deficiência, através da colocação de equipamentos adequados.
- 5. Elas favorecem a criação de empregos protegidos que servem como porta de entrada para pessoas que tenham necessidade de se reinserir na vida profissional. Elas encorajam principalmente a criação de empregos ligados aos serviços de convivência ao meio ambiente, à previdência social e à educação de adultos.

Art.XV- Direito à cultura

- 1. Os cidadãos das cidades têm direito à cultura em todas as suas expressões, manifestações e modalidades possíveis.
- 2. As autoridades locais, em cooperação com as associações culturais e o setor privado, encorajam o desenvolvimento da vida cultural urbana no respeito à diversidade. São colocados à disposição dos cidadãos das cidades espaços públicos propícios às atividades culturais e sociais em condições iguais para todos.

Art.XVI- Direito à habitação

- 1. Todos os cidadãos das cidades têm direito a uma habitação digna, segura e salubre.
- 2. As autoridades municipais cuidam para que exista uma oferta adequada de moradia e de equipamentos urbanos para todos os cidadãos sem distinção em função de suas rendas. Estes equipamentos devem compreender estruturas de abrigo que permitam garantir a segurança e a dignidade aos sem-teto e estruturas adaptadas às mulheres vítimas de violência e para aquelas que querem sair da prostituição.
- 3. As autoridades municipais garantem o direito dos nômades de permanecer nas cidades em condições compatíveis com a dignidade humana.

Art.XVII- Direito à saúde

- 1. As autoridades municipais favorecem acesso igual para todos os cidadãos no atendimento de saúde e na prevenção.
- 2. As autoridades municipais tomam todas as iniciativas necessárias em matéria de saúde pública, principalmente pelas medidas de prevenção ou de intervenção, se a situação assim o exigir.
- 3. As cidades signatárias, por suas ações nos domínios econômico, cultural, social e de urbanismo contribuem para uma abordagem global de promoção da saúde para todos os habitantes com a sua participação ativa.

Art.XVIII- Direito ao meio ambiente

- 1. Os cidadãos das cidades têm direito a um meio ambiente saudável na procura da compatibilidade entre desenvolvimento econômico e o equilíbrio ambiental sustentável.
- 2. Neste sentido, as autoridades municipais adotam, com base no princípio de precaução, políticas de prevenção da poluição (inclusive acústica), de economia de energia, de gestão, de reciclagem, reutilização e recuperação do lixo. Elas ampliam e protegem os espaços verdes das cidades.
- 3. Elas fazem tudo para que os cidadãos apreciem, sem degradar, a paisagem que envolve e configura a cidade e que eles sejam consultados sobre as modificações que possam alterá-la.
- 4. Elas desenvolvem uma educação especificamente orientada ao respeito à natureza, em particular com as crianças.

Art.XIX- Direito a um urbanismo harmonioso

- 1. Os cidadãos das cidades têm direito a um desenvolvimento urbanístico ordenado, assegurando uma relação harmoniosa entre o hábitat, os serviços públicos, os equipamentos, os espaços verdes e as estruturas destinadas ao uso coletivo.
- 2. As autoridades municipais fazem, com a participação dos cidadãos, um planejamento e uma administração urbana que concretizem o equilíbrio entre urbanismo e meio ambiente.
- 3. Neste quadro, elas se comprometem a respeitar o patrimônio natural, histórico, arquitetônico, cultural e artístico das cidades e a promover a renovação do já existente.

Art.XX- Direito à circulação e à tranquilidade nas cidades

- 1. As autoridades locais reconhecem o direito dos cidadãos das cidades a meios de transportes coletivos compatíveis com a tranquilidade nas cidades. Neste sentido, elas favorecem transportes em comum acessíveis a todos segundo um plano de circulação urbana e interurbana. Elas controlam o tráfico de automóveis e asseguram a sua fluidez com respeito ao meio ambiente.
- 2. A municipalidade controla com rigor a emissão de todo tipo de ruídos e vibrações. Ela define as áreas totalmente reservadas ou reservadas em certos momentos aos pedestres e encoraja o uso de veículos não-poluentes.
- 3. As cidades signatárias se comprometem a conseguir os recursos necessários para tornar efetivos estes direitos, recorrendo, em caso de impossibilidade, a formas de colaboração econômica entre as entidades públicas, as organizações privadas e a sociedade civil.

Art.XXI- Direito ao lazer

- 1. As cidades reconhecem o direito dos cidadãos a dispor de tempo livre.
- 2. As autoridades municipais garantem a existência de espaços lúdicos de qualidade abertos a todas as crianças sem discriminação.
- 3. As autoridades municipais facilitam a participação ativa no esporte e fazem com que instalações necessárias à prática dos esportes sejam colocadas à disposição de todos os cidadãos.
- 4. As autoridades municipais encorajam o turismo e cuidam do equilíbrio entre a atividade turística da cidade e o bem-estar social e ambiental dos cidadãos.

Art.XXII- Direitos dos consumidores

As cidades cuidam, no limite de suas competências, da proteção aos consumidores. Neste sentido, e no que se refere aos produtos alimentares, elas asseguram ou fazem assegurar o controle de pesos e medidas, da qualidade, da composição dos produtos e da exatidão das informações, bem como dos prazos de validade da conservação dos alimentos.

Parte IV

Os direitos relativos à administração democrática local

Art.XXIII- Eficiência dos serviços públicos

- 1. As autoridades locais asseguram a eficiência dos serviços públicos e sua adaptação às necessidades dos usuários tomando o cuidado de evitar toda situação de discriminação ou abuso.
- 2. As administrações locais se dotarão de instrumentos de avaliação de sua ação municipal e levarão em conta os resultados.

Art.XXIV- Princípio de transparência

- 1. As cidades signatárias garantem a transparência da atividade administrativa. Os cidadãos são levados a conhecer seus direitos e suas obrigações políticas e administrativas pela divulgação das regras municipais que devem ser compreensíveis e revisadas periodicamente.
- 2. Os cidadãos têm o direito de ter uma cópia dos atos administrativos de administração local que os afetam, exceto se existe para isso obstáculos de interesse público ou relacionados ao direito à vida privada de terceiros.
- 3. A obrigação de transparência, de divulgação, de imparcialidade e de não-discriminação de ação dos poderes municipais se aplica à:
- execução de contratos municipais em aplicação através de uma gestão rigorosa das despesas municipais;
- seleção de funcionários, empregados e trabalhadores municipais no quadro de princípios de mérito e competência.
- 4. As autoridades locais asseguram a transparência e o controle rigoroso do uso dos recursos públicos.

Parte V

Mecanismos de garantia dos direitos humanos de convivência

Art.XXV- Administração da justiça local

- 1. As cidades desenvolvem políticas de melhoria do acesso dos cidadãos ao Direito e à Justiça.
- 2. As cidades signatárias favorecem a solução extrajudicial dos conflitos civis, penais, administrativos e profissionais, através de mecanismos públicos de conciliação, de transação, de mediação e de arbitragem.
- 3. Em caso de fracasso, a justiça municipal, respaldada por juizes de paz independentes, pessoas de bem eleitos por cidadãos das cidades ou por governos locais, tem competência para resolver com equidade os conflitos entre os cidadãos da cidade e a administração municipal.

Art.XXVI- Polícia de convivência

As cidades signatárias favorecem o desenvolvimento de corporações de polícias de convivência altamente qualificadas, com missões "de agentes de segurança e de convivência". Estes agentes aplicam políticas preventivas contra os delitos e agem como uma polícia de educação cívica.

Art.XXVII- Mecanismos de prevenção

- 1. As cidades signatárias se dotam de mecanismos preventivos:
- mediadores sociais ou de bairro, principalmente nas regiões mais vulneráveis.
- · Ombudsman Municipal ou Defensor Civil, enquanto instituição independente e imparcial.
- 2. Para facilitar o exercício dos direitos incluídos nesta carta e submeter ao controle da população sua realidade concreta, cada cidade signatária organiza uma comissão de alerta composta por cidadãos e encarregada de fazer uma avaliação da aplicação da Carta.

Art.XXVIII- Mecanismos fiscais e orçamentários

1. As cidades signatárias se comprometem a estabelecer seus orçamentos de maneira que as previsões de receitas e de despesas sejam tais que possam tornar efetivos os direitos anunciados nesta Carta. Para isto elas podem montar um sistema de "orçamento participativo".

- A comunidade de cidadãos, organizada em assembléias por bairros ou setores, ou ainda em associações, poderá assim exprimir sua opinião sobre o financiamento de medidas necessárias à realização destes direitos.
- 2. As cidades participantes se engajam, em nome do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante dos tributos, a não permitir que as regiões ou as atividades que estão sobre sua competência escapem à legalidade em matéria social, fiscal, ambiental ou de qualquer outra ordem; e elas agem de maneira que as áreas de exceção à legalidade desaparecam onde quer que existam.

Disposições finais

Valor jurídico da Carta e mecanismos de aplicação

- 1. A Carta, uma vez adotada, ficará aberta à assinatura individual de todas as cidades que se unam neste compromisso.
- 2. As municipalidades integram a sua regulamentação municipal com valor impositivo legal de pressão, os princípios e as regras e também os mecanismos de garantia propostos pela Carta e fazem menção explícita desta nas considerações de qualquer ato municipal.
- 3. As cidades signatárias reconhecem o caráter de direito imperativo geral dos direitos anunciados nesta Carta, e elas se comprometem a rejeitar ou a denunciar qualquer ato jurídico, em particular qualquer contrato municipal, cujas conseqüências seriam um obstáculo aos direitos reconhecidos ou seriam contrários à sua realização, e a agir para que os outros sujeitos de direito reconheçam também o valor jurídico superior destes direitos.
- 4. As cidades signatárias se comprometem a criar uma comissão encarregada de estabelecer a cada dois anos uma avaliação da aplicação dos direitos reconhecidos pela Carta e torná-la pública.
- 5. A Reunião da Conferência das Cidades pelos Direitos do Homem, constituída em assembléia plenária, decidirá elaborar um mecanismo de acompanhamento apropriado com o objetivo de verificar a receptividade e a boa execução desta Carta pelas cidades signatárias.

Disposições adicionais

Primeiro

As cidades signatárias se comprometem a agir em seus Estados de modo que as legislações nacionais destes permitam a participação dos cidadãos das cidades residentes não nacionais nas eleições municipais, no sentido expresso no artigo VIII.2 desta Carta.

Segundo

Com o objetivo do controle jurídico dos direitos contidos nesta Carta, as cidades signatárias se comprometem a demandar junto a seus Estados e à União Européia para que completem as declarações constitucionais dos Direitos Humanos ou a Convenção Européia dos Direitos Humanos.

Terceiro

As cidades signatárias elaborarão e farão Programas Agenda 21, aplicando os acordos adotados durante a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.

Quarto

Em caso de conflito armado, as cidades signatárias zelarão pela manutenção do princípio da livre administração da coletividade e pelo respeito dos direitos proclamados nesta Carta.

Quinto

O compromisso dos representantes das cidades será validado pela sua assembléia municipal que poderá formular restrições sobre alguns artigos, se julgar necessário, em função de sua respectiva legislação nacional.

PELO MUNDO

Jamile Chequer

Turista acidental

San José, na Costa Rica, está ficando conhecido como um centro de turismo sexual tanto do país quanto da América Central. Há quem diga que a situação está ainda pior do que na Tailândia e Filipinas. Três mil crianças estão envolvidas de acordo com o Instituto Nacional para Crianças. A ministra da Justiça, Mônica Nagel, discorda e diz serem apenas 15. O governo foi acusado de negligência pela ONG Casa Alianza na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. As autoridades locais estimam que aproximadamente 5 mil turistas do sexo masculino visitam a Costa Rica em busca de facilidades sexuais. Os estudos Niñas Prostitutas: Caso Costa Rica (1994) e Niñas y Adolescentes Prostituidas: Silencio Social y Violación de Derechos constataram que em 50% dos casos as meninas começaram a se prostituir entre 8 e 12 anos e todas já foram expostas a situações de violência física ou emocional. O governo lançou a campanha Salve Nossas Crianças, composta de anúncios em jornais, revistas, televisão e manuais para turistas. Tudo para diminuir esses números perturbadores. Mas com a pedofilia em alta, alimentada por sites criminosos, e em um país pobre como a Costa Rica, vai ser difícil controlá-la. Por enquanto, é só chegar à capital e perguntar a um motorista de táxi. Ele sabe onde encontrar garotas por US\$ 16.

Não há espaço no espaço

Localizada a 36 mil quilômetros da Linha do Equador, nossa órbita estacionária possui 350 satélites fixos. Desde 1964 os terrestres lancam objetos para o espaço com a intenção de transmitir informações para o mundo. Cada um possui uma localização específica negociada com a União Internacional de Telecomunicações (UTI), subordinada às Nações Unidas. Cada satélite tem um tempo útil de vida. De acordo com a Academia Internacional de Astronáutica, quando o combustível acaba, devem ser levados para uma órbita superior, cerca de 300 km da órbita estacionária. O problema é que nem sempre essa recomendação é cumprida. Há pelo menos 115 satélites mortos rondando o planeta. Ocupando um precioso espaço e aumentando o risco de colisões. Além disso, foram catalogados 8.500 objetos com mais de 10 cm e inúmeros resíduos menores.

Que planeta é este?

Baseado no estudo Voices of the Poor, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, do Banco Mundial, traz poucas boas notícias. A Índia, por exemplo, conseguiu aumentar o número de meninas frequentando a escola. Entre 1987 e 1998 o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia no leste da Ásia caiu de 420 milhões para 280 milhões. Dos 360 milhões de chineses pobres em 1990, cerca de 210 milhões continuaram na mesma situação em 1998. Em Maurício, um país próximo a Madagáscar, toda a população (1,2 milhão de habitantes) tem acesso ao saneamento básico, 98% possui água potável e 97% dos partos são atendidos por pessoas qualificadas. Mas um relatório de luta contra a pobreza não poderia deixar de trazer números tristes. Não neste planeta.

Somos 6 bilhões de habitantes. 2.8 bilhões vivem com menos de US\$ 2 por dia. 1,2 bilhão, com menos de US\$ 1. Destes, 44% vivem no sul da Ásia. Nos países pobres, 20% das crianças morrem antes dos cinco anos de idade e 50% abaixo dessa faixa etária são desnutridas. Apesar do sonho utópico de um mundo sem desigualdades sociais, a renda média nos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes a média dos 20 mais pobres. Ou seja, nos últimos 40 anos essa diferença duplicou. Entre otimistas e pessimistas, a meta estabelecida ainda é de que até o ano 2015 a pobreza seja reduzida pela metade, a mortalidade infantil caia em 2/3 e a mortalidade materna em 3/4. É ver para crer.

Vão sumir, hein ?!

Gorila, chipanzé, lêmure de Madagáscar, orangotango, tigre, lobo da Etiópia, panda gigante, pagode dourado (flor), baleia azul, elefante africano, tartaruga-de-três-listras. 998 espécies nos Estados Unidos, 805 na Malásia, 763 na Indonésia, 459 na Índia. Todas ameaçadas de extinção. Um total de 11.046 plantas e animais correndo o risco de desaparecer da face da Terra. Essa é a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas, divulgada pela União Mundial para a Natureza (IUCN). A situação é mais que alarmante: 1/4 das espécies de mamíferos está com os seus dias contados. A última Lista Vermelha foi divulgada em 1996. Mas de lá para cá os números de perigo cresceram em 12% para os pássaros, 25% para os répteis, 30% para os peixes, 20% para os anfíbios, 4% para as plantas e 24% para os mamíferos. Com uma situação dessa haja Eco 92.

Informações: www.redlist.org

Tolerância zero

No momento em que palestinos e judeus voltam às turras, a Igreja Católica prova que a intolerância religiosa, um dos motivos do conflito, também assombra o cristianismo. No dia 5 de setembro, o cardeal Ratzinger, da Congregação para a Doutrina da Fé da Igreja Católica, divulgou o documento Dominus Iesus. O texto surpreende quem acompanha o esforço que a Igreja faz pelo ecumenismo desde o pontificado do Papa João XXIII e o Concílio Vaticano II (62/65). Ao contrário do que se poderia pensar, a pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser), Regina Novaes, não acredita que haverá um recrudescimento das posições conciliatórias do Vaticano. "A Igreja precisa conviver com o pluralismo. O documento não condiz nem com a própria estrutura do Vaticano, que possui setores que cuidam especificamente do diálogo com outras religiões."

O texto afirma o caráter pleno, definitivo e universal das revelações de Jesus. Só o cristianismo possibilitaria a autêntica fé. As demais tradições não possuiriam a mesma origem divina. O catolicismo seria a única religião verdadeira, universal, superior às outras igrejas cristãs e com uma relação privilegiada com Deus. Lê-se no documento que os evangélicos "não conservam um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico".

Chore por mim, Argentina

Nosso irmão de Mercosul está com muitos problemas. Enquanto o desemprego beira a faixa dos 20%, o peso tem o mesmo valor do dólar - que aliás é moeda corrente no país - e o custo de vida está nas alturas, De La Rúa tem que segurar presos políticos em celas.

Em janeiro de 1989, quando o país ainda vivia sob ditadura militar, um grupo de civis invadiu o quartel de La Tablada com a intenção de impedir o avanço dos carapintadas. Hoje, 15 deles estão presos em cárceres privados condenados à prisão perpétua. Cinco, sob liberdade vigiada, dois, presos na Espanha e seis, sendo procurados. E já se vão pelo menos 10 anos de democracia. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA deu um informe, em 1997, sobre as arbitrariedades cometidas durante o julgamento na Câmara Federal de San Martín - onde foram condenados - entre elas, o direito de defesa. A situação tende a piorar. Só este ano os presos já fizeram duas greves de fome com duração superior a 30 dias, cada uma. Entre conversas e cafezinhos, os políticos portenhos apenas prometeram, mas ainda não atenderam às especificações da CIDH.

José Saramago, Frei Betto, deputados do PT, os presidentes do México, Ernesto Zedillo, e da Venezuela, Hugo Chávez, já condenaram a atitude argentina. Só estamos esperando FHC se pronunciar.

"Chame o ladrão", cantava Chico Buarque em Acorda Amor, irônica referência às ligações da Polícia com a ditadura e a repressão política. Ainda hoje, polícia e arbítrio são conceitos que se confundem no Brasil, principalmente entre pobres e negros. Quem os conhece, sabe. Um dos caminhos propostos para solucionar os problemas do aparato de repressão do Estado é a unificação das Polícias Civil e Militar.

Unificação das polícias

Embora a violência seja resultado de um complexo que abrange desde as consequências de decisões econômicas governamentais até a própria tessitura da vida social, é inegável que os policiais - os que ficam cara a cara com a violência são parte integrante e interessada na questão. Muitas vezes algozes, outras, vítimas.

A unificação tem componentes complexos que precisam ser levados em conta. Seria uma solução a formação de policiais com base nos Direitos Humanos e no Estado de Direito? Duas instituições com histórias diferentes podem ser uma só? Melhoraria o diálogo com a sociedade, ajudando na compreensão mútua das necessidades e expectativas? As concepções de democracia política ganharam a cena no final do século XX. O jogo democrático cria novos desafios para todos. Que dirá para os órgãos de repressão.



Reforma urgente e necessária

Luís Antônio Francisco de Souza

Doutor em Sociologia e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP

A democracia se fundamenta no princípio segundo o qual o indivíduo deve ser considerado titular de direitos. Toda a estrutura da administração pública, incluindo justiça e segurança, decorre de delegações precisas e restritas. É o indivíduo que deve ser protegido e ser alvo primordial das políticas públicas. O poder do Estado decorre da capacidade de controlar as fontes de violência e os conflitos existentes na sociedade. Esse poder nunca pode ser ilimitado; ao contrário, o exercício das funções públicas demanda a existência de inúmeros controles institucionais, jurídicos e políticos.

Em uma sociedade democrática, as funções e deveres dos órgãos de aplicação da lei correspondem à manutenção da ordem pública, à prestação de auxílio e assistência em emergências e à prevenção e repressão ao crime. As instituições policiais são órgãos tradicionais do Estado, dedicados a este fim. Mas no Brasil, e na América Latina, essas organizações sofreram forte influência das ditaduras militares e só recentemente passaram a ser remodeladas pela democracia.

Os órgãos de aplicação da lei, durante o regime de exceção, tornaram-se sistemas fechados e hierárquicos, com sua estrutura quase militar. Mas o militarismo não foi característica assumida somente pelas PMs. Mesmo antes da ditadura, as polícias civis operavam em uma cadeia de comando, com separações estritas de poder e autoridade.

A literatura internacional especializada em polícia demonstra que a existência de um sistema policial hierarquizado não representa maior controle sobre a atuação do policial de rua. Ao contrário, o poder discricionário do policial continua sendo amplo. Na verdade, a disciplina e a hierarquia rígidas têm servido mais para aguçar o corporativismo e

acobertar irregularidades do que controlar a ação policial. Na polícia, o processo de tomada de decisões ainda é feito de cima para baixo e seus objetivos institucionais continuam regressivos.

A polícia pode ser caracterizada como um serviço sem clientes, pois além dos policiais julgarem que não devem responder a qualquer forma de controle, os critérios de atuação, as estratégias de policiamento e as decisões são tomadas a partir de critérios internos, segundo o juízo do comando. *Apanhar criminosos* continua sendo a prioridade das polícias brasileiras, não obstante o clamor público por uma política que aumente o sentimento de segurança do cidadão e dê respostas adequadas às questões sociais.

É possível perceber que as polícias no mundo inteiro passaram, nas últimas décadas, por processo denominado por um pesquisador francês de *expansive and expensive*. As polícias procuraram aumentar sua influência política e institucional para clamar por mais verbas e, assim, os orçamentos e o *staff* policiais cresceram em proporções consideráveis. A capacidade das polícias em responder às novas demandas democráticas, em diversos

países de novas democracias, está limitada a respostas padronizadas, que vão da violência física desnecessária à inação, passando pela corrupção. Essas instituições têm demonstrado pouca capacidade de antecipação de problemas, de planejamento técnico e de flexibilidade administrativa.

Efeito perverso

As polícias não canalizam adequadamente os problemas que emergem do contexto social, pois ainda funcionam dentro da limitada concepção de defesa do Estado. A polícia ainda concebe o público como ameaça ou como inconveniente. Portanto, passa por enormes dificuldades para estabelecer e manter relações eficazes com as demandas populares, ou para compreender suas necessidades e expectativas. Como resultado, além da baixa capacidade de conter a criminalidade e de aumentar a eficiência do sistema de justiça criminal, a polícia conta com as piores avaliações na opinião pública.

Em pesquisa realizada recentemente pelo Datafolha, 2/3 dos brasileiros dizem sentir mais medo do que confiança nas polícias do país, e a base desta desconfiança se encontra na violência e na corrupção, compreendidas como sendo ilegalidades comuns nessas instituições. Desta avaliação resultaria, inclusive, a aceitação, por 75% dos entrevistados, da intervenção do Exército no combate à violência urbana. (Folha de São Paulo, 25 jun. 2000)

Segundo levantamento realizado pelo Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, com informações extraídas da imprensa de 1980 a 1996, as notícias sobre violência policial podem ser organizadas na seguinte tipologia:

- a) ação cotidiana: intervenções armadas de policiais no exercício de suas funções, compreendendo casos de tortura ocorridos em delegacias e cadeias;
- b) ação contra inocentes: casos nos quais as vítimas da ação policial são confundidas com infratores:
- c) ação fora de serviço: casos nos quais os policiais perseguem e prendem criminosos mesmo fora do horário ou quando trabalham em bicos;
- d) repressão a rebeliões: casos de intervenção armada de policiais, em geral da Polícia

- Militar, em motins ocorridos em presídios, delegacias e/ou cadeias públicas; e
- e) repressão a manifestações públicas, cuja característica é o uso exacerbado da força física.

O resultado sugere perigosa persistência da violência policial em nossa sociedade, a despeito do aumento do repertório de direitos, consignado na Constituição de 1988. Através das notícias veiculadas pela imprensa, percebe-se que a violência policial tem estado presente no debate público, mas as soluções não têm acompanhado a intensificação dos debates.

A violência letal da Polícia Militar de São Paulo está bem abaixo do número recorde de 1.421 civis mortos em 1992, mas tem persistido na ainda alta faixa de 400 a 590 (entre 1993 e 1999). Somente no primeiro semestre de 2000, a PM de São Paulo matou 449 indivíduos. De 1991 a 2000, as duas Polícias do estado mataram 6.566 indivíduos contra 731 policiais mortos no mesmo período. Para cada policial morto em confrontos houve a morte de 10 civis. Do total de 731 policiais mortos, 128 PMs foram mortos em serviço, contra 484 mortos em folga; e dos 75 policiais civis mortos em serviço, 44 foram mortos em folga. Aparentemente, a PM está matando mais, porém não em situação concreta de resistência à prisão - já que suas baixas ocorrem quando o PM está fazendo bicos (dados da Ouvidoria de Polícia de São Paulo). É uma situação inaceitável.

Pelas costas

A violência policial corre paralela ao aumento das mortes violentas nas periferias e nas regiões metropolitanas das principais capitais do Brasil. As mortes violentas podem ainda ser fruto da participação de policiais em grupos de extermínio ou de execução sumária. Policiais agindo privadamente e estimulando o aumento e não a diminuição da criminalidade. Notícias cotidianas de uma guerra particular não podem ser aceitas pelos cidadãos nem pelas autoridades.

Em pesquisa realizada pela Ouvidoria de Polícia de São Paulo sobre uso de força letal por policiais, em 1999, constatou-se que "a Polícia paulista mata mais da metade de suas vítimas com tiro nas costas. Acerta um terço delas na cabeça. Comete a maioria dos homicídios à noite, muitas vezes sem testemunha. Na maior parte dos casos, não há

provas de que a vítima cometia algum crime" (Folha de São Paulo, 17 jul. 2000). O levantamento foi realizado a partir da análise de inquéritos policiais e laudos periciais de 224 vítimas fatais, de um total de 664 mortes decorrentes da ação policial em 1999. Os dados falam por si.

Outro aspecto a destacar é o poder problemático que a Polícia Civil brasileira tem sobre a custódia de presos nas delegacias. A detenção para interrogatório, ou para aguardar o pronunciamento da justiça criminal, sempre foi característica da Polícia Judiciária brasileira, desde sua criação em 1841. Há longa lista de reclamações e críticas dessa situação ao longo da história.

Todavia, a situação tem se agravado nas duas últimas décadas. Notícias da imprensa assinalam a degradação das condições das carceragens policiais desde meados da década de 70; sabe-se que, nas principais cidades brasileiras, as carceragens são cenários de inúmeras violações de direitos humanos. As condições iníquas de detenção colocam os presos em situações de risco de saúde e atingem os profissionais da polícia. Enquanto o problema persiste, aumentam os riscos de rebeliões, além de fugas provocadas por grupos armados que invadem delegacias ou promovidas por gente de dentro, mediante cobrança de taxa que aumenta conforme a importância do detido. Tais fatos fazem parte do noticiário e estão se tornando lugar comum em São Paulo

Na mira do cidadão

Tudo isso indica a urgência com que deve ser discutida a questão policial no Brasil. Não se trata apenas de reformas pontuais para agradar não sei qual corrente política, institucional ou social. A reforma das instituições policiais deve entrar definitivamente na pauta dos programas de governo dos estados brasileiros. A sinalização que recebemos das democracias consolidadas é que a polícia precisa tornarse cidadã e promover a segurança de todos, respeitando direitos.

As propostas de unificação ou de integração das Polícias Civil e Militar podem surtir efeito desde que atinjam o cerne do problema. Se forem medidas paliativas, a atuação da polícia continuará arbitrária e de poucos resultados no controle da violência.

Do lado das Polícias Militares, seria preciso minimizar a concepção militarista de defesa do Estado e democratizar internamente os canais de comunicação e o processo de promoção e diminuir os níveis hierárquicos. Impossível conceber uma instituição na qual o policial de rua jamais ocupará posição de mando.

É preciso levar os programas de policiamento comunitário a sério e avaliar rigorosamente os resultados. Nas Polícias Civis, a extinção dos inquéritos policiais seria desejável, pois representaria a liberação do tempo dos policiais para a investigação, à medida que se livrariam de atividades cartoriais.

A extinção também diminuiria o poder quase judicial que a polícia hoje possui, impedindo a ocorrência de irregularidades na detenção, na guarda e no indiciamento de suspeitos. Na Polícia Civil também seria importante implantar um sistema de acompanhamento da eficiência dos investigadores; e as perícias, inclusive, devem ser feitas com mais presteza e de forma independente. Outro aspecto importante seria a implantação de sistema de informática que produza informações criminais confiáveis para orientar políticas de segurança de curto e longo prazos. Para completar o quadro de reforma, haveria que se implantar sistemas múltiplos de accountability, pelo Ministério Público, por Corregedorias independentes, por Ouvidorias e por Conselhos populares.

É importante ressaltar que a punição de policiais violentos e corruptos é necessidade premente, mas é preciso atuar de forma preventiva. A reforma da polícia necessita contemplar processos de feed-back entre as necessidades das ruas, a burocracia interna e as escolas de formação, inclusive estimulando que policiais façam cursos superiores.

Portanto, a unificação das polícias seria evento necessário, mas insuficiente caso não ocorra paralelamente a uma reforma institucional mais ampla. Não adianta colocar um bom vinho em um barril furado. Todo investimento em Segurança pode se perder sem que se consiga mudança substancial da situação presente. Para contribuir com a diminuição das inaceitáveis taxas de homicídios, furtos, roubos, corrupção e violações dos direitos humanos, é fundamental a implementação de nova concepção de polícia e de nova organização policial. A atuação dos poderes públicos constituídos somente mudará à medida que sejam valorizados os controles democráticos e a transparência – peças fundamentais em qualquer democracia. 🛮

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. *Violência e civilização*: In SANTOS, José Vicente & GUGLIANO, Alfredo. *A sociologia para o século XXI*. Porto Alegre. SBS/Educat. 1999
- BAYLEY, David H. *Police for the future*. New York. Oxford University
- BAYLEY, David H. What works in policing. Readings in crime and punishment. Oxford. Oxford University Press. 1998.
- BRODEUR, Jean-Paul "La police: mythes et réalités" *Criminologie*. *La police après 1984*. Les Presses de L'Université de Montréal, XVII (1) 9-41. 1994
- BRODEUR, Jean-Paul. "Police de proximité et citoyenneté en Amérique du Nord" in *Les dilemmes de la proximité*. Cahiers de la Sécurité Intérieure. Numéro 39, premier trimestre, 2000
- DALLARI, Dalmo de Abreu. "Organização policial integrada" Revista
 Trimestral de Direito Público. vol. 93. número 4. 1993
- ERICSON, Richard. *Reproducing order*. Toronto. University of Toronto Press. 1982
- FÓRUM NACIONAL DE OUVIDORES DE POLÍCIA. Proposta de Projeto de emenda constitucional sobre um novo modelo de polícia no Brasil. São Paulo, 2000
- GOLDSTEIN, Herman *Problem-oriented policing*. Philadelphia. Temple University Press. 1990.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Policing Rio de Janeiro. Repression and resistance in a nineteenth-century City.* Stanford University, California. 1993.
- LIMA, Roberto Kant de "Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 10(04). 1989
- MARIANO, Benedito Domingos. "A polícia e os fatos históricos" Folha de São Paulo, 13 de julho de 2000.

- MINGARDI, Guaracy *Tiras, gansos e trutas. Cotidiano e reforma na polícia civil.* São Paulo. Ed. Página Aberta. 1992
- MONJARDET, Dominique "Questionner les similitudes: à propos d'une étude sur la police" *Sociologie du Travail*, 2-89 pp 193-204 1989
- OLIVEIRA, Luciano *Sua excelência o comissário*. Recife. Dissertação de mestrado. PIMES. 1984.
- PINHEIRO, Paulo S. "O passado não está morto: nem passado é ainda" In Dimenstein, G. *Democracia em pedaços Direitos Humanos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras. 1996.
- PINHEIRO, Paulo S."O controle do Arbítrio do Estado e o Direito Internacional dos Direitos Humanos" In: *Direitos Humanos no Século XXI*, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionai/IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1998.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNEL, Guilhermo. *A Democracia no*Brasil. Dilemas e pespectivas. São Paulo. Vértice/Revista
 dos Tribunais. 1988
- ROCHA, Adair. "Polícia em cena: segurança?" O Globo, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1998.
- SHEARING, Clifford. *Reflections on accountability for policing*. Paper apresentado na Conferência sobre policia. São Paulo. 1998
- SKOLNICK, Jerome & Bayley, David H. Community policing: issues and practices around the world. Washington. National Institute of Justice. 1988
- STENNING, Philip C. (org) Accountability for criminal justice.

 Selected essays. Toronto. University of Toronto Press. 1995
- TRAVIS, Jeremy. "Policing in transition." Plenary Address at the Fourth Biennial Conference: international perspectives on crime, justice and public order. Budapest. Hungary. 1998

Cidadania iBase

O Jornal da Cidadania é distribuído mensalmente para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. São trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradores de periferias, estudantes e professores, entre outros segmentos da sociedade. Sua tiragem de 40 mil exemplares chega gratuitamente a todos os estados brasileiros.

Participe dessa iniciativa. Você pode colaborar com contribuições voluntárias ou organizando um núcleo de distribuição. Doações de pessoas jurídicas serão abatidas no Imposto de Renda.

Converse com a gente pelo telefone (21) 509.0660 ou pelo e-mail jcidadania@ibase.br



A (in) segurança pública em questão

Luiz Flávio Gomes

Mestre em Direito Penal pela USP, autor de trabalhos jurídicos na área criminal e diretor e editor responsável do site www.direitocriminal.com.br

A unificação das polícias está em discussão, na atualidade, através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), cujo relator é o deputado Alberto Fraga (PMDB-DF). A tendência é conferir também à Polícia Militar a tarefa de investigação: "a polícia que prende também tem que investigar o crime", diz o parlamentar. Será sugerida a integração das Polícias Civil e Militar, para no futuro permitir uma unificação. Aliás, a centralização dos comandos das duas polícias é providência que o governo do estado de São Paulo já está tomando (cfr. Folha de São Paulo 15 set. 2000, p. C5).

Em um debate promovido pelo jornal Folha de São Paulo tivemos a oportunidade de externar nosso ponto de vista sobre essa questão. Salientamos na ocasião que é absolutamente impossível unificar água e óleo. Não é a desmilitarização – ou desconstitucionalização ou descentralização - que resolve o problema da polícia, que não é propriamente legal ou jurídico (cfr. LAZZARINI, Álvaro, Do sistema criminal e do seu subsistema da segurança pública, em Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, ano 3, n. 5, jan-jun/200, p. 245 e ss.). Seu problema, sobretudo, é comportamental. Entendo válida a iniciativa de educar todo policial conforme os direitos humanos fundamentais e o Estado de Direito. A polícia tem que ser. expressão do Estado Constitucional e Democrático de Direito. Não é preciso que o policial receba treinamento de guerra. Isso é função do Exército.

A simples unificação das polícias, além de ser uma medida traumática, porque cada instituição tem sua história, sua formação, sua concepção, sua idiossincrasia e seu modo de ver o mundo, não resolve os graves problemas que elas apresentam: poucos e mal-remunerados policiais, inexistência de um programa unificado de prevenção criminal, falta de estrutura material, escasso uso da informatização, desentrosamento, rivalidade etc.

Império do arbítrio

Alega-se que a Polícia Militar nasceu com a ditadura militar, que foi um braço do poder ditatorial, especialmente para contenção do que se chamava subversão: "a história da Polícia Militar é uma história de violências" (Hélio Bicudo). Conviria, nesse passo, contra-argumentar que não existe nenhuma nação sem sua polícia militarizada. O fundamental, então,

não é a característica da militarização, senão a forma como o policial se militariza. Quem treina sob império do arbítrio e da prepotência, exercitará sua profissão sob a égide desses ensinamentos.

Se de um lado não há dúvida que o policial precisa de uma formação ética, fundada nos direitos humanos e no respeito à cidadania, de outro, tampouco cabe negar que também ele deve ser visto como um cidadão, que tem família para educar. Pouco adianta dar lições de ética, moralidade e civilidade ao policial, se ele mesmo, no processo da sua admissão e formação, não é visto como um cidadão que deve ser respeitado.

Enquanto as polícias mais avançadas do mundo estão neste momento testando a eficácia de novas estratégias de prevenção e de novas armas (detectores de armas à distância, microfones que localizam áreas de tiroteios, dardos que liberam corrente elétrica e lançadores de redes como as usadas para apanhar animais – cfr. o Estado de S. Paulo 06 ago. 2000), ficamos nós perdidos em uma bizarra e interminável discussão em torno de um tema que não é tão prioritário.

Para os habitantes do país, que vivem neste momento uma situação de violência epidêmica, o que menos importa é se temos uma só ou uma pluralidade de polícias. Aliás, a existência de várias polícias, no mundo inteiro, é a regra geral. O que interessa, portanto, é o seu modo de atuação, sua performance. Daí a premente e imperiosa necessidade não de ficar debatendo a unificação das instituições policiais, senão os seus vários e integrados programas de treinamento e de atuação, seja no campo preventivo, seja na área repressiva. Sou favorável a uma unificação operacional, apesar das finalidades distintas das duas corporações.

Medidas de desespero

É muito provável que não exista ambiente mais propício para a adoção das chamadas medidas urgentes de contenção da violência senão quando o nível de desorganização social, educacional e convivencial do país atinge patamares insuportáveis, inclusive e sobretudo pelo volume incomensurável de insegurança que produz, levando as pessoas ao desespero, a ponto de se forjar uma forte e persistente demanda por providências imediatas. Precisamente nessa linha emergencial podemos citar, dentre outros, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), o Plano Nacio-



nal de Segurança Pública e a idéia de se unificar as várias polícias brasileiras visando à diminuição da impunidade.

Um dos graves problemas dos governantes deste final de milênio reside, certamente, em não saberem administrar os novos conflitos sociais, caracterizados pelo antagonismo difuso ou coletivo. Para mais além dos velhos conflitos individuais, no âmago da sociedade moderna (ou pós-moderna) o protagonismo assenta-se em situações de enorme complexidade vinculadas à ecologia, ao (des)emprego, às políticas de educação, saúde, habitação, transporte e, sobretudo nas áreas urbanas, à questão da (in)segurança pública. Os administradores, nesse ponto, não contando com diretrizes políticas bem definidas e seguras (que custam muito), acabam lançando mão do que está mais prontamente ao seu alcance: medidas puramente normativas, que possam causar um certo impacto na sociedade e dar a sensação de que o problema está sendo resolvido.

Na verdade, são medidas de desespero, com forte tendência de se exaurirem em um puro simbolismo (um puro faz-de-conta). Nenhum programa de prevenção ou de controle da violência pode correr o risco de se tornar obsoleto antes de ser colocado em prática. O infértil debate sobre a unificação das polícias, entretanto, está correndo esse risco.

Limites entre COLLIDGAO E política

A corrupção política é um dos fenômenos que tem no presente contribuído para abalar a credibilidade nos sistemas democráticos modernos¹. Pensado até muito recentemente como fenômeno característico sobretudo dos países concebidos como em desenvolvimento, as denúncias recentes de corrupção em democracias bem estabelecidas (Alemanha, Itália, França, Japão etc) têm concorrido para derrubar o mito da existência de regimes e sistemas políticos que seriam em si mesmo imunes às práticas de corrupção. A constatação de que democracia e corrupção podem coexistir tem, por efeito, renovado o interesse de estudiosos em torno do tema. Entre outros aspectos, preocupa os efeitos negativos da corrupção sobre a legitimidade de princípios institucionais e políticos, como a igualdade dos cidadãos e a transparência das decisões, nos quais repousa a democracia (ver Della Porta et Mény, 1995; Revue internationale des sciences sociales, 149 e Heywood, 1997).

Mas não precisamos ir muito longe no tempo e no espaço para perceber a atualidade do fenômeno e seus efeitos. Recentemente, exemplos do envolvimento de autoridades políticas em práticas percebidas como de corrupção, especialmente o suborno de parlamentares para a votação de matérias de interesse do governo, têm chegado da Argentina e Peru. No Brasil, só para remeter a alguns casos que ganharam as manchetes

nacionais, pôde-se acompanhar as denúncias de irregularidades envolvendo prefeito e vereadores da cidade de São Paulo e o desvio de recursos federais destinados à construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Circunscrito ao Brasil, o propósito deste trabalho é investir no exame da relação entre o funcionamento de instituições democráticas e a corrupção². Partindo do pressuposto de que a corrupção não funciona se não se apóia em objetivos mais amplos que o enriquecimento pessoal (Cartier-Bresson, 1992), interessa-me aqui focalizar alguns dos vínculos entre práticas corruptas e relações e condutas políticas e administrativas através das quais se faz legitimamente a política.

A análise segue duas linhas de argumentação. Primeiro, chama a atenção para os lacos existentes entre práticas tidas como corruptas e uma concepção específica – pode-se dizer nativa – da representação política. Para isso, focaliza a atuação de profissionais da política (Weber, 1982) presente em diferentes planos do universo político - local e nacional - que se aproximam em função do interesse na obtenção de recursos federais. Segundo, mostra como uma dimensão da corrupção está fundada na relação entre os planos local e nacional da política. Nesse sentido, busca incorporar à discussão a respeito da corrupção as relações estabelecidas entre políticos que ocupam posições nas esferas local e nacional. Não significa, no entanto, como é mais freqüente na literatura sobre a política, reforçar a dicotomia local/nacional. Ao contrário, as irregularidades envolvendo a transferência de recursos federais para os governos estaduais e municipais – aspecto da vida política e administrativa que será aqui privilegiado – são um bom caso para se perceber como o entendimento de certos fenômenos políticos exige o tratamento simultâneo desses dois planos. Isto é, o exame do modo como se entrelaçam e mantêm relações de interdependência.

Para o desenvolvimento do texto são descritos e analisados dois conjuntos de relações que em vários momentos se confundem e articulam:

- o ciclo de elaboração e execução do orçamento anual da União;
- o sistema complexo de relações de dependências mútuas e assimétricas constituído por representantes dos poderes locais (estados e municípios), nacional (governo federal) e agentes privados (como escritórios de consultoria e empresas privadas).

A importância do orçamento da União na definição da alocação dos recursos públicos – os interesses em jogo no orçamento e as denúncias envolvendo a alocação e aplicação destes recursos – leva-nos a tomar a elaboração e execução do orçamento como um lugar privilegiado, no sentido sociológico, para se pensar na relação entre a corrupção e práticas e concepções vigentes na vida política nacional.

Festas e obras públicas

A obtenção de recursos e benefícios para as localidades que representam é considerada pelas lideranças locais como uma das atribuições essenciais dos parlamentares. Como informa o secretário de Saúde de um município do interior do estado do Rio: "[O parlamentar] também foi eleito dentro daquela retórica de que o deputado federal do interior tem que trazer recursos". Se ao longo das disputas eleitorais municipais os candidatos a prefeitos e vereadores contam sobretudo com o apoio financeiro e a presença nas atividades de campanha dos representantes estaduais e federais, fora dos períodos eleitorais, de modo geral, os prefeitos esperam dos parlamentares que estes realizem pequenos favores, encaminhem seus interesses na burocracia governamental e, principalmente, obtenham verbas federais para a realização de investimentos nos municípios.

Compreende-se melhor o interesse dos prefeitos em torno da obtenção das verbas federais quando se considera o valor que é atribuído, pelos políticos e pela população, à realização de obras públicas. Investir na promoção de benefícios coletivos (festas, obras públicas etc) tem sido historicamente uma forma de acúmulo de prestígio político3. Entre outros autores, Victor N. Leal chamou a atenção para essa relação ao destacar que é através de realizações de utilidade pública que o "chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança" ou, ainda, que "nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna" (1975, pp. 37 e 45). O vínculo estreito existente entre o exercício da política – o fazer política – e a realização de obras é ressaltado por M. Palmeira ao sugerir, a partir de estudo realizado com populações rurais do estado de Pernambuco, que "as obras são a face pública da política" (1998, p.11). Às obras públicas estão associadas portanto a reputação do político e uma concepção específica sobre a política. O lugar central

- 1 O problema da definição da corrupção tem sido uma das preocupações centrais nos debates sobre o tema. Para o desenvolvimento da análise que faco a seguir considero importante que as condutas e práticas examinadas tenham sido assim rotuladas tanto por parlamentares quanto pela imprensa. Para uma discussão sobre a definição da corrupção ver os artigos reunidos em Heidenheimer et alii (1990) e os trabalhos de Thompson (1995), Johnston (1996) e Philp (1997).
- 2 As evidências empíricas utilizadas ao longo do trabalho originam-se de diferentes fontes (Comissões Parlamentares de Inquérito, entrevistas, jornais e observações) e foram reunidas sobretudo a partir de pesquisas feitas no Congresso Nacional, no período de maio a julho de 1996, e em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro ao longo de 1999.
- 3 Ver, por exemplo, a discussão de S. Silverman sobre a patronagem pública (1977) e as discussões de P. Veyne sobre o "évergétisme" (os dons de um indivíduo à coletividade) (1976).

atribuído às obras no contexto da política, mais evidente durante as campanhas eleitorais quando as realizações ganham o centro da propaganda de candidatos, ajuda a entender ainda como se dá a articulação de empresas privadas com o universo político e através de que atividades elas se fazem presentes nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

As solicitações de verbas dirigidas aos parlamentares são geralmente designadas como pleitos. Para encaminhar seus pleitos, os prefeitos procuram, preferencialmente, parlamentares tidos como mais comprometidos com os municípios: deputados amigos, deputados que têm contatos, deputados com compromisso maior, um maior número de votos do município, deputados que foram eleitos aqui com a participação do nosso município. Se é entre esses que os prefeitos têm maior força, em virtude dos laços com as lideranças locais e a votação, é comum, no entanto, os pedidos serem encaminhados a mais de um parlamentar.

Na busca de contatos que possam viabilizar a obtencão de recursos, os vínculos partidários, diferentemente do que ocorre com os laços políticos decorrentes do pertencimento ao mesmo estado, são apresentados como tendo um peso relativo. Por consequinte, não constituem um limite rígido para o estabelecimento de contatos. entre políticos situados nos diferentes planos do universo político. Todavia, o critério predominante na seleção dos parlamentares é o vínculo político com o município e a região, o que se manifesta principalmente através das votações obtidas nas localidades. Observa-se assim que o pertencimento ao Estado, no caso em que está em jogo a obtenção de recursos públicos, circunscreve o âmbito no interior do qual são estabeleci-

Dentro deste limite, verifica-se que os vínculos com a localidade, objetivados na forma de compromissos de troca de apoios e serviços, e as relações pessoais mesclam-se com as relações partidárias. Assim, não é raro encontrarmos lideranças políticas trocando apoio e serviços mútuos a despeito de seus distintos vínculos partidários.

dos os laços entre os políticos.

Cabe acrescentar que recorrer ao parlamentar a quem se deu apoio ou àquele que foi mais votado no município nem sempre é o melhor caminho para se ter um *pleito* atendido, uma vez que esse parlamentar pode defender posições contrárias aos interesses do governo. O parlamentar com maior chance de liberar recursos, cujas razões ficarão mais claras adiante, são os chamados governistas, isto é, aqueles que apóiam iniciativas do governo independentemente de sua filiação aos partidos que o integram.

Amigo do povo

Como evidenciam investigações efetuadas pelas CPIs e diversas denúncias publicadas pela imprensa, o repasse de recursos federais para os municípios e sua aplicação têm se apresentado como oportunidades econômicas para que empresas privadas, políticos locais e nacionais, paralelamente às atividades propriamente políticas, consigam obter ganhos pecuniários; frequentemente através de procedimentos que infringem os regulamentos oficiais e implicam a desconsideração a princípios éticos de funcionamento do poder público. O que se observa é que as condutas e práticas que compõem a rotina político-administrativa articulam-se com a apropriação irregular dos recursos públicos. Ademais, para que estes últimos sejam desviados de suas finalidades não são suficientes as ações individuais e isoladas, mas que diferentes pessoas distribuídas pelas redes políticas e pessoais dos envolvidos situadas em empresas, entidades assistenciais e instituições públicas, por exemplo - sejam de algum modo mobilizadas.

Recorrer aos chamados escritórios de consultoria e às empresas privadas - sobretudo empreiteiras -, ao lado da mobilização dos parlamentares, tem sido uma das alternativas através das quais políticos municipais, estaduais e nacionais buscam ter acesso aos recursos federais. Os parlamentares fortes - que em certa medida se confundem com os governistas com alguma influência maior – e os lobistas - como são designados também os responsáveis por esses escritórios - são considerados pelos políticos como as pessoas que se encontram em melhores condições para lidar com o que descrevem como a complexidade dos ministérios. Burocracia, distância, desinformação sobre o funcionamento dos órgãos públicos e a dificuldade dos municípios para atender às exigências oficiais (apresentar documentos,

Os prefeitos
procuram
parlamentares
tidos como mais
comprometidos
com os
municípios:
deputados
amigos,
deputados que
têm contatos

preparar projetos técnicos etc) e acompanhar os processos são motivos apresentados tanto pelos políticos quanto pelos proprietários desses escritórios para justificar sua mobilização. Referindo-se aos órgãos ministeriais, um ex-secretário municipal informa: "Aquilo [o ministériol ali dentro é complicado. Se um determinado grupo de deputados indica um secretário, um ministro, um primeiro e segundo escalão, de uma maneira geral eles controlam o dinheiro que aquele ministério tem. Isso realmente é complicado. Aí você tem que apelar para tudo que você puder para poder arrancar o dinheiro". A dificuldade em se trabalhar com os órgãos ministeriais decorre tanto da falta de conhecimento necessário para atender às exigências formais (prazos, preenchimento de formulários, atendimento de exigências técnicas etc) quanto da necessidade de fazer com seus interesses sejam implementados pelos grupos políticos que controlam os órgãos. É por causa do conhecimento e acesso que possuem aos órgãos e grupos administrativos e políticos que lobistas, empresas e parlamentares apresentam-se como recursos sociais importantes para as lideranças.

Apesar do acionamento destes agentes aparecer como alternativa, a articulação entre eles é frequente. A experiência de um ex-secretário de obras leva-o a afirmar que "nenhuma empresa de projetos especializada em arrancar verba de ministério se cria se não tiver por trás dela um parlamentar, não é qualquer um, um parlamentar forte. E alguns gabinetes que eu fui, dentro do próprio gabinete do deputado o cara te dá a dica: Olha, tem um cara aí que está arrancando o dinheiro. Ele é um cara bem relacionado. Eu se fosse você procurava ele. Porque ele vai acompanhar o seu processo". A empresa indicada nesse caso era ligada ao parlamentar, não legalmente mas de fato tido como um dos sócios, e conhecida por realizar obras na região com recursos obtidos através de sua intervenção.

Do ponto de vista da empresa, a ligação com o parlamentar é estratégica uma vez que este não só possui os contatos com os políticos municipais quanto se encontra em condições de negociar os interesses destes em órgãos governamentais. Se essa associação está na base da criação de oportunidades econômicas para a empresa, é através da atuação desta que são criadas igualmente as oportunidades para apropriação irregular dos recursos liberados. Nota-se ainda que a indicação da empresa justifica-se por duas razões: primeiro, o fato de

que a pessoa indicada era bem relacionada⁴, o que é tido como um capital social importante para assegurar o acesso aos recursos e, segundo, que a empresa cuidaria do acompanhamento do processo nos órgãos governamentais. Os recursos repassados através desses acordos chegam a ser tidos como um problema administrativo e legal para as prefeituras. Em muitos casos, cabe às mesmas encontrar os meios para justificar as despesas que efetivamente não são efetuadas⁵.

Rotina de acordos

O exame da atuação de uma grande empreiteira nos processos de liberação de recursos federais (ver Bezerra, 1999) permitiu constatar que mais do que simples mediadora dos interesses municipais, empresas que se propõem a obter os recursos

para os municípios procuram estabelecer as prioridades municípais através da influência na definição das programações. Esse esforço parece associado a dois aspectos. Primeiro, a concorrência entre as próprias empresas para obter dos governantes locais um acordo quanto à execução dos empreendimentos a que estejam contratualmente vinculadas ou que tenham interesse em realizar. Segundo, a preferência da empresa por uma obra em detrimento de outra está relacionada à sua especialização e possibilidades de ação em órgãos federais, ou seja, a maior ou menor chance, decorrente de sua capacidade de intervenção, de obtenção de recursos em um ministério, autarquia ou programa.

O que chama a atenção quando se considera a atuação dos escritórios, empresas privadas e parlamentares na liberação dos recursos públicos é a adequação de suas ações aos canais e relações políticas que a condicionam. Assim, os parlamentares, escritórios e empresas não atuam a partir de um sistema que se poderia conceber como paralelo aos canais oficiais, mas através de relações e práticas políticas consideradas por prefeitos, governadores, parlamentares e autoridades governamentais como rotineiras.

É por causa do conhecimento e acesso que possuem aos órgãos e grupos administrativos e políticos que lobistas, empresas e parlamentares apresentam-se como recursos sociais importantes

⁴ Se o conhecimento de pessoas nos órgãos governamen-tais é algo valorado, isto ocorre, notadamente, porque a mobilização das mesmas é capaz de introduzir uma forma de particularismo no tratamento de seus interesses. Como notam, entre outros, Mény (1992) e Della Porta e Mény (1995), a introdução desses particularismos nega. por exemplo, princípios associados à burocracia (racionalidade, universalidade, etc) e à democracia (igualdade nas oportunidades e transparência) ao garantir o acesso privilegia do e secreto de determinados agentes aos recursos públicos Sobre o lugar das relações pes soais na administração federal ver Bezerra (1995 e 1999).

⁵ Lembro a esse respeito matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em sua edição do dia 28 de novembro de 1999, na qual são descritos esquemas de falsificação de notas fiscais montados por grupos especializados. A partir de informações fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, a matéria mostra que as notas são vendidas para prefeituras que as utilizam, por exemplo, para justificar os gastos de recursos federais repassados aos municípios.

Para além do interesse pecuniário, a participação dos parlamentares na liberação dos recursos federais torna-se inteligível quando se consideram os motivos tidos propriamente como políticos que os levam a atender aos *pleitos* das lideranças locais. Parte desses motivos é explicitada quando se focalizam as relações de interdependência estabelecidas entre políticos situados nas esferas local e nacional.

Se os prefeitos dependem, em função dos procedimentos político-administrativos, dos parlamentares para assegurar que seus interesses sejam tratados de modo prioritário nos órgãos governamentais, a necessidade de contar com o apoio das lideranças locais coloca o parlamentar em uma condição de dependência relativa em relação a estes e dá aos prefeitos uma força diante do parlamentar. É através do apoio dos prefeitos, vereadores e lideranças locais que os parlamentares renovam suas redes políticas nos municípios e divulgam seus nomes. Da perspectiva eleitoral, o apoio político dos prefeitos e vereadores é essencial para uma parcela significativa dos parlamentares. Para estes, o poder do prefeito resulta, entre outros aspectos, do controle sobre a administração municipal e sua reputação no município.

Passo a passo

Com a vigência da Constituição de 1988, três instrumentos passam a regular o processo de planejamento e alocação dos recursos federais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Elaborados em momentos distintos, esses instrumentos são, primeiramente, objeto de discussão nos órgãos do Executivo através de processos coordenados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Em seguida, as propostas do Executivo para o PPA, a LDO e a LOA, que corresponde ao orçamento anual, são remetidas pelo presidente da República ao Congresso Nacional. Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF) elas são analisadas, modificadas e votadas. Aprovadas pelo plenário do Congresso, as propostas retornam ao presidente da República para que sejam sancionadas, o que é feito com ou sem vetos. Concebidos para se articularem entre si, esses instrumentos, no entanto, distinguem-se quanto às suas funções, ao tempo de vigência, ao detalhe do planejamento e aos prazos e trâmites de suas elaborações7.

Assim, ao viabilizar o atendimento de um pleito, o parlamentar ao mesmo tempo investe na continuidade da relação e renova os compromissos políticos existentes. Como me informou o secretário de Saúde de um município do interior do estado do Rio: "O prefeito apóia o deputado que arrumou mais verba, tranqüilo"6. A atualização dos vínculos está associada à própria natureza do compromisso estabelecido entre parlamentar e lideranças locais. O fato de estarem fundados em torno de demandas concretas e não na base de princípios políticos como ressalta Leal (1975) ao discutir o compromisso coronelista – torna esses vínculos frágeis e sujeito às oscilações em torno da capacidade de prefeitos e parlamentares de atenderem a interesses mútuos. Se a obtenção de recursos contribui para a consolidação dos laços, promessas que não se concretizam ou a incapacidade dos políticos para obter os recursos podem levar à sua dissolução. Isso faz com que esses laços precisem ser continuamente renovados. Associada ao fenômeno do governismo (Leal, 1975), a natureza dessas relações – que parece se manter em uma espécie de equilíbrio instável e, portanto, sujeita a rupturas eventuais – ajuda a entender ainda a mobilidade dos políticos pelas facções e partidos. Isso é o que de modo geral tem sido discutido como o problema da fidelidade partidária.

É nesse contexto de dívidas e créditos pessoais que se inscreve a relação dos parlamentares com as lideranças políticas locais. E, ao contrário do que ocorre com as questões legislativas, parlamentares e seus assessores crêem que é esse trabalho em torno dos pedidos que traz votos. Se é efetivamente esse trabalho o responsável pela eleição ou não dos candidatos esta parece ser uma questão menor diante da crença de que é isso efetivamente o que ocorre e das práticas que essa crença desencadeia.

Caminho das emendas

Normalmente, o acesso das lideranças locais às verbas federais – excluídas as transferências obrigatórias que são definidas constitucionalmente – ocorre por dois caminhos. Primeiro, via programas desenvolvidos pelos ministérios através da utilização das designadas dotações globais, isto é, recursos cuja aplicação é definida pelo ministro da pasta. Segundo, via as emendas orçamentárias dos parlamentares.

A apresentação de emendas ao orçamento anual da União, cujo número e valor total têm variado ao longo dos anos, constitui para o parlamentar o caminho institucional através do qual busca atender aos pedidos de verba. É um momento estratégico para as relações do parlamentar uma vez que suas decisões repercutem diretamente em sua rede de relações políticas e nos interesses das empresas que buscam realizar obras públicas e ser contratadas por órgãos federais, estaduais e municipais. Para as lideranças locais, a destinação de recursos é uma espécie de reconhecimento pelos deputados e senadores de seu compromisso político com o município. Assim, a apresentação das emendas acaba operando como uma forma de estabelecimento e explicitação de uma hierarquia entre os municípios em termos das preferências parlamentares. Para as empresas, as emendas parlamentares constituem um valioso instrumento de movimentação dos recursos alocados pelo Executivo nos órgãos e rubricas orçamentárias. A articulação com os parlamentares no momento de elaboração do orçamento é um meio de assegurar, incluir ou ampliar os recursos destinados à realização de obras – a serem iniciadas ou já em

Quando se examina a natureza da intervenção dos parlamentares nas diversas etapas de elaboração do orçamento destaca-se a preocupação dos mesmos com a aprovação de suas emendas individuais e a destinação de recursos para os municípios e regiões aos quais estão politicamente vinculados.

andamento – de seu interesse.

As chances de aprovação de recursos variam, sobretudo, em função das relações de poder dos parlamentares no Congresso e no Executivo. Entre outros aspectos, a posição institucional ocupada no Congresso e na CMPOF e as estratégias mobilizadas pelos parlamentares definem as possibilidades de aprovação das emendas. Nesse sentido, a pressão dos parlamentares sobre os relatores da Comissão é um elemento essencial no processo de alocação dos recursos que passam a constar no projeto de lei.

Além de buscar influir nas etapas de elaboração do orçamento que antecedem o envio da proposta para o Congresso, apresentadas as emendas, inicia-se uma nova etapa para as empresas com interesses em jogo no orçamento. Nesse momento, a atenção é dirigida para o trabalho realizado pelos relatores e a elaboração de seus pareceres. Para garantir que seus programas sejam contemplados pelos relatores parciais e, posteriormente, pelo relator geral, os funcionários das empresas procuram estabelecer um contato direto com eles. Outro recurso mobilizado consiste em recorrer aos parlamentares, particularmente aos que assinaram as emendas, e aos líderes (de partidos e do governo) e incentivá-los a defender as emendas entre os relatores.

Um dos efeitos desse interesse em beneficiar os estados e municípios que representam é a introdução e a legitimação - no plano da elaboração e execução do orçamento da União da concorrência entre os parlamentares pela liberação das verbas federais. Por conseguinte,

olhando da perspectiva do orçamento e da natureza da intervenção parlamentar, o governo federal aparece recortado por distintos e concorrentes interesses locais e empresariais. Enfim, esta forma de atuação dos parlamentares pode ser vista como um exemplo do modo como a redistribuição burocrática sujeita-se às apropriações pessoais e clientelistas (Bourdieu, 1996, p. 16).

Tudo pelo social

Após a Constituição de 1988, os parlamentares apresentavam como parte da proposta orçamentária um anexo designado subvenções sociais, onde cada parlamentar, se assim desejasse, podia, dentro de um limite, destinar recursos segundo seus interesses. Em 1994, a destinação de subvenções foi suspensa após a CPI do Orçamento desvendar diversas irregularidades e desvios relacionados à aplicação desses recursos. A partir desse mesmo ano, com a justificativa de minimizar as disputas no interior da Comissão de Orcamento e as disparidades na aprovação individual de recursos, a Comissão estabeleceu, informalmente, que todo parlamentar teria assegurado uma cota - cerca de R\$ 1,5 milhão para destinar conforme suas preferências. Essa decisão não foi, no entanto, suficiente para conter a busca de recursos. As emendas das bancadas estaduais, em número de 10 e geralmente negociadas

com os governadores, passaram a ser aprovadas com a condição de que algumas dessas emendas fossem aplicadas pelo governador em locais e obras indicadas pelos parlamentares. O mesmo tipo de negociação envolve as emendas globais dos ministérios. São as chamadas rachadinhas. Neste caso, são aprovadas desde que uma parte dos recursos seja aplicada segundo o interesse dos parlamentares que a apoiaram. Além de mostrar a força desse interesse dos parlamentares em aprovar emendas específicas para as localidades a que estão vinculados politicamente, essas ações apontam ainda para o modo como os mecanismos sociais implementados para o atendimento de certos interesses se atualizam e renovam. Acresce-se também que esses são exemplos de como esses interesses se articulam com os dispositivos governamentais e vão ganhando um contorno oficial.

Clientelismo e governismo

Geralmente, a relação estabelecida entre autoridades do Poder Executivo e parlamentares em torno do atendimento aos pedidos políticos e da concessão de apoio às iniciativas do governo segue o modelo da dívida/crédito pessoal. E, como ressaltam alguns autores, a aplicação desse critério funciona como instrumento político de construção de maioria governamental (ver Ames, 1995 e Geddes e Neto, 1992). Uma forma do governo assegurar que esse princípio prevaleça é mantendo um sistema de informações sobre a conduta e o posicionamento dos parlamentares em relação ao governo (votações, discursos etc). São informações que permitem que os ministros elaborem uma espécie de mapa da atuação dos parlamentares em termos de apoio às iniciativas do governo e do ministério. A institucionalização desse controle dos pedidos foi descrito pelo ex-assistente executivo do Ministério de Assuntos Políticos da Presidência. Eduardo Graeff, nos seguintes termos: "Notamos

6 A concessão de apoio político em função da obtenção de recursos ou apoios (políticos e financeiros) futuros parecem estar de acordo com princípios éticos que regulam a relação entre políticos locais e nacionais. Julgamentos negativos são dirigidos, no entanto, para as práticas de compra de voto, ou, para ser mais preciso, a obtenção de apoio político de vereadores e prefeitos através de pagamentos pecuniários.

7 O PPA foi concebido para viabilizar o planejamento das ações governamentais no prazo de quatro anos. O PPA é a referência a partir da qual devem ser elaboradas tanto a LDO quanto a LOA. A LDO define que parcela das metas estabelecidas no PPA será realizada ao longo de um ano. Ela tem sido interpretada como o elemento de ligação entre o PPA e a LOA. À esta última, que corresponde o orçamento anual, cabe o detalhamento da programação de um exercício financeiro de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos dois outros instrumentos.

a ausência de um mecanismo institucional capaz de controlar as demandas parlamentares [...]. No começo não era raro ver vários parlamentares céticos com o governo, reivindicando benefícios em diferentes repartições e ministérios de modo a atender seus eleitores. Decidimos então controlar esses pedidos e o seu atendimento. [...] Com este sistema temos uma fotografia perfeita do que os parlamentares pediram e em que medida o Executivo os atendeu" (jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 2000, p. 4). Pode-se interpretar estes mecanismos implementados em torno do atendimento como um dispositivo de ação governamental que aponta para uma tentativa de racionalização das práticas tradicionalmente tidas como clientelistas. Constata-se que a prática de atendimento das demandas das lideranças locais por parte dos parlamentares e a aproximação destes últimos do governo – o que tem sido mais comumente descrito em termos, respectivamente, de clientelismo e governismo – são fenômenos sociais que se articulam e fomentam mutuamente.

É nesse conjunto de relações e práticas que se assenta ainda a apropriação irregular de recursos públicos. O momento de aplicação das verbas liberadas tem sido utilizado para que as pessoas envolvidas em sua transferência para as localidades obtenham ganhos pecuniários, o que tem ocorrido através de artifícios como o pagamento de comissões, de serviços não

realizados, obras superfaturadas etc. O fato dos parlamentares, escritórios e empresas seguirem os trâmites formais e atenderem às exigências oficiais não impede que estes obtenham benefícios corruptos. O fato de estar colada às condutas políticas e aos procedimentos administrativos assegura às práticas corruptas, inclusive, uma maior invisibilidade (Mény, 1992).

Do local ao nacional

O estabelecimento de relações entre os fenômenos da corrupção e do clientelismo é fregüente na literatura a respeito de ambos os temas⁸. De modo geral, as relações clientelistas aparecem ora como uma espécie de contexto social, meio ambiente político que tende a favorecer o desenvolvimento da corrupção (Geddes e Neto, 1992, Kurer, 1993 e Martins, 1994), ora como o conteúdo mesmo das relações de corrupção (Morice, 1991 e Della Porta, 1995). Na medida em que a noção de clientelismo político não me parece suficiente para dar conta das relações descritas acima, parece-me mais correto afirmar que em situações como as examinadas há um limite tênue entre as práticas corruptas e uma atuação política fundada em uma concepção específica sobre a representação política que valoriza a obtenção de benefícios para as localidades (especialmente verbas), a mediação em órgãos governamentais e o estabelecimento de laços de dependência pessoal.

Parte política

As expectativas existentes em relação aos parlamentares como uma espécie de mediador dos interesses estaduais e municipais no governo faz com que estes concentrem uma parte significativa de sua atuação nos órgãos executivos. A intervenção nos órgãos é fundamental para que os favores seiam atendidos e os recursos públicos liberados. Isso é feito, por um lado, através do serviço designado como acompanhamento de processos, também realizado pelos escritórios de consultoria e empresas privadas, e que visa garantir o trâmite dos processos e sua adequação às exigências oficiais; e, por outro, dos pedidos políticos dos parlamentares. O efeito do pedido de um parlamentar - que varia em função de aspectos como o prestígio de quem pede, sua relação com o ministro e o poder de retaliação sobre o órgão - sobre o trâmite de um processo ou a liberação de recursos reside na possibilidade de fazer com que estes sejam, em termos nativos, agilizados e priorizados na burocracia governamental. Estes aspectos (agilização e priorização) são considerados como a parte política do processo. Como sugeriu o então coordenador-geral de um órgão ministerial, chamando a atenção para o que se concebe como o exercício da política no cotidiano da administração pública: "isto é política". Essa atuação dos deputados e senadores é reforçada pelos próprios órgãos ministeriais à medida que reconhecem, em parte devido aos seus próprios interesses, que os mesmos devem ser ouvidos.

O que se constata é que o parlamentar com maior chance de ter seus pedidos atendidos é aquele designado como, governista. A prioridade concedida ao atendimento dos pleitos destes deputados e senadores é um princípio de atuação que o governo procura por em prática. Isto é o que informa, por exemplo, um deputado (PFL-PE): "Teoricamente é para ser o seguinte: os partidos que apoiam o governo, eles deveriam ter mais facilidade em resolver as coisas".

Sobre os critérios utilizados para liberação dos recursos informa, por exemplo, o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge: "Se o parlamentar apresentou uma votação favorável ao presidente, ao final do período, normalmente um ano, ele terá uma grande probabilidade de ver sua emenda executada pelo governo" (jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 2000. p. 4). Esse princípio de atuação do Poder Executivo e o efeito que isso produz em termos de configuração política, ou seja, a aproximação das lideranças políticas dos partidos ou grupos que têm o controle do Poder Executivo – o fenômeno do governismo – já foi descrito por autores que analisaram a história política do Brasil (Leal, 1975). Assim como as nomeações para cargos públicos, dimensão central da vida política mas algo ainda pouco estudado, a liberação de recursos federais segundo o critério de apoio ao governo constitui um benefício de que desfrutam aqueles que lhe concedem o seu apoio.

Essa concepção emerge do exame do conjunto de relações e práticas produzido a partir da atuação dos parlamentares no sentido de destinarem recursos para as localidades a que estão vinculados politicamente. Ressalte-se que para parlamentares, lideranças políticas estaduais e municipais e autoridades administrativas e políticas não está em jogo no atendimento aos pleitos apenas a formação de clientelas eleitorais, como enfatiza a literatura sobre clientelismo político. Ao reduzir essas relações à questão da obtenção do voto, a noção de clientelismo deixa de fora sobretudo a idéia de que nessa forma de atuação está em jogo uma, entre outras, concepção sobre a conduta política. Evidência nesse sentido é a crença, partilhada por diferentes agentes, de que constitui uma obrigação, um dever do parlamentar obter os recursos para as localidades que representam⁹. Trata-se de uma expectativa associada à própria atividade parlamentar, isto é, relativa ao cargo e suas atribuições. A capacidade do parlamentar de assegurar esses recursos opera, inclusive, como um critério de avaliação de sua eficácia e poder. Este estaria assegurado enquanto o parlamentar se mostrasse eficaz no sentido de atender às demandas. Dito de outro modo, o poder do parlamentar estaria fundado no reconhecimento pelas lideranças e população de seu desempenho e força para atuar em um outro plano de relações e assegurar certos benefícios para as localidades e seus habitantes. Esta forma de atuação de deputados e senadores aponta, desse modo, para uma das possibilidades histórico-culturais de como a instituição da representação política se realiza em termos práticos e o modo como pode se articular com a obtenção de ganhos corruptos.

O foco nas relações de interdependência estabelecidas entre lideranças locais, parlamentares, autoridades governamentais e agentes privados em função dos interesses em torno da obtenção dos recursos públicos problematiza a separação entre os distintos planos - local, estadual e nacional – do universo político, isto é, a idéia de que as políticas local e nacional constituem domínios autônomos e explicáveis em si mesmos. A articulação desses planos evidenciase, por exemplo, no fato da definição de questões nacionais - como o valor do salário mínimo e mudanças constitucionais - depender de negociações que envolvem interesses locais dos parlamentares ou na constatação de que práticas corruptas envolvem a atuação de políticos, autoridades e empresas que agem simultaneamente em instâncias locais e nacionais da administração pública. Nesses casos, fica difícil também estabelecer uma

separação muito rígida entre o que poderia ser pensado como corrupção municipal e nacional.

Se a corrupção é um fenômeno presente em vários regimes e sistemas políticos, não é demais lembrar, no entanto, que ela toma forma específica em função do contexto social no qual se inscreve. O modo como os representantes políticos envolvem-se em práticas tidas como corruptas e corruptoras está diretamente ligado ao funcionamento das instituições e às condutas efetivas através das quais é feita a política. Por isso, a implementação de medidas voltadas para o controle das práticas corruptas não deve ignorar o modo como estas se ligam às formas de organização social e estruturas políticas.

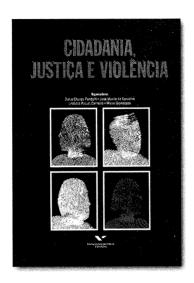
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMES, Barry, Electoral rules, constituency pressures, and pork-barrel: bases for voting in the brazilian congress. The Journal of Politics, v.57, n° 2,1995
- BEZERRA, Marcos O. Corrupção. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995a.
- ... Em nome das 'bases'. Política, favor e dependência pessoal, RJ: NUAP/Relume-Dumará 1999
- BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a.
- DELLA PORTA, D. Les cercles vicieux de la corruption. In: Della Porta, D. et Mény, Y. Démocratie et corruption en Europe, Paris: La Découverte, 1995.
- DELLA PORTA, D. et Mény, Y. Démocratie et corruption en Europe. Paris: La Découverte, 1995
- GEDDES, B. & Neto, A. R. Institutional sources of corruption in Brazil. Third World Quartely, vol 13, n° 4, 1992.
- HEIDENHEIMER, A., Johnston, M., and Levine, V.T. Political corruption: a handbook. 2° Printing. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990.
- HEYWOOD, P. Political corruption: problems and perspectives. In: Heywood, P. (ed.) Political corruption. Oxford: Blackwell Publishers, 1997
- JOHNSTON, Michael, A la recherche de définitions: vitalité politique et corruption. Revue internationale des sciences sociales, nº 149, 1996
- KURER, O. "Clientelism, corruption, and the allocation of resources". Public Choice, vol.77, n° 2, 1993.
- LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. MÉNY, Yves. La corruption de la République. Paris: Fayard, 1992
- MARTINS, José de S. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORICE, Alain, Les maîtres de l'informel. In: Lautier, B: Miras, C. de et Morice, A. (ed.) I' Ftat et I' informel, Paris: Editions l'Harmattan, 1991
- NOVAES, Carlos A. M. Dinâmica institucional da representação. Novos Estudos CEBRAP, nº 38, 1994
- PALMEIRA, Moacir. Poder Local. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1998 (mimeo)
- PHILP, Mark, Defining political corruption, In: Heywood, P. (ed.), Political Corruption, Oxford: Blackwell Publishers, 1997, Revue internationale des sciences sociales, n° 149, septembre, 1996.
- SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in Central Italy. In: Schmidt, S. W., et alii (ed.). Friends, followers, and factions. Berkeley: University of California Press, 1977.
- THOMPSON, D. F. Ethics in Congress. From individual to institutional corruption. Washington: The Brookings Institution, 1995.
- VEYNE, P. Le Pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris: Seuil, 1976.
- WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. (S. ed.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

*Marcos Otavio Bezerra

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política

- 8 A relação entre estes dois fenômenos aparece tanto na literatura sobre patronagem e clientelismo quanto sobre corrupção política. Ver, por exemplo, Mény (1992), Kurer (1993), Della Porta (1995), Della Porta e Mény (1995) e Heywood (1997). Em relação especificamente ao Brasil convém lembrar Morice (1991), Geddes e Neto (1992), Martins (1994) e Bezerra (1995).
- 9 Nesse sentido, observe-se o depoimento do deputado Pau-lo Bernardo (PT-PR): "A pressão em cima dos parlamentares para conseguir recursos no orçamento existe, (...). Isso existe. Parlamentar que não consegue se articular aqui para conseguir alguma coisa, ele praticamente não existe, porque do ponto de vista lá das paróquias, vamos chamar assim, ele não está fazendo nada" (Novaes, 1994, p.103).



Cidadania, Justiça e Violência

Organizadores: Dulce Chaves Pandolfi, José Murilo de Carvalho, Leandro Piquet Carneiro e Mário Grynszpan Editora Fundação Getúlio Vargas 248 p.

Aumenta a insegurança – no período de um ano 835.454 cariocas sofreram algum tipo de violência policial. Das vítimas de roubo, furto ou agressão, 80% não recorreram à polícia, boa parte simplesmente por não acreditar na instituição ou temê-la.

Cresce também a desinformação e o desinteresse em política – 70% dos moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro assistem noticiários de TV 4 a 7 vezes por semana. No entanto, 21,1% não sabem o nome do presidente da República; 34,9% o do governador do estado; e 37,1% o do prefeito da cidade.

Os resultados da pesquisa Lei, Justiça e Cidadania, realizada por FGV e Iser em 1995/96, são a mola-mestra dos articulistas.

A publicação dispõe de elenco de estatísticas capaz de satisfazer os mais ávidos por números. Surpreendente mesmo é constatar que as tabelas, utilizadas como recurso à apresentação das respostas, não imprimem ali qualquer rastro de relatório. Com acuidade, os especialistas que assinam os 13 artigos encarregam-se de descortinar os dados, valendo-se da sensibilidade de quem enxerga gente por trás deles.

Dividido em quatro partes – Cidadania e Direitos, Acesso à Justiça, Violência e Polícia e Gênero, Raça, Vitimização e Justiça – o livro, tal qual uma lupa, permite ao leitor a visão ampliada de panorama com certeza, e infelizmente, familiar: o cotidiano dos centros urbanos, com toda sua perversidade. Mas não apenas isso. Diferentes abordagens sobre o mesmo tema aliado à costura criteriosa das informações trazem a sensação de espiar em um caleidoscópio, que se modifica ao menor movimento das mãos, no caso, no virar de cada página.

Outro ponto que reforça o aspecto de novidade que permeia a publicação é a não-repetição de dados, informações ou termos. Trata-se de fato da possibilidade de se deparar, e muitas vezes se identificar, em pacote único, com um cenário de perdas (de entes queridos, de direitos e da confiança nas instituições que poderiam melhorar o país), medos (da polícia, do ladrão e do preconceito, que prejudica até a atuação do Sistema Judiciário), apatia e revolta simultaneamente (desinteresse por política e eleições e condescendência com o policial que livra a comunidade do criminoso de plantão).

Em Percepção dos direitos e participação social (Parte I), Dulce Pandolfi mostra, através das estatísticas de FGV/Iser, o quanto ainda é frágil a democracia brasileira: "os dados apontam para a precariedade da nossa cidadania e sugerem a ausência, entre nós, de uma 'cultura política participativa', condição considerada por muitos essencial para a consolidação de uma sociedade democrática".

A pesquisadora identifica um déficit de cidadania na população, que faz com que os direitos sejam considerados um bem escasso, almejado por todos mas alcançado mediante inflexíveis condições. A despeito dessas revelações, recusa-se - e considera perigosa a conclusão – de rotular nossa sociedade como atrasada, sem noção dos próprios direitos. Para ela, os levantamentos existentes devem servir como ferramenta à elaboração de estudos ainda mais aprofundados sobre o tema.

O artigo do professor do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), Paulo Mesquita Neto, baseia-se em outra pesquisa, esta sobre Forças Armadas, segurança pública e direitos humanos. Dá ao leitor a noção exata, e assustadora, do poder de corrosão da violência institucionalizada em regimes democráticos emergentes, como o nosso. (sobre Polícias leia também a seção Debates)

Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle (Parte III) mostra os percalços da mesma democracia comentada pela pesquisadora do FGV. Aponta, com detalhamento, as causas, funções e motivações da violência, esclarecendo os porquês do seu aumento, apesar dos instrumentos criados para coibi-lo. "Durante o regime autoritário, o uso da violência policial era apoiado ou tolerado, às vezes incondicionalmente, pelos governantes e por boa parte da sociedade. [...] Desde a transição para a democracia, a sociedade e os governantes deixaram de apoiar ou tolerar o uso da violência policial [...] Porém, não conseguiram controla-lo efetivamente, em parte porque não implementam políticas de segurança pública que visem aumentar o grau de profissionalismo das polícias e dos policiais [...]", afirma Paulo.

O livro também remete o público ao cenário internacional. Ainda que o fenômeno colombiano seja exaustivamente retratado pela mídia, o assunto está longe de se esgotar. É o que se percebe no artigo de Mauricio Rubio, professor da Universidad Carlos III, em Madri, e da Universidadede los Andes, em Bogotá (Violência e justiça: algumas evidências para a Colômbia, Parte II). O autor discorre sobre o esquema de funcionamento da máfia para analisar o desempenho deplorável da Justiça no país, que se submete às organizações armadas, perigosas e, sobretudo, poderosas.

Entre as consequências do transbordamento da violência naquela sociedade, um destaque é a contabilidade da morte. O clima de guerra civil não permite à população acuada sequer ter conhecimento do número de

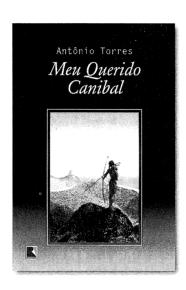
mortos nos constantes massacres e choques armados. "Os relatórios [...] mostram a discrepância entre a cifra oficial [...] e os rumores acerca da cifra real, autoridades locais que desmoronam, fiscais e juizes que fogem e uma população civil que se dobra [...] ou que abandona seu território."

Tolerância da violência poli Uso de métodos violentos para confissão de suspeitos	cial (%
É sempre justificável	4,
É injustificável	52,
É justificável em alguns casos	40,
Não sabe/Não respondeu	3,
Total	100,

FONTE: CPDOC-FGV/ISER, PESQUISA LEI, JUSTICA E CIDADANIA

Cidadania, Justica e Violência certamente não vai interessar aquele à procura de leitura leve, dessas que se finalizam em par de horas e até convidam a relaxar e dormir. Ao contrário, tira o sono. E nos faz refletir sobre como contribuir para que as próximas pesquisas sobre o tema tenham resultados bem diferentes.

Anacris Bittencourt Editora do Jornal da Cidadania do Ibase



Meu Querido Canibal

Antônio Torres Editora Record 188 p.

Dos caminhos urbanos que hoje homenageiam personagens chamados Sá Ferreira ou Bulhões de Carvalho, o autor refaz outra trilha: a dos primeiros habitantes do Rio de Janeiro, os tupinambás. Índios que não têm seus nomes nas vias públicas, mas batizam de cariocas os nascidos na cidade, cujo nome é resultado de um engano dos portugueses. Chamaram de rio a Baía de Guanabara quando aqui chegaram em um mês de janeiro.

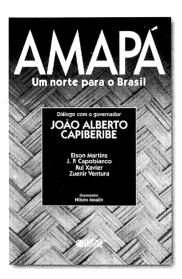
Uma sucessão de erros, mentiras e arbitrariedades marca a colonização européia. Erros que o tempo tem sido hábil em perpetuar. O líder da Revolução dos Tamoios, o grande chefe Cunhambebe – a quem o título do livro faz referência – tem sua biografia oficial resumida em apenas alguns verbetes. Enquanto isso, a estátua do chefe tupiniquim Araribóia – aliado e heróis dos brancos – é quem saúda os visitantes à entrada de Niterói, cidade vizinha ao Rio.

Passado e presente, lenda e realidade estão na bagagem do autor nessa viagem que recria a trajetória de vida, batalha e morte dos tupinambás. A partir da história de Cunhambebe, mas não se resumindo a ela, o livro resgata a memória de uma cultura canibalizada por brancos que empunhavam com a mesma competência a cruz e a espada. Sempre em nome da fé e "d'el Rei".

Em sua expedição à aldeia dos guaranis, em Bracuí, na Serra da Bocaina, Angra dos Reis, o autor constata que, confinados em reservas, os índios já não representam "ameaça" aos brancos da região, hoje território de ricos e famosos. A invasão agora é outra a dos pobres. "Os que vêm de tudo quanto é parte para trabalhar em obras temporárias [...]. Depois ficam por aí, subindo morro e favelizando a cidade, sem saber o que fazer de suas vidas", reclamam os moradores. O vice-cacique da aldeia é quem define a relação entre os dois povos: "Os brancos têm muita conversa e muita burocracia pra enrolar os outros" "E para enrolar uns aos outros, índio amigo", completa Antônio Torres.

Meu Querido Canibal dá voz a quem, apesar de não ter a escrita em sua cultura, sempre soube dar lição - o índio: "Eu os advirto, franceses, que vocês são muito loucos. De que lhes serve fatigarem-se tanto, atravessando os mares, e, para vencê-los, passarem por tantos males, como vocês mesmos têm contato, a buscar riquezas para deixar para os filhos que haverão de sobreviver a vocês? A terra que lhes sustenta não bastará também para sustentar a eles? Nós também temos filhos e parentes, como vocês têm, e os amamos muito. Porém, confiamos certamente que, depois de nossa morte, a terra que nos sustentou também os há de sustentar da mesma forma. E nisso descansamos". Parece que a lição não foi aprendida.

> Silvana Claudio Editora do IbaseNet



Amapá, um norte para o Brasil

Diálogo com o governador João Alberto Capiberibe

Organizador: Nilson Moulin Cortez Editora 126p.

A Amazônia continua um conveniente mistério para os brasileiros. Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade e a manipulação dos noticiários, a região vem sendo repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e neutralização das vozes regionais. Sem a necessária serenidade, e visão crítica a partir de um projeto de sociedade nacional, os brasileiros deixam-se levar pela perplexidade quando não sucumbem definitivamente à propaganda. Entender a questão é fundamental para entendermos bem a diversidade do Brasil.

O livro é uma oportunidade para isso. Os jornalistas Elson Martins, J. P. Capobianco, Rui Xavier e Zuenir Ventura estabelecem uma longa conversa com o governador do Amapá,

histórico militante das causas amazônicas. Há a revelação da biografia de João Alberto Capiberibe, o Capi, que como muitos de sua geração foi perseguido, preso e empurrado ao exílio pela ditadura militar. Radical naquilo que o radicalismo tem de puro, Capi soube agregar os valores de cada momento de sua atribulada trajetória.

O que constatamos com as peripécias de Capiberibe é que novos ares políticos começam a soprar nos pequenos estados periféricos. O Acre, já nos anos 60, foi palco de notáveis avanços das lutas populares, organizando um moderno sindicalismo e gerando um líder político do quilate de Chico Mendes. E quando parecia que a Amazônia caminhava para o fim, surge a experiência do Amapá. Capiberibe imprimiu uma política de desenvolvimento econômico agregando a questão ambiental. Logo percebeu que a tese do regresso puro e simples ao extrativismo, como base de uma economia sustentável, era uma solução que funcionava apenas nas teses acadêmicas e nas publicações das ONGs de defesa da Amazônia.

Para tirar o Amapá do primitivismo, Capiberibe se valeu de conhecimentos de agricultura tropical, economia comunitária e avançou para um projeto que hoje faz de seu estado um exemplo para o Brasil. Há a preocupação em não romper com as peculiaridades da região amazônica, em não solapar milênios de experiência sociocultural das populações caboclas. Mas também o esforço em promover a cidadania, garantir as liberdades democráticas e incentivar a produção cultural local. Essas são as lições que temos nesse livro cheio de entusiasmo, onde mais uma vez fica provado que a Amazônia tem realmente muita experiência com a modernidade. Só que a modernidade da experiência social do Amapá é a favor do povo da Amazônia.

> Márcio Souza Escritor, autor de Galvez, o imperador do Acre e nativo da Amazônia

OPINIÃO

Carlos Frederico B. Loureiro* João Roberto Lopes** Nahyda Von der Weid***

Parceria, Compromisso e risco

Neste artigo procuramos refletir sobre os limites do discurso e da prática da parceria de ONGs com o setor empresarial como um dos caminhos para se alcançar soluções para graves problemas sociais. Em função do desastre ambiental ocorrido com o derramamento de óleo em 18 de janeiro de 2000, o Ibase foi convidado pela Petrobras¹ para estudar possibilidades de parceria em projetos sustentáveis que pudessem atender às necessidades e demandas da população em situação de pobreza e exclusão que vive no entorno da Baía de Guanabara. Em fevereiro, após o Ibase ter consultado alguns parceiros na área ambiental sobre a pertinência de uma eventual parceria com a Petrobras, discutiu-se uma proposta inicial de trabalho.

Em conversações com a comunidade, além da empresa e Prefeitura Municipal do Rio, a Agenda 21/RJ e o Sebrae/RJ – que possuem iniciativas na Ilha de Paquetá – ficou acertado que o Ibase coordenaria, com o apoio da Petrobras, um processo participativo voltado a identificar e viabilizar ações para revitalizar o lugar. O projeto previa uma primeira etapa de elaboração do Plano de Revitalização e, mediante um processo de

planejamento participativo, uma segunda de implementação de suas ações. Lideranças locais organizaram uma representação – a Comissão de Moradores – com o papel não apenas de intermediar a agenda emergencial com a Petrobras mas também de coordenar o processo de revitalização da Ilha. Vale assinalar que, embora fosse interesse da Petrobras aproveitar as discussões para apressar sua saída da agenda emergencial, a mobilização social e adesão da Comissão ao processo de revitalização forçou a empresa a assumir e explicitar compromissos não-pontuais com a população local.

A proposta de revitalização de Paquetá apenas se justificava sob o compromisso com ações não-compensatórias, até mesmo porque as indenizações mostram-se sempre insuficientes diante de prejuízos em cadeia. Portanto, as ações pretendidas foram aquelas capazes de gerar bens coletivos que realmente incorporassem a diversidade, particularmente os tradicionalmente excluídos. Para tanto, a inclusão devia estar assegurada no próprio processo de produção da ação.

Mão dupla

De acordo com esta proposta, a questão da sustentabilidade só pode ser enfrentada com ações em dupla direção, que se reforçam mutuamente. De um lado, ações consistentes sobre as fontes de agressão e destruição ambiental mudando práticas e adotando tecnologias e processos produtivos sustentáveis, no âmbito das empresas – e controlando a agressão e des-

truição advindas dos próprios assentamentos humanos. De outro, ações que visam a criação de condições de inclusão sustentável daqueles em situação de pobreza e exclusão, mais diretamente afetados pela destruição socioambiental.

Ainda que a degradação sofrida pela Ilha seja resultante em boa medida de fatores externos, ou mais precisamente da sua inserção na Baía da Guanabara, a participação no processo de revitalização depende, pelo menos inicialmente, do tratamento de problemas vivenciados e percebidos como locais. Portanto, seria do fortalecimento associativo da comunidade. com base na problemática atinente à Ilha, que poderia derivar a construção de novas percepções e soluções que extrapolassem as fronteiras políticas locais.

À luz da experiência vivenciada, um primeiro ponto a ser destacado e enfrentado na parceria empresa e ONG é o da natureza não-mercantil dos serviços a serem prestados pela ONG. Isso significa dizer que qualquer que seja o serviço contratado ele não tem um fim em si mesmo, não se reduz a um produto intercambiável. O serviço, nos termos da ação pública da ONG, deverá ser um vetor da produção de bens coletivos, bem como de práticas e valores a eles pertinentes. Disso decorre um outro sentido de prestação de serviço. A expectativa do cliente-empresa diante do prestador-ONG não deverá estar reduzida a um produto objetivo e mensurável, ao mesmo tempo que a expectativa deste diante daquele não se limitará aos recursos econômicos. A parceria a ser estabelecida deve ser pautada na autonomia dos parceiros, respeitando e reconhecendo as características de cada um. Daí deriva uma condicionalidade inicial, qual seja, os termos e compromissos implicados nesse tipo de parceria/prestação de serviço devem ser claramente definidos e acordados contratualmente. Embora o contrato não seja uma condição suficiente, nem muito menos determinante, representa uma salvaguarda necessária.

Outro sentido da prestação de um serviço de natureza pública contratado por uma empresa, diz respeito à própria noção do cliente para o qual ela se dirige. Além do cliente formalmente constituído, tal prestação de serviço dirige-se diretamente para as pessoas e instituições atingidas pela ação pública objeto

1 Embora a Petrobras seja uma empresa estatal, e nesse sentido assume características particulares que não se confundem com as de uma empresa privada, entendemos que para as questões aqui tratadas os aspectos prevalecentes na conduta da empresa foram aqueles que coincidem com os de uma empresa privada convencional.

Ameaça de colonização

Alguém já disse que em uma parceria todos ganham. A generalidade aí embutida imprime ao conceito de parceria um sentido de contrato que iguala desiguais. Talvez isso se deva à pressa em justificar o que se tornou uma das principais formas de captação de recursos - cada vez mais escassos. A transposição do conceito, pertinente ao meio empresarial, para o restante das relações pelas mãos dos carentes de recursos explica a quase naturalização da idéia de parceria. Ultimamente as parcerias de empresas com grupos não-empresariais têm crescido como alternativa de captação de recursos. Nesses termos, as partes tendem a se igualar através da incorporação pelos setores sociais não-mercantis à pers-

pectiva da parte provedora, ou seja, à do ganho privado. Assiste-se, assim, a ameaça da colonização ampliada do mundo da vida e das instituições pela lógica econômica.

O risco dessa colonização torna-se crítico quando atinge setores que a princípio estariam voltados para fins sociais, públicos, como o Estado e organizações da sociedade (sindicatos, associações e ONGs). Embora a colonização do público pelo privado não seja o único e inevitável resultado de parcerias com empresas, a atual fragilidade das organizações com finalidade pública torna imperativo chamar a atenção para tais riscos, bem como para as condicionalidades de parcerias em termos não-privatistas.

da parceria. Na verdade, esses devem se constituir nos principais clientes do ponto de vista da ONG e, em boa medida, também da perspectiva da empresa contratante. Essa visão estendida do cliente — ou de beneficiário do serviço — é algo que deve estar sugerido também no contrato, embora devemos ter claro que o cliente no sentido do público é algo que deverá se constituir no processo mesmo da prestação do serviço.

Estamos conscientes de que os termos acima propostos para uma parceria de outro tipo entre ONG e empresa não dependem exclusivamente, nem principalmente, da disposição institucional de cada uma das partes. A observância e efetivação desses termos vincula-se não só a elementos conjunturais que predisporiam a empresa a patrocinar uma intervenção pública, como também ao grau de representação e compromissos públicos da ONG capaz de lhe conferir legitimidade e autonomia na relação de parceria.

A Petrobras, ao contratar o Ibase para o desenvolvimento de um Plano de Revitalização para Paquetá, comprometeu-se em apoiar ações que fossem além do compensatório, bem como reconheceu a pertinência de um processo participativo para a produção das mesmas. Tal compromisso da empresa obviamente era menos com o lbase e mais com a própria população. Compromisso esse que, embora não formalmente firmado, foi enunciado pelos interlocutores da empresa. Contudo, esse duplo compromisso foi desfeito pela Petrobras antes do término do prazo previsto em contrato, segundo seus representantes, a pedido da Prefeitura do Rio.

Diagnósticos e propostas

O trabalho inicial envolveu o levantamento dos interesses e de suas vinculações, mapeando diferentes redes de interesses que compõem a realidade de Paquetá, e de processamento dos diferentes diagnósticos e propostas já existentes. Tal levantamento serviu de base para a construção de um quadro mais geral sobre a realidade local, necessário ao trabalho do Ibase de

O público pelo privado

A base de sustentação do conceito de parceria está na busca por uma publicização que deve ser vista como a resultante de avanços no processo democrático, uma vez que expressa a instituição de organismos ou instâncias que congregam governo, empresas e entidades civis não-lucrativas, na resolução de problemas eminentemente sociais. Tal perspectiva acentua a responsabilidade privada de cidadãos associados, operando em áreas de interesse público, sob uma base discursiva de supressão dos conflitos que pressupõe uma cooperação idealizada, entre os atores sociais, movida pelo interesse comum.

A gravidade da subordinação do público pelo privado explica-se não apenas pelos motivos óbvios da eliminação dos freios à tendência individualista e privatista (re)produtora das desigualdades. Tão grave quanto isso é o fato de tal colonização se processar nem sempre de forma explícita. Dificilmente os dirigentes das organizações estatais, empresariais ou da sociedade civil se apercebem ou admitem que seus argumentos a favor do interesse público possam estar descolados ou se descolando da prática e transformando-se em retórica pública a encobrir a prevalência do privatismo.

Outro sinal dessa dissociação entre as palayras e as coisas, e que mais nos interessa aqui, refere-se às incongruências advindas do discurso sobre o Terceiro Setor. Este seria o campo das manifestações e instituições da sociedade civil independentes do Estado e do mercado, onde homens e mulheres agiriam de forma reflexiva no sentido de uma permanente e pública negociação sobre direitos universais. Tomar esse discurso normativo como realidade supõe conceber idealmente a sociedade civil como estando imune às ingerências do mercado e do próprio Estado. Confunde-se aqui a pertinência de uma esfera pública não-estatal, onde a diversidade de interesses seja instada a atuar na construção de interesses públicos, com a existência de um campo isento de ingerências econômicas e estatais. Essa confusão reflete um auto-engano conveniente face às aproximações cada vez mais estreitas de organizações da sociedade civil com o Estado e as empresas. Caso estejamos certos, poderíamos derivar do que foi dito que o discurso do Terceiro setor é acionado na mesma proporção em que organizações da sociedade civil vão sendo tolhidas pela colonização do Estado e do mercado.

Se as idéias não correspondem aos fatos, não surpreende que as empresas parceiras passem rapidamente a incorporar o discurso em prol do social. Isso representaria a confirmação da eficácia da ação das organizações com fins sociais na relação com as empresas. Talvez a autocomplacência as impeça de reconhecer que tal eficiência é adjetiva. Ou leve-os a satisfazerem-se com mudanças aparentes. No limite, estaríamos sob o risco da colonização do público pelo privado estar sendo justificada pelo discurso do colonizado.

Caso se admita tais riscos, até porque tendem a ser permanentes, torna-se imperativa a discussão sobre os termos em que a parceria entre empresa e instituição com fins públicos possa ser desequilibrada em favor da última. Isso não implica em presumir inversa e ingenuamente a colonização do privado pelo público, mas sim em admitir que as partes permanecem desiguais - em que pese o contrato. Ou melhor, significa reconhecer e valorizar a natureza conflitante dessa relação. Conflito que não se limita à relação entre as partes envolvidas, alcançando também as relações internas de cada uma delas.

promover a constituição de uma rede de interesses capaz de dar suporte ao processo de revitalização da Ilha.

Daí partiu-se para a discussão com a Comissão de Moradores sobre a proposta de planejamento participativo. Destague para o contexto inicial de grande animosidade da população em relação à Petrobras por conta de indefinições sobre os pleitos emergenciais, o que gerava também dificuldades de entendimento sobre o trabalho do Ibase, patrocinado pela empresa. O envolvimento da Comissão de Moradores na discussão do Plano de Revitalização e a confiança que o Ibase passou a dela merecer foram resultados de um intenso processo de negociação em que o Instituto procurou agir sempre com transparência, expondo suas proposições ao debate.

Nesse contexto, a Comissão de Moradores reconheceu como uma ação imediata, necessária para dar início à revitalização da Ilha, a realização de uma campanha publicitária que promovesse os atrativos locais para o público externo e também interno, recuperando a autoestima dos moradores. A Petrobras aceitou patrocinar tal proposta. Ficou a cargo do Ibase contatar agências de publicidade para a identificação da melhor campanha a ser escolhida a partir de consulta à Comissão de Moradores. Os orçamentos propostos por duas agências foram encaminhados à empresa para avaliação.

Ao mesmo tempo, o Ibase, como membro do Fórum 21/RJ, estabeleceu conversações com a sua Secretaria Executiva sobre a melhor forma de fortalecer o processo de implantação do Fórum 21 Local em Paquetá, em gestação desde meados do ano de 1999. O Ibase reconhece a Agenda 21 Local como uma proposta metodológica capaz de auxiliar a formação de um espaço público, onde governo e sociedade possam produzir ações públicas concertadas. Nesse sentido, buscou uma aproximação do processo de revitalização com a Prefeitura através da atuação do Fórum 21 em Paquetá. Essa estratégia não se mostrou eficiente. De fato, o envolvimento da Secretaria Executiva do Fórum 21 no processo participativo conduzido pelo Ibase foi frágil, o que atribuímos, entre outras razões, ao fraco compromisso político demonstrado

pela Prefeitura do Rio com os princípios da Agenda 21². Já o Sebrae/RJ, que desenvolvera algumas propostas para a recuperação econômica da Ilha, acompanhou o processo, mas uma contribuição mais efetiva da instituição na costura do Plano de Revitalização ficou prejudicada pela interrupção dos trabalhos.

Realizamos com o apoio da Comissão de Moradores, reuniões ampliadas, quando foram convocadas lideranças locais públicas e privadas, a fim de esclarecer e discutir o planejamento participativo proposto. Em seguida, o Ibase partiu para um lançamento público do Plano de Revitalização e a realização das primeiras reuniões para discutir as ações prioritárias. Foram distribuídos dois mil folders. além de convocações em todas as residências da Ilha. Foram quatro reuniões dirigidas ao conjunto da população, que envolveram quase 100 pessoas, voltadas a identificar ações para a melhoria da qualidade de vida local. As reuniões foram regionalizadas, a fim de propiciar o encontro da diversidade de interesses e conduzidas com base em uma metodologia centrada na participação. Vale assinalar que tanto a regionalização quanto a metodologia de condução das reuniões foram discutidas com a Comissão de Moradores.

Das reuniões regionalizadas abertas à população avançou-se na preparação de reuniões setoriais. O objetivo era o de envolver segmentos reconhecidos, a partir das redes de

2 A questão sobre a iniciativa da Agenda 21/RJ em Paquetá foi por nós tratada no boletim Políticas Ambientais, ano 8, n.º 24, set. 2000. Em síntese, evidenciamos o quanto a Agenda 21 Local necessita, para sua realização em bases participativas e democráticas, de um organização social forte. Do contrário, diante de uma sociedade civil pouco articulada e de uma lógica política governamental autocrática e tecnocrática, a perspectiva de construção de espaços públicos de decisão pode virar retórica. Assim, observamos que os consensos obtidos no Fórum 21 da cidade do Rio de Janeiro são ainda superficiais e subordinados aos interesses da prefeitura, que detém o poder de decisão final.

Participação cidadã

O ideário das ONGs historicamente foi orientado no sentido da defesa da prática democrática, na busca de ampliação das conquistas no plano da cidadania. Com esse suporte ideológico, têm lutado pelo aumento da abrangência dos canais de participação e defesa de envolvimento do cidadão nas decisões de responsabilidade da esfera pública. Participação aqui entendida como igualdade de poder no processo, respeito às experiências ácumuladas pela diversidade e construção coletiva em busca da cidadania plena.

Na discussão sobre parcerias com os setores privado e estatal na discussão sobre a gestão da Baía de Guanabara tornou-se senso comum o discurso da participação como meio de fortalecimento e desenvolvimento da sociedade. Contudo, o que normalmente se vê são práticas que expressam uma falsa igualdade de poder político decisório. São também permeadas por visões distintas de mundo, reproduzindo a lógica hierarquizada e excludente – em termos simbólicos e materiais -, ou são, ainda, práticas paternalistas de alguns iluminados detentores do saber técnico.

Se os riscos da parceria com empresas são comuns às organizações com finalidade pública, o caminho para superá-los difere em boa medida de um caso para outro. Nossa atenção está centrada na relação de parceria entre empresa e ONG - organização privada com fins sociais e sem representação constituída por uma base social definida. Discutimos aqui especificamente a parceria caracterizada como contrato de prestação de serviço entre ONG (como prestadora) e empresa (como contratante).

interesses, como estratégicos para o conhecimento da realidade local e para a definição de propostas de melhoria da vida em Paquetá, bem como setores tradicionalmente excluídos [jovens, população dos morros (ambulantes, pescadores etc), comerciantes e profissionais de saúde]. Essa parte final do levantamento das percepções da população ficou também prejudicada pela interrupção do trabalho.

Circunstância imprevista

Antes do término previsto da primeira etapa do Projeto, o trabalho foi interrompido em razão do desconforto, segundo informação da Petrobras, que a Prefeitura estaria sentindo com o trabalho desenvolvido pelo Ibase em Paquetá. Como o trabalho não teve prosseguimento desde então, ficaram prejudicadas as sondagens necessárias sobre os diferentes segmentos da Ilha. A fim de sugerirmos uma razão para o Ibase ter interrompido seu trabalho, que antes de ser objeto de um contrato com a

Petrobras constitui-se em um compromisso com a comunidade envolvida, vale aqui recuperar o cenário que se montou e as alternativas possíveis. Deve-se ressalvar que, em que pese a solicitação não atendida de uma audiência com o prefeito do Rio, o Ibase só tomou conhecimento da posição da Prefeitura através da Petrobras.

A Prefeitura havia encaminhado à Petrobras, logo após o derramamento de óleo, um conjunto de projetos para Paquetá. Ao que parece, a forma tecnocrática como entendem a formulação de projetos e o interesse da

Prefeitura em vê-los apoiados pela empresa tornou o Executivo Municipal refratário a qualquer outra iniciativa de caráter público na Ilha. Contrariedade agravada pelo fato não só de ser também a Petrobras a patrocinadora do programa de revitalização conduzido pelo Ibase, mas também de a Comissão de Moradores querer tomar conhecimento de detalhes sobre os projetos encaminhados pela própria Prefeitura, bem como incluí-los no processo de discussão pública que estava em curso. A Petrobras, por sua vez, em função de compromissos institucionais com a Prefeitura

optou pela interrupção do trabalho com o Ibase, não fechando, contudo, o espaço de negociação com a comunidade, particularmente através da Comissão de Moradores. Vale chamar a atenção para o fato de que a empresa não cancelara formalmente o contrato, já que para finalizar a primeira etapa do projeto restava produzir as diretrizes do Plano de Revitalização.

Diante desse quadro, o Ibase, mesmo questionando o procedimento da Prefeitura, avaliou que a realização de qualquer ação em Paquetá poderia tensionar ainda mais a relação do Executivo Municipal com a comunidade, ameacando a própria efetivação dos projetos em negociação com a Petrobras. Ao mesmo tempo, o Instituto considerou ser estratégico avançar na produção de um Plano de Ação, mesmo que bastante preliminar, a fim de dar à Comissão de Moradores, que se afirmou ao longo do processo como interlocutora legítima e representativa da comunidade, instrumentos de negociação, com o poder público e com a Petrobras (ou mesmo com outras empresas). Esse posicionamento foi apresentado à Comissão de Moradores pela direção do Ibase.

Embora o compromisso maior da Petrobras fosse com a população de Paquetá, o tratamento dispensado pela empresa ao Ibase, cancelando o contrato, demonstrou um recuo e, por conseguinte, um claro limite em relação ao cumprimento pela empresa do compromisso público firmado, subordinando-se aos interesses do governo municipal. A fragilidade desse compromisso foi posteriormente confirmada pela resposta dada pela empresa à solicitação da Comissão de Moradores de esclarecimentos e do retorno do trabalho do Ibase. Nessa resposta, a Petrobras afirma que o compromisso estaria assegurado em razão do seu apoio a alguns projetos para a Ilha apresentados pela Prefeitura e por alguns eventos patrocinados pela empresa. Ao que parece, ela optou em voltar a atender os pleitos isolados, que não só possuem um alcance social restrito, como fragilizam a organização da população local que volta a dispersar-se em pedidos corporativos. Quanto à formulação e execução dos projetos a serem desenvolvidos pela Prefeitura, a não disposição do Executivo Municipal para a discussão dos mesmos com a população, demonstra a debilidade dos seus compromissos com a participação social, como também gera desconfianças sobre a qualidade social das ações propostas.

A Petrobras, em função de compromissos institucionais, optou pela interrupção do trabalho com o Ibase

Entendemos que a configuração dos atores (empresa, poder público local, ONG e representação comunitária) agindo em prol de uma ação de caráter público, comprometida com o desenvolvimento de um plano de revitalização para a comunidade de Paquetá exigia estratégias de articulação e de concertação consistentes que garantissem a integração das ações durante todo o seu processo de construção. Neste cenário identificamos três aspectos da atuação do Ibase que podem ter contribuído para o desenlace frustrado da experiência. Em primeiro lugar o Instituto não se cercou suficientemente de garantias no contrato firmado com a Petrobras, já que este não dava salvaguardas à instituição em caso de um eventual cancelamento unilateral. Ao mesmo tempo avaliamos que houve limitação no envolvi-

mento do poder público local com o projeto que vinha sendo desenvolvido na Ilha. Este envolvimento ficou fragilizado pelo fato do Ibase ter confiado na possibilidade de envolver a prefeitura através da Agenda 21 Local, o que se mostrou, apenas tardiamente, um erro de avaliação política. Consideramos que é fundamental estabelecer canais de diálogo e negociação com o poder público que não se limite a uma única via de interlocução e que não se respalde exclusivamente na crença de que o apoio comunitário é suficiente no embate de projetos e perspectivas. Finalmente o cronograma apertado com o qual o Ibase trabalhou, em razão da situação de premência gerada pelo desastre, prejudicou a ampliação da articulação com outras organizações afinadas politicamente ao Instituto que poderiam garantir um poder maior de negociação com a Petrobras.

Com isso dito, vale retomar o alerta para os perigos da colonização do público pelo privado, especificamente no caso das ONGs. Estabelecer parcerias com o setor privado, sem uma articulação estruturada com os setores sociais envolvidos, caindo na prestação de serviços no sentido comercial, pode significar para as ONGs abrirem mão de sua identidade política comprometida com os interesses públicos, arriscando reduziremse a empresas de consultoria que inclusive competem entre si. Isso repercute negativamente na construção de identidades políticas públicas, mais abrangentes, fragmentando e dispersando as iniciativas de cunho social, tornando-as ainda mais reféns da tendência colonizadora da lógica econômica.

Entendemos que é preciso que as diferentes missões institucionais sejam respeitadas. Faz-se também premente amadurecer e descobrir formas de aproximação, em torno dos objetivos comuns, sem com isso neutralizar o caráter de conflito presente nessas relações, compreendendo que as organizações da sociedade disputam e constroem espaços e não apenas a convivência respeitosa e plural.

* Carlos Frederico B. Loureiro Doutor em Serviço Social, professor da UFRJ e pesquisador do Ibase

** João Roberto Lopes Cientista político e pesquisador do Ibase

*** Nahyda Von der Weid Educadora e pesquisadora do Ibase



CULTURA

Orlando Mollica*

MUTOS

Grafite, transgressão, rebeldia, grito de liberdade são sinônimos que atravessam a História, sempre associados à magia e ao mistério. A origem do termo grafite é italiana e significa gravados, marcações anônimas que deixam resíduo ou rastro, sinal de sua passagem sobre um suporte material.

Considerados por lei e autoridades como vândalos urbanos, contumazes destruidores do patrimônio público e particular, assim têm sido grafiteiros, cujos propósitos escusos nunca foram desvendados pela sociedade e se tornaram assunto de teses acadêmicas.

Somente de pouco tempo para cá se têm tratado das relações estéticas que esses grupos de artistas urbanos, também chamados galeras ou tribos urbanas, estabelecem com as artes contemporâneas, com a cultura dos quadrinhos, com o cartum, a charge e a caricatura. Cada vez mais se sabe que essas galeras estão envolvidas com a indústria do entretenimento; em especial a fonográfica e seus desdobramentos sociais, sobretudo o universo jovem dos chamados bailes funk.

Uma olhadela na História faz descobrir que, quando se fala de grafite, não dá para deixar de lado as primeiras inscrições das cavernas pré-históricas, coisa de 30, 40 mil anos, onde os primeiros artistas caçadores deixaram toda sorte de imagens literalmente grafitadas com as mãos, com tintas a base de sangue, ossos de animais e carvão vegetal, obedecendo ao ritual de magia propiciatória que antecedia as caçadas.

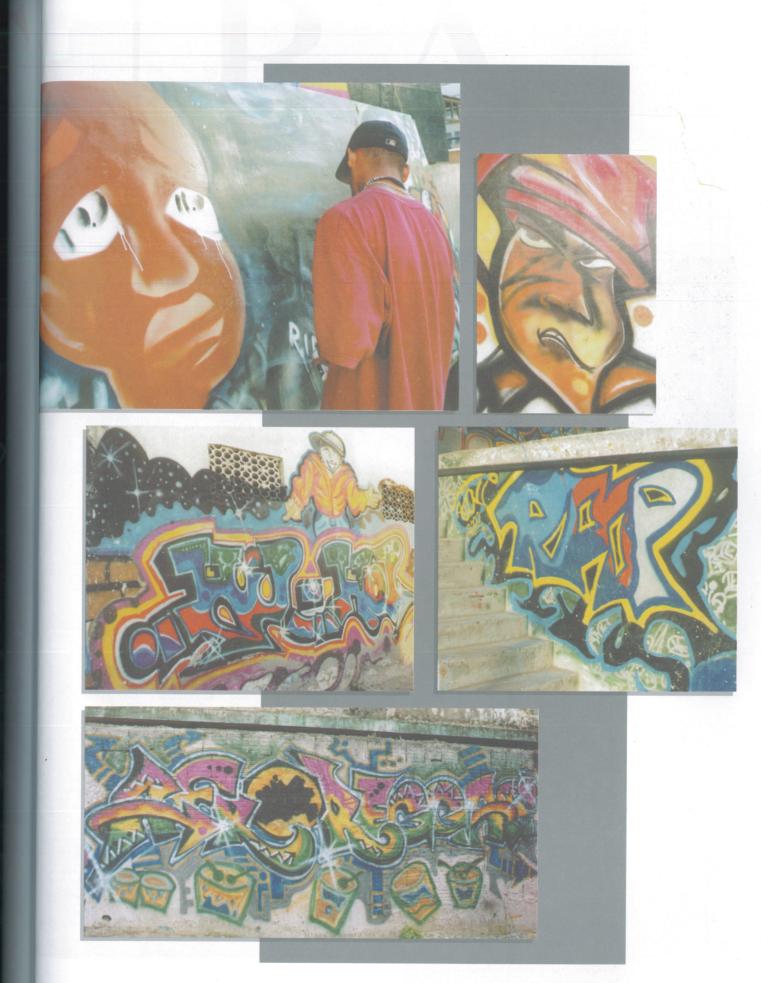
Muito depois, durante o período das reformas religiosas na Europa setentrional, também havia registros de

grafitagem herética em colunas de igrejas góticas da Holanda e Bélgica recém-reformadas, evidente sinal da nostalgia do povão pelas antigas e fantásticas imagens católicas medievais, culto de adoração popular de tantos séculos, retiradas à força das igrejas pelas autoridades protestantes.

Na Roma antiga o grafite aparecia sinalizando com setas uma simplificação do peixe cristão para os locais de reunião dos fiéis, na medida em que era necessário um código envolto em símbolo mágico para ajudar o povo católico a burlar a repressão do Estado.

A história da arte também conta que as tabernas florentinas e romanas, frequentadas por grandes artistas da Renascença italiana, eram cobertas de desenhos e escritos grafitados. Na maioria, caricaturas, provérbios, insultos, além de poemas pornográficos que serviam como desabafo dos artistas em relação aos seus mecenas: gente bacana que lhes pagava para fazer arte, tais como príncipes, duques, papas, banqueiros e outros notáveis.

Leonardo da Vinci, em seu código sobre a pintura, aconselhava os artistas a se inspirarem nas imagens que emergiam de muros velhos, onde se misturavam manchas de toda sorte e também muita grafitagem. Chegou a desenvolver novo método de desenho baseado no esboço livre, rabiscando e manchando o papel à maneira dos grafites de rua.



Ele afirmava que rabiscar livremente era uma maneira de dar vida a uma composição, de modo que, jogando com o acaso, com o erro, poder-se-ia chegar a soluções plásticas mais próximas da forma natural do olho humano enxergar o universo visível.

Esse gosto do erro induzido pela pulsão corporal encontrou seu lugar na arte maneirista que se seguiu ao período renascentista, passando depois para o estilo barroco e seu desdobramento último, o rococó. Daí, atraves-



sou a linha que dividia o mundo da nobreza, passando a freqüentar o mundo romântico dos plebeus. Como na história do patinho feio, tornou-se o belo cisne negro da arte moderna, pai, avô e bisavô dos grandes movimentos modernistas do século XX.

Conta a história que foi o caricaturista francês Granville que primeiro reconheceu os grafites *malditos* das ruas como forma autêntica e legítima de arte, em meados do século XIX, motivado pelos movimentos revolucionários parisienses, tais como a Comuna de 1871.

Daumier, Guy Constantin, Toulouse-Lautrec também foram desenhistas pioneiros, ainda no século XIX, no uso de efeitos erráticos, à maneira do grafite, para obter formas cada vez mais expressivas e pessoais. O resultado foi o advento da arte expressionista do século XX – cuja paternidade é atribuída a Van Gogh – com toda sua carga de subjetividade, símbolo da liberdade total de criação do artista saturada de transgressões estéticas, procurando contrariar o bom gosto consagrado socialmente.

Gigantes da arte moderna como Picasso, Matisse, Paul Klee e Kandinsky também foram grafiteiros à sua maneira. Assim como os primeiros expressionistas: o norueguês Munch, os alemães Kirchner, Rotlluff, HecKell, Otto Mueller, Emil Nolde, Otto Dix, George Grosz, entre outros, rabiscaram e pintaram com a fúria de um grafiteiro de rua, criticando a sociedade burguesa alemã do início do século XX. Na França, o movimento surrealista, fundado por Andre Breton, pregava uma forma livre de escrita valorizando visualmente a caligrafia, muito próximo às idéias de da Vinci.

Influenciados por esses primeiros movimentos modernistas, inspirados nas imagens do recém-descoberto inconsciente freudiano, floresceram diversos tipos de informalismos depois da Segunda Guerra. O grupo Cobra, nos países nórdicos, com Karel Appel, assim como a arte bruta, na França, com Jean Dubuffet, buscaram o sentido da existência na inocência das criancas e dos loucos como contrapartida à insanidade da cultura ocidental, dita racional, mas que acabara de produzir duas guerras mundiais, tendo o extermínio racial e étnico como lógica e razão de ser. O informalismo matérico catalão com Antoni Tapies tentou discutir os limites entre vida e arte, suas implicações com a liberdade política em uma Espanha franquista, dominada por censura feroz. Sem esquecer a explosão norte-americana dos expressionistas abstratos, apoiada pelas elites sociais e políticas. Nomes como Arshile Gorky, Hans Hoffman, Jackson Pollock, De Kooning se debateram em corpo a corpo pictórico, em gestualismo exasperado, dissolvendo formas em grafismos frenéticos sobre enormes telas, discutindo poeticamente o sentido de fazer arte em uma sociedade ultramoderna, cujo pragmatismo assustador era capaz de tornar qualquer atividade e suas conseqüências pura mercadoria.

No Brasil foi o movimento expressionista que deu o passo inicial em direção à arte moderna na pintura de Anita Malfatti pintando justamente a loucura, e cujo trabalho foi atacado pelo escritor nacionalista Monteiro Lobato. Mesmo pagando caro, sua ousadia tornou possível o modernismo brasileiro que se consagrou, anos mais tarde, com o manifesto da Semana de 22. Mas é o nome de Iberê Camargo que simboliza a continuação e desenvolvimento das formas clássicas de expressionismo entre nós. Ainda que não se possa ignorar as primeiras experiências com coloriet sobre tela realizadas pelo movimento Nova Objetividade nos anos 60, marcado pela resistência ao regime de opressão social e política imposto pela ditadura militar. Muitas delas foram retomadas nos anos 80 pelo movimento neo-expressionista de pintura jovem e energética, voltado para o espetáculo, próximo das grandes estrelas da indústria fonográfica e seus megaeventos.

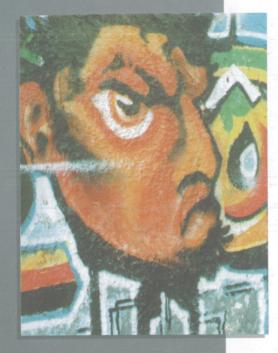
A partir da arrancada das técnicas de reprodução mecânica da imagem e do som houve transferência gradativa da estética expressionista do sentido do olhar para o sentido da audição. Com isso, a música passou a assimilar

















os ruídos incidentais do cotidiano, assim como o assobio, o grunhido, o ronco, o grito e o berro, a rouquidão, o suspiro e a própria fala.

Enquanto as artes visuais se detiveram em debates cada vez mais herméticos, a indústria fotográfica, impulsionada pelo processo da radiodifusão, transformou o universo da cultura em massificação da informação, com as formas musicais populares assumindo papel preponderante, tornando o disco acessível ao público.

O casamento das formas de arte folclóricas com os desdobramentos dos movimentos expressionistas modernos foi rápido, utilíssimo e rentável para o mundo fonográfico e radiofônico. Formas musicais como samba, rock e música pop sofreram e refletiram seus efeitos e metamorfoses sob milhões de mutações em tempo recorde de, no máximo, 30 anos.

A contrapartida, quando as formas musicais popularizadas pela mídia passaram a influenciar as artes plásticas, também aconteceu, e muito. Especialmente no que diz respeito à comunicação visual, criando conexões entre o universo da visualidade e da sonoridade.

Assim como o gestualismo libertário do expressionismo abstrato norte-americano se correspondeu muito bem com o jazz bebop dos anos 50, as formas psicodélicas dos hippies, o rock e a música pop dos anos 60 e 70 viajaram juntos. O mesmo se pode dizer das relações entre a grafitagem com sprayjet e a estética do movimento punk dos anos 80 com tudo o mais que surgiu daí em diante.

A história dessa grafitagem contemporânea parece ter começado com gangues de negros nova-iorquinos, ainda nos anos 60, deixando suas siglas com spray em trens e metrôs que circulavam pela Big Apple. A moda se espalhou pelo mundo jovem e oprimido das grandes cidades, assim como as formas musicais a ela associada, em turbilhão de tendências expressionistas da música negra, culminando com o funk, o rap e o hip hop, oriundos da raiz religiosa do Godspell. Com isso, passaram a expressar nos seus conteúdos temáticos e sua morfologia melódica redundante anseios e protestos de grupos excluídos dos guetos e favelas metropolitanas do planeta.

Mesmo com as mudanças enlouquecidas provocadas pela cibernética, multiplicando as possibilidades de reprodução coletiva das mensagens, sons e imagens, via internet, a necessidade da expressão urbana direta, solitária e anônima permanece tão viva que é necessário pegar um colorjet e cuspir marcas enigmáticas nas paredes da cidade. Muitas vezes criando um universo de inscrições e desenhos elaborados, como para contrapor esse grafismo plástico-pictórico à esquelética estrutura musical do rap e companhia, gritando formas estromboscópicas nas paredes e nos muros, por entre as luzes da cidade.

*Orlando Mollica

Artista plástico, doutorando em Comunicação. professor-adjunto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula e professor da Escola de Artes Visuais do Parque Laje/RJ

Fotos: Ierê Ferreira

Quando os matadores chegam ao poder

Baixada Fluminense¹, sete municípios, quase 3 milhões de habitantes, parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina. Configura uma realidade socioespacial onde se condensam as mais dramáticas contradições. Além da proximidade geográfica e do grau de urbanização, as cidades que compõem a região possuem uma formação histórica marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora, original pela extrema violência expressa na média de aproximadamente 2 mil assassinatos por ano - 74 homicídios por 100 mil habitantes². No ranking das 100 mais violentas cidades do país, cuja taxa média de homicídios em 1997 era de 25,4 por 100 mil habitantes. Duque de Caxias aparece em 14º lugar, com 76,6/ 100 mil hab.; Belford Roxo em 19°, com 73,1; São João de Meriti em 22°, com 72,4; Nilópolis em 24°, com 70,5; Queimados em 26°, com 69,4; Japeri em 37°, com 61,8 e, finalmente, Nova Iguaçu em 38°, com 61,23.

Sobreposto a esse *campo de extermínio* desenha-se um projeto de reincorporação urbana, calcado em investimentos estatais e privados sedentos pela massa de consumidores, pela mãode-obra barata e pelo enorme *curral* eleitoral. A construção de shopping centeres e condomínios, o projeto de transformação do Porto de Sepetiba em porto internacional, a duplicação da Refinaria de Petróleo de Duque de Caixas (Reduc), a criação do Pólo de Gás Químico e os projetos para a construção do International Business Park,

no entroncamento das rodovias Linha Vermelha e Washington Luís, são exemplos da justaposição da riqueza e da miséria; do avanço tecnológico e da barbárie; de áreas gentrificadas e favelas.

É no campo político, entretanto, que se estabelecem as maiores ambigüidades. A trajetória política de membros de grupos de extermínio, eleitos a partir da notoriedade adquirida como matadores, dá a dimensão da tragédia de milhares de pessoas, cuja referên-

cia de segurança pública foi transmitida pela atuação dos esquadrões da morte, pelo controle exercido por traficantes e pela comprometida atuação do aparelho judiciário que, em 92,23% dos casos de homicídios, não consegue identificar a autoria dos crimes nem constituir processos⁴.

Enquanto assistimos à violência no Rio de Janeiro, com seus 51 mortos por 100 mil habitantes, ganhar cobertura privilegiada da mídia e atuações espetaculares de governos e ONGs, deparamo-nos com o silêncio e a conivência diante do massacre que se perpetua na Baixada. Entretanto, não se trata aqui de exclusão. Só se compreende o ocultamento da violência na região quando se percebe sua relação com a visibilidade do Rio de Janeiro. Isso em uma perspectiva histórica e política da análise que evidencia como, ao longo do tempo, foram construídos mecanismos eficientes de controle sobre esse 4º mercado consumidor do país⁵, onde se concentram quase 25% do eleitorado do estado⁶.

A explosão dos loteamentos, clandestinos ou não, que fizeram a população da Baixada duplicar, e em algumas regiões triplicar, a cada década, a partir dos anos 50, acumulou um conjunto de contradições econômicas e políticas que conheceu no início dos 60 sua fase mais aguda. Os despejos de lavradores atingidos pela ambição desenfreada dos grileiros possibilitaram o surgimento de forte movimento camponês, cuja resistência, armada em alguns casos, revelou a covardia e o conservadorismo dos grupos dominantes, impondo-lhes inúmeras derrotas⁷.

Também o grande saque de 5 de Julho de 1962, com seus 42 mortos, 700 feridos e 2 mil estabelecimentos comerciais atingidos, colocou em dúvida a capacidade de controle da massa urbana da Baixada a partir dos esquemas de dominação até ali construídos⁸. A recusa do então governador Celso Peçanha de fornecer policiais para que a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias os equipasse, construísse instalações e pagasse seus salários não impediu que as estruturas pára-oficiais de segurança ganhassem dimensões cada vez maiores, diante da possibilidade do freguês tornar-se saqueador.

O Golpe Militar de 1964 encarregou-se de dar resposta mais que suficiente para os problemas dos grupos políticos dominantes da Baixada. Os mais sólidos empreendedores políticos, com sua alquimia entre populismo, clientelismo, coronelismo e violência, tais como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti, conheceram a cassação da primeira hora. Os refugiados no MDB, como prefeitos, sofreram processos sumários de cassação organizados pelos comandantes da Vila Militar. Os demais mandatos eletivos sentiram o impacto da reconfiguração das estruturas de poder político, onde em pouco tempo passaram a predominar os alinhados com os militares, abrigados na Arena.

Entre os exemplos do rearranjo do mapa político aparece Nova Iguaçu. De 1963 a 1969 teve oito prefeitos, entre eleitos, presidentes de Câmaras ocupando cargos vacantes e interventores. Nilópolis conheceu a mistura entre clã político, jogo-do-bicho e carnaval. E Duque de Caxias ficou definida como Área de Segurança Nacional por causa da Reduc e da Rodovia Interestadual Washington Luís, perdendo o direito de eleger o seu prefeito, nomeado pela ditadura até 1985.

Lógica contra a vida

Percebendo, porém, a importância nacional da Baixada – onde Nova Iguaçu era a oitava cidade brasileira em população – e a originalidade da conjuntura sociopolítica e econômica local, a ditadura militar deu apoio à montagem de poderoso esquema de execuções sumárias da história. A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, inicia-se a escalada dos grupos de extermínio. A participação direta e posteriormente indireta de policiais, o financiamento por parte de comerciantes e empresários locais e o respaldo por parte dos grupos políticos fornecem condições adequadas para o funcionamento do aparato criminoso.

Os poucos casos de homicídios transformados em processos já permitiam entender a ló-

gica das execuções. Conforme constatou o promotor José Pires Rodrigues, o envolvimento de policiais nas execuções estava associado à prestação de serviços para comerciantes e grupos locais que pagavam por isso. Uma milícia calcada no uso privado do aparato da Justiça, mantida por recursos públicos. A perversão da política pública de segurança revelava também os limites da sua ação quando em vários processos jamais conseguiu apurações nem condenações, sobretudo devido à falta de testemunhas, visto que o aparato policial que devia dar garantias a elas estava no banco dos réus.

Os anos 80, com o surgimento do Mão Branca9, trazem uma inovação no funcionamento desse aparato. Sofrendo com a maior exposição e cobrança da mídia, em uma conjuntura de abertura política, os grupos de extermínio iniciam processo de autonomização do aparelho policial. Progressivamente, policiais militares e civis se transformam em agenciadores desses serviços. Continuam envolvidos, mas agora em mercado mais competitivo, com atuação de outros grupos. Diante dessa escalada, no final da década de 70, temos a atuação de D. Adriano Hypólito, bispo da Diocese de Nova Iguaçu. Recusando o silêncio, mesmo tendo sido següestrado, despido e abandonado pintado de vermelho, além de ter o carro explodido na frente da CNBB, em 1976. D. Adriano, juntamente com o detetive Ayres, revelaria uma testemunha-chave, ex-amante de um dos principais policiais envolvidos com o extermínio na região, favorecendo o início da atuação do governo Brizola na área de segurança, sobretudo com a criação da Comissão Especial para apurar os crimes atribuídos a grupos de extermínio na Baixada.

Os resultados das políticas públicas na área, porém, serviram mais para demonstrar a força do esquema de execuções montado do que para impor limites. O fracasso nesse aspecto do primeiro governo Brizola seria facilmente esquecido diante da liberação da atuação dos grupos de extermínio no governo Moreira Franco, sobretudo no seu último ano, 1989, quando a Baixada conhece seu mais alto índice de homicídios, 95,55/100 mil hab. 10

O combate aos grupos de extermínio ganha um diferencial nos anos 90, dado não pela política de segurança, mas pelo impacto causado pela atuação de duas pessoas. A promotora pública Tânia Maria Salles Moreira, na Comarca de Duque de Caxias, desconstituiu a rede que a partir do próprio Fórum de Justiça coordenava as execuções. O caso de *Pedro Capeta*, eleito na época suplente de vereador pelo PTB, revelou-se exemplar. Preso por tentativa de assassinato, era assíduo freqüentador do Fórum e possuía uma carteira de oficial de

- 1 O termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por relevo de baixas planícies, muitas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no norte do estado. Na década de 70. a partir dos inúmeros casos de as sassinatos na região a oeste da cidade do Rio de Janeiro, sete municípios passaram a ser definidos por esse termo, identificando mais o aspecto da violência.
- 2 Dados por mim levantados na pesquisa: "Baixada Fluminense: a Violência na Construção do Poder", a partir dos índices de homicídios registrados pela Polícia Civil, de 1984 a 1997. O Unicef considera que 50 homicídios por 100 mil habitantes já caracterizaria guerra civil. Poderíamos falar, então, de uma guerra endêmica, sem a visibilidade, as ajudas humanitárias nem as sanções legais que uma querra ofícial possibilita.
- 3 TOLEDO, José Roberto de. 1,8% das cidades concentram 51% dos homicídios. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 17 de out. de 1999. Cotidiano. p. 3.
- 4 MOREIRA, Marcelo. "Uma solução a cada quinze mortes". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 maio 1998. p. 29.
- 5 Dado veiculado pela Firjan ao longo de 1998 na imprensa a fim de justificar o crescimento dos investimentos na região.
- 6 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Dados a partir das eleições municipais de 1996.
- 7 Destaco aqui, como homenagem e exemplo de trajetória política, Josefa Paulino, viúva do líder camponês José Pureza. Tendo falecido em dezembro de 1999, sua biografia nos deixa um legado quanto à atuação de mulheres no período e inspiração para o presente. Quanto à análise do movimento camponês ver: GRYNSZPAN, Mário. Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987: Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, 1987.
- 8 Sobre o saque de 1962 na Baixada ver: TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. Sonegação Fome Saque. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987.
- 9 A expressão Mão Branca surge a partir das inúmeras denúncias e autorias de chacinas atribuídas a um grupo de extermínio. Na verdade, um artifício para ocultar e promover a atuação de inúmeros grupos.
- 10 ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder. São Paulo, 1998. p. 127. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Justiça *ad hoc* dada pelo então juiz. A arma com ele encontrada tinha lhe sido entregue pelo próprio juiz, após ter sido apreendida em outro crime¹¹. Assim, com arma e carteira fornecidas pelo juiz, que represava processos de homicídios por anos em suas gavetas para arquivá-los por ausência de tempo para operacionalizá-los, um dos mais famosos matadores da época agia. Desnecessário dizer que foi absolvido no processo por falta de testemunhas.

Já Hélio Luz, convidado em 1991 pelo secretário de Segurança Nilo Batista, no segundo governo Brizola, para ser delegado do Departamento-Geral de Polícia da Baixada, impôs a condição de nomear os demais delegados e conseguiu mudar 16 deles. Não se sustentou no ano seguinte, ano eleitoral. Os resultados da sua atuação foram significativos, com redução expressiva das taxas de homicídios na Baixada, passando de 93,95/100 mil hab. em 1990 para 78,03 em 1991 e 69,95 em 1992. O mesmo se dando quando assumiu a Chefia da Polícia Civil do estado, reduzindo de 82,03/100 mil hab. em 1995 para 69,36, em 1996. Para Hélio, a redução dos homicídios estava diretamente associada à sua capacidade de interferir na nomeação de delegados vinculados ao esquema de execuções, que agiam associados ao poder político local. O que explica que sempre em anos de eleições municipais sua permanência nos cargos que ocupava tornava-se insustentável¹².

Amargo e ineficaz

Tânia Maria e Hélio Luz demonstraram a profundidade com que o esquema de execuções sumárias e os grupos de extermínio percolam o aparelho judiciário que, por sua vez, acoplase às estruturas do poder local. Ambos obtiveram resultados até o momento insuperáveis no combate a tal esquema, mas deixam também o legado do limite. Isso explica que, com a chegada dos matadores à chefia do Poder Executivo Municipal, também nos anos 90, pessoas como Tânia e Hélio tenham desaparecido da Baixada.

A eleição de dois dos mais destacados representantes dos grupos de extermínio da Baixada às prefeituras de duas das mais populosas cidades da região, que juntas somam quase 1 milhão de eleitores, confere aos anos 90 o amargo gosto da derrota. A não citação dos nomes, por motivos óbvios para um morador da região, permite avançar na análise e perceber suas implicações. Ambos dão sustentação a blocos de poder além da esfera local, reeditando a tradicional aliança entre os notáveis representantes da classe dominante nacional e a canalha assassina.

O primeiro, acusado por roubo de carga e venda para comerciantes que contratavam o serviço dos grupos de extermínio, elegeu-se nos anos 80 vereador e, na década seguinte, prefeito com mais de 60% dos votos. Por trás da popularidade, está o velho binômio clientelismo-violência - expresso na distribuição de alimentos em uma das regiões mais pobres do país, no uso de grupos de extermínio na intimidação eleitoral e na corrupção do processo de apuração. Processado, jamais foi condenado por ausência de testemunhas. Quando organizava sua participação no mapa político eleitoral nas últimas eleições municipais acabou assassinado com quase uma dúzia de tiros, no Rio de Janeiro, naquilo que a polícia chamou de tentativa de assalto. Um parente ligado a ele se elege para a prefeitura. Seu lema, apenas a vinculação ao defunto. Ao longo da administração, remanescentes do grupo de extermínio do qual fazia parte o falecido ampliam seu poder na esfera pública, cuja máquina torna-se imbatível.

O segundo implementa outra estratégia. Eleito vereador com base na limpeza que realizou no bairro onde morava, executando não só possíveis ladrões e bandidos como qualquer um que o contestasse, assumiu a Presidência da Câmara. Tendo acesso às máquinas da prefeitura, em troca do apoio e sustentação dados ao prefeito, ampliou sua já notória rede de clientelismo, realizando obras públicas de impacto. Em disputa interna à prefeitura, acabou envolvido na morte de um funcionário público. Pelo crime foi preso duas vezes. O processo continua a tramitar e hoje se encontra na mão de um juiz. A única testemunha do caso, após acusar, retirar a acusação e acusar de novo, permanece arrolada no processo, sem a certeza se irá manter as acusações. Quando prestes a ser julgado, elegeuse deputado estadual, ganhando imunidade parlamentar por quatro anos. Presidente do diretório local do seu partido, elegeu-se prefeito nas últimas eleições. Ao longo da sua administração, os significativos recursos do orçamento municipal foram empregados em extensas obras de maquiagem em bairros populares. Seu logotipo e lema foram divulgados em poderosa campanha publicitária com verbas públicas. Sua última investida publicitária com recursos públicos veio através de pesquisa de opinião veiculada por revista de caráter nacional, na qual sua popularidade é elevada a patamar jamais visto na história republicana.

Enquanto isso, 25 mil crianças, no mínimo, segundo o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação, com base na carência de professores na cidade, permanecem fora da rede escolar. A cidade inclui-se no topo do *ranking* mundial entre as que possuem a maior incidência

¹¹ Sobre este e outros casos nos quais atuou a promotora Tânia Maria S. Moreira ver de sua autoria: *Projeto: Procurando Eles*. Duque de Caxias, Mimeo. 1996. Transformado no livro: *Chacinas e Falcatruas*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris. 1999.

¹² Entrevista realizada em 18/12/1997.

de casos de hanseníase. Surtos de meningite e dengue prosseguem inalterados. O número de homicídios aumenta, colocando a cidade entre as mais violentas do país. O nível de poluição e de degradação do meio ambiente alcança graus ainda maiores, atingindo populações abandonadas à própria sorte perante uma publicidade de uma nova cidade que surge a partir da criação de indústrias, sem que haja fiscalização adequada pelos órgãos públicos.

Costura do crime

A riqueza da discussão sobre a violência na Baixada demonstra o quanto o aparelho do Judiciário, Legislativo e Executivo foram permeados pelas estruturas de poder local calcadas nas execuções sumárias, com seus beneficiados e dividendos eleitorais. Entende-se porque alguém em cargo de confiança no governo, na área de Segurança, não se mantém ao fazer denúncias contra a banda podre da polícia em ano eleitoral. Vereadores, deputados e prefeitos de um dos maiores colégios eleitorais do país estabeleceram suas bases de sustentação em grupos de extermínio e policiais vinculados a eles. Matadores presos precisam ser soltos em anos eleitorais e fazer serviços para candidatos que precisam solucionar problemas dos que lhe dão sustentação financeira em campanhas e que são, portanto, seus melhores cabos-eleitorais. Delegados indicados por esses políticos precisam ser mantidos juntamente com policiais que dêem cobertura a todo o esquema, de fraude, sumiço, controle e adulteração de processos à eliminação de testemunhas. Governadores precisam de deputados estaduais para aprovação de leis, sobretudo a orçamentária, e a respectiva aprovação de contas. Precisam também de prefeitos que, com o seu apoio, mantêm pelo clientelismo e pelo medo uma base eleitoral cativa. Deputados que estão diretamente vinculados ao aparato de execuções ou dele se beneficiam triangulam relações entre os Executivos municipais e estaduais, fortalecendo sua base de atuação.

Essa profunda raiz política da violência, oculta em todos os planos de segurança, acaba sendo a maior beneficiada quando se restringe a questão da democracia e dos direitos humanos à implementação de recursos para a atuação do aparato policial, transformado em área estratégica para qualquer política pública de segurança.

Tornam-se risíveis campanhas e manifestações contra a violência que se esgotam em catarses coletivas subjetivas e emocionais que não evidenciam em momento algum as reais dimensões e implicações da luta na questão. Não falo isso porque é mais fácil atirar pedra em quem faz, mas porque vivo debatendo a

questão na própria Baixada há muito tempo. Há alguns anos, havia receptividade em associações de moradores, igrejas, escolas nas discussões sobre as vinculações entre violência e poder político local. Hoje, deparo-me com jovens e adultos que revidam minhas denúncias com exemplos pessoais de benefícios feitos pelos matadores que chegaram ao poder. Afinal, o sujeito mata mas faz.

Exponho-me para revelar a tragédia daqueles que são submetidos a esse tipo de lógica. Colho cada vez mais o medo e as advertências quanto aos riscos de permanecer denunciando. Tenho um filho, gostaria de vê-lo crescer. Mas quantos nesta região perderam esse sonho? Por que tanta dor e sofrimento escondido por placas de obras, submissão e silêncio? É impossível não reconhecer que a entrada dos grupos de traficantes esquadrinhando toda a Baixada e rearranjando as formas do poder local amplia a mortalidade daqueles envolvidos em disputas e acertos, somando-se à estrutura de execuções já consolidada.

Suas relações com o aparelho policial e, por conseguinte, com a face do Estado na área da Segurança, desabona qualquer visão dos traficantes como construtores de um pára-Estado ou poder paralelo. Integrados, recobrem com mais uma instância de fragmentação e de submissão a população empobrecida e entregue à luta cotidiana. Uma população que, malgrado todo esse cenário, formula inúmeras respostas e alternativas. Estabelece comportamentos de resistência que vão da solidariedade pessoal e familiar à participação em diferentes grupos, com destaque para os religiosos. Espaços que, por sua vez, não estão isentos da disputa por parte dos já estabelecidos no poder local à procura da legitimidade que o campo político não mais confere.

A relação entre a Baixada novo pólo de desenvolvimento industrial e a Baixada dos maiores índices de homicídios do país; dos condomínios e shopping centeres e das áreas favelizadas; do asfaltamento e pintura dos espaços públicos e da precariedade da saúde e educação indica algo mais complexo do que simplesmente a lógica de ruptura e exclusão entre extremos. A convivência e a forma como as relações se dão são trabalhadas pelos projetos de poder atualizados em práticas políticas. O International Business Park e o matador que se elege fazem parte do mesmo projeto, com suas contradições e matizações. O desafio colocado é como caminhar em outro projeto, completamente oposto, no qual a tragédia não nos imponha o cinismo do medo e da banalização. Para isso, a politização do debate sobre a violência é necessária. A atuação neste campo, por mais árdua que seja, é imprescindível.

*José Cláudio Souza Alves

Sociológo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desde 1984, estuda a Baixada Fluminense, onde é ativista e morador. Autor da tese História da Baixada: dos coronéis aos grupos de extermínio João A. Sucupira*

Oque revelam os loalango os oldalango o o lbase lançou em ju pela divulgação do bal

O Ibase lançou em junho de 1997 a campanha pela divulgação do balanço social (BS) das empresas. Foi a última campanha lançada por Betinho. Hoje essa é uma realidade comprovada pelo au-

mento significativo no número de empresas que passaram a divulgar seus balanços sociais, principalmente no modelo proposto pelo Ibase.

Nos últimos dois anos, muitas empresas tornaram públicas suas ações sociais em documentos denominados Balanço Social, Relatório Social, Ações Sociais, ou mesmo em um tópico de destaque quando da publicação de suas demonstrações contábeis e financeiras. Segundo levantamento realizado pelo Ibase, 69 empresas divulgaram o BS em 1998 e, dentre as 44 que o realizaram pela primeira vez, 22 fizeram segundo o modelo sugerido pelo Instituto. Hoje, esses números estão perto de serem duplicados. Mas o que revelam?

Até junho deste ano, 40 empresas haviam divulgado seus BSs (1999/98) no modelo proposto pelo Ibase. O número não parece ser animador, porém se lembrarmos que ao final de 1998 apenas três empresas tinham ousado publicar as cifras relativas às suas ações sociais, vemos que o crescimento foi significativo.

Ousadia talvez seja a palavra mais adequada para expressar o ato de publicar o BS nos jornais, já que o modelo Ibase – pela simplicidade de apresentação e pelo fato de ser quantitativo – possui a característica de ser revelador, o que o diferencia daqueles balanços sociais em que empresas relatam suas ações sociais apenas com textos promocionais e fotos bonitas. Não queremos aqui discutir as vantagens do modelo, mas apenas ressaltar que as empresas que estão

aderindo à campanha, além de todos os aspectos positivos inerentes à publicação de ações sociais, estão contribuindo para valorizar o BS como um instrumento importante de prestação de contas das ações empresariais no campo social e ambiental.

De qualquer modo, se o número de empresas ainda não é grande, as 40 que publicaram o BS representam receitas de R\$ 124,3 bilhões, cerca de 10% do PIB brasileiro (soma de todos os bens e serviços produzidos em um ano). Estamos tratando de companhias líderes em suas áreas de atuação com forte impacto em termos de efeito multiplicador. Grandes empresas como o Banco Itaú – maior banco do Brasil pelo critério do patrimônio líquido – e o Grupo Pão de Açúcar – maior empregador privado do Brasil – divulgaram seus BSs no modelo Ibase. Espalhadas de norte a sul do país, elas respondem por cerca de 320 mil empregos diretos. Na relação encontram-se empresas dos seguintes setores:

- industrial (Azaléia, Belgo-Mineira, Crecisa, Inepar, Marisol, SAR, Usiminas, Votorantim Papel e Celulose);
- mineração (Vale do Rio Doce, Mineração Brasileiras Reunidas-MBR);
- elétrico (Light e diversas do grupo Eletrobras);
- financeiro (Banco do Brasil, Banco Itaú e CEF);
- telemática (Alternex e Brasil Telecom);
- comércio varejista (Grupo Pão de Açúcar, Seganor); e
- fundos de pensão (Petros e Previ).

Já que citamos os fundos de pensão, cabe um esclarecimento que nos deixa otimistas quanto à adesão de novas empresas à campanha pela divulgação do BS. Caso fossem contabilizadas cada uma das companhias nas quais os fundos de pensão (Petros e Previ) possuem participação acionária, hoje poderíamos dizer que há mais de cem empresas potencialmente capacitadas para divulgar o BS no modelo Ibase, pois a metodologia adotada pelos Fundos foi a de apresentar o BS consolidado a partir dos gastos empresariais, com base na proporcionalidade de sua participação acionária. Nosso otimismo baseia-se também no fato de que a direção da Previ está pressionando as companhias nas quais possui participação acionária a divulgarem o BS de forma isolada como já fazem a Inepar, Votorantim e outras.1

Colaboradores diretos

Em um mundo onde as empresas agregam rapidamente os avanços tecnológicos e competem no mercado global, a busca pela maior produtividade passa pela existência de empregados saudáveis (saúde e alimentação), motivados (participação nos lucros e previdência privada) e pelo aprimoramento educacional de seus empregados (educação). Como se sabe, uma empresa que trata com dignidade seus empregados cria um ambiente interno mais saudável e atrai e mantém empregados qualificados e motivados.

A simples comparação da média dos valores gastos pelas empresas nas áreas destacadas acima nos revela um dado preocupante em relação ao gasto em educação. É interessante notar que os empresários em geral admitem que falta pessoal qualificado na escala demandada pela nova economia e costumam falar da necessidade de se investir em educação. Era de se esperar, portanto, que as companhias investissem bastante na formação de seus empregados. No entanto, o que os números dos BSs mostram é uma realidade bem diferente. Em 1999, comparando-se a despesa média por empregado em previdência privada, saúde, participação nos lucros, alimentação e educação, percebe-se que nesse último os valores são relativamente baixos.

Essa realidade chama mais atenção porque o modelo não discrimina o tipo de gasto em educação. Não há separação do treinamento típico para aumento das habilidades do empregado (capacitação e desenvolvimento pro-

fissional), e o consegüente aumento de produtividade, e aquele que poderíamos classificar como educação para cidadania o gasto em educação que não está diretamente ligado com a produção do bem ou serviço comercializado pela empresa.

Media do gasto das 40 em em R\$ por empregado/a	
Previdência Privada	2.936
Saúde	1.956
Alimentação	1.549
Part. nos Lucros	1.411
Educação	502

Ainda que se possa alegar que muitas empresas possuem programas internos de capacitação, que nem sempre são devidamente computados como educação, por terem certas despesas classificadas em rubricas diferentes, os valores são relativamente muito baixos. São apenas R\$ 502 por empregado/ano em uma despesa média de R\$ 40.570,00 de folha de pagamento bruta por empregado/ano. Confrontando o gasto em educação com a folha de pagamento bruta também encontramos um percentual baixo.

¹ Para compor o BS de 1999, a Previ convidou 101 empre-sas nas quais a Fundação detinha participação acionária, sendo que 96 manifestaramse positivamente e forneceram dados relativos ao seu desem-

Dentre as empresas que divulgaram o BS no modelo Ibase e investiram mais de R\$ 1 milhão em educação com seus empregados, a Cia Vale do Rio Doce apresentou, em 1999, a melhor relação. Veja a lista das dez mais.

Relação entre o gasto em educação e a folha de pagamento bruta – Em mil R\$					
Empresa	Educação	Folha de Pagamento Bruta	%		
Vale do Rio Doce	17.000	291.000	5,8		
Pão de Açúcar	14.855	458.137	3,2		
Escelsa	1.983	65.993	3,0		
Votorantim Celulose	2.243	92.425	2,4		
Brasil Telecom	3.610	204.607	1,8		
Eletrobras	1.519	92.423	1,6		
MBR	1.100	69.700	1,6		
Belgo-Mineira	4.419	300.891	1,5		
B. Itaú	34.471	2.285.707	1,5		
Furnas	4.609	315.849	1,4		

Mulheres no mundo do trabalho

O modelo de BS do Ibase registra a preocupação com a diversidade de gênero no mundo das organizações. Neste tópico, pouco mais de 1/4 das empresas (12) informou o contingente de trabalhadoras, o que demonstra certa resistência em tratar a questão no âmbito das corporações empresariais. Os dados disponíveis revelam que as mulheres já representam cerca de 35% da força de trabalho das empresas, um pouco abaixo do que divulgou a revista Exame, na sua última edição das 500 Melhores e Maiores. Segundo a revista, a mulher vem ampliando sua presença no mercado de trabalho nos anos 90, passando de 35,6% da população economicamente ativa, no início da década, para 40,7% em 1998.

Significativo também é o dado que revela o percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres. Para alguns um indicador até mais importante do que o total de mulheres, já que independe do setor onde opera a empresa. O quadro é o seguinte:

- seis empresas apresentaram percentual abaixo de 4%;
- uma apresentou percentual de 10%;
- quatro disseram que 20% dos cargos de chefia são preenchidos por mulheres; e
- apenas uma (Marisol) alcançou a casa dos 40%.

Em resumo, além de resistirem a fornecer os dados, apresentarem forte concentração de homens nos cargos de chefia, sabese também que os homens tendem a receber salários mais elevados do que as mulheres.

Comunidade/meio ambiente

A responsabilidade social corporativa é entendida como uma atitude ética do empresariado visando melhorar a qualidade de vida não só de seus empregados, mas também da comunidade local onde a empresa está inserida e da sociedade. Com base nos balanços sociais divulgados, como tem sido a contribuição das empresas no campo social?

As empresas têm procurado expandir suas ações sociais nas comunidades onde estão localizadas, implementando ou apoiando organizações da sociedade civil em diversos projetos principalmente nas áreas de educação, saúde e saneamento, alimentação e recursos para a área de meio ambiente. Os investimentos em cidadania que incluem, além dos gastos nas áreas mencionadas, os gastos em creche e esporte e lazer, somaram nos dois últimos anos uma média anual de R\$ 500 milhões. Os dados levantados mostram crescimento significativo em praticamente todas as áreas.

Investimentos na cidadania Crescimento % do gasto					
	1998	1999			
Educação	66,9	64,3			
Saúde e Saneamento	-39,0	40,6			
Habitação	-	-19,6			
Alimentação		285,9			
Meio Ambiente	58,5	92,0			

É claro que ainda é cedo para concluirmos que o conjunto das empresas está assumindo devidamente sua responsabilidade social corporativa. Os dados são precários e não temos uma série histórica para uma análise mais consistente. Em algumas áreas são poucas as empresas que informam seus gastos. Por exemplo, das 40 empresas, apenas 7 informaram os valores gastos em auxílio-creche. Algo espantoso, já que a legislação obriga que as empresas com mais de 50 empregadas mantenham internamente uma creche ou paquem o auxílio a seus empregados. No período 1998/ 99, em média 20 delas informaram que possuem programas de previdência privada e que pagaram participação nos lucros.

Estamos no começo de uma campanha e seus resultados devem aparecer paulatinamente porque dependem essencialmente de mudança de postura. E, embora isso não aconteça de repente, muitos empresários estão percebendo que a opinião pública espera das empresas um comportamento ético. Além de qualidade e preço baixo, as pessoas querem produtos de empresas que respeitem o meio ambiente, que não utilizem o trabalho infantil e que se comprometam com projetos de apoio a comunidades carentes.

Nunca se falou tanto em ética empresarial como atualmente. Hoje já se pode falar na tendência de um mercado de gente mais consciente que exige esse tipo de atitude por parte das organizações. Portanto, quanto mais compromissada com valores éticos uma empresa se mostrar, mais as pessoas vão confiar nela e mais benefícios auferirá a partir de relações sólidas com todos os agentes participantes do processo produtivo.

Cada vez se torna mais verdadeira a idéia de que a reputação de integridade é um patrimônio de valor inestimável e afeta o desempenho da empresa. Assim, diversas empresas vêm construindo uma imagem socialmente responsável na tentativa de diferenciar-se de seus concorrentes e conquistar a fidelidade dos consumidores para seus produtos e com isto aumentar suas vendas. É claro que o impacto da conduta ética sobre o desempenho de uma empresa não é imediato e em certos casos pode levar um certo tempo para ser percebido. De qualquer forma, já existem estudos mostrando que há uma relação positiva entre o envolvimento social corporativo e o desempenho econômico. E se a boa conduta empresarial gera benefícios maiores do que os custos relativos, a divulgação do BS cumpre também essa finalidade que é a de explicitar para o público a postura ética da empresa em relação à sociedade.

Cabe então um esforço continuado no sentido de aperfeiçoar o BS para que ele se torne efetivamente um instrumento de gestão e de divulgação pública das ações sociais empresariais.

En	npresas que se destaca	ram (gasto e	m R\$ por empregado)	
	199	8	1999	
Alimentação	Eletropaulo	4.030	Eletrobras	3.550
	Brasil Telecom	3.209	Copel	3.300
	Banco do Brasil	2.930	Banco do Brasil	2.980
	Eletrobras	2.870	Brasil Telecom	2.940
	Copel	2.830	Furnas	2.870
Previdência	Furnas	14.660	Furnas	8.840
Privada	Eletropaulo	14.010	Banco do Brasil	8.050
	Banco do Brasil	8.610	Eletrobras	6.380
	Copel	8.350	Eletronuclear	5.160
	Eletronuclear	5.620	Usiminas	4.850
Saúde	Furnas	6.110	Eletronuclear	8.080
	Eletropaulo	4.580	Furnas	6.100
	Eletrobras	3.680	Eletrobras	4.540
	Eletronuclear	3.620	Banco do Brasil	4.070
	Eletronorte	3.200	Copel	3.060
Educação	Embrapa	1.770	Vale do Rio Doce	1.580
	Vale do Rio Doce	1.550	Eletrobras	1.700
	Eletrobras	1.420	Escelsa	1.260
	Eletronorte	1.270	Furnas	1.110
	Furnas	1.210	Cia.Nac. En. Elétrica	960
Participação	Escelsa	4.980	Escelsa	4.100
nos lucros	Furnas	3.140	Furnas	3.990
	Vale do Rio Doce	3.010	Vale do Rio Doce	3.910
	Light	2.800	Eletrobras	3.360
	Eletrobras	2.790	Banco Itaú	3.210

Novo modelo

No início da campanha pela divulgação do BS nosso desafio era levar aos empresários a idéia da divulgação do BS. Uma das estratégias utilizadas foi a de apresentá-lo como um instrumento de gestão empresarial capaz de medir as ações sociais vinculadas à empresa, tanto no seu interior como à sua volta. Criamos um modelo de apresentação dos dados suficientemente simples para permitir que qualquer empresa, independentemente de seu

tamanho, pudesse elaborar e publicar seu BS sem incorrer em custos proibitivos. Depois de três anos estamos diante de um novo desafio, que é o de aperfeiçoar esta forma de captar as ações sociais das companhias. E, para aperfeiçoá-la, estamos seguindo o mesmo caminho que percorremos inicialmente: a consulta a todos os interessados.

Assim, consultores, pesquisadores de ONGs e empresários vêm dando importante contribuição para que o novo modelo incorpore novas informações relevantes ao

SOCIA 	cial Ar	nual –	2000	Amail	architet a Bresilein architet a Bresilein arca Santula a Luca	ode storicus
1) Base de Cálculo		2000			1999	anta)
Receita Liquida (RL) Resultado Operacional (RO) Folha de Pagamento Bruta (FPB)	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
2) Indicadores Laboriais	Valor	%Sobre	%Sobre	Valor	%Sobre	%Sob
Alimentação Encarços sociais compulsórios Previdência privada Saúde Segurança e medicina no trabalho Educação Cultura Capacitação e desenvolvimento profissional Creches ou auxilio-creche	(RS)	FPB	RL	(RS)	FPB	RL
Participação nos lucros ou resultados Outros			<u> </u>			
Total - Indicadores Laboriais						
3) Indicadores Sociais	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (RS)	%Sobre RO	%Sobi RL
Educação Cultura Saude e saneamento Habitação Esporte Lazer e diversão Creches Alimentação Outros Total das Contribuições para a Sociedade Tributos (excluidos encargos sociais) Total – Indicadores Sociais 4) Indicadores Ambientais Relacionados com a operação da empresa Em Programas e/ou projetos externos Total dos Investimentos em Meio Ambiente 5) Indicadores do Corpo Funcional N° de empregados ao final do período N° de empregados terceirizados N° de empregados terceirizados N° de empregados terceirizados N° de empregados terceirizados						
N° de empregados acima de 45 anos N° de mulheres que trabalha na empresa						-
% de cargos de chefía ocupados por mulheres Nº de negros que trabalha na empresa % de cargos de chefía ocupados por negros Nº de empregados portadores de deficiência						
6) Informações Relevantes quanto ao Exercicio da Cidadania . Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	empresarial	(7/9)	<u> </u>			<u>Amerikan</u>
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	() todos o empregado
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	() pela direção	() direção	() todos os	() pela	() direção	() todos o
foram definidos: A participação nos lucros ou resultados contempla:	direção () direção	e gerências () direção e gerências	() todos os	direção () direção	e gerências () direção	empregado () todos o
Na soleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	empregados () são exigidos	() não são considerados	e gerências () são sugeridos	() são exigidos
Quanto à partícipação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	() organiz e incentiva
7) Outras Informações						
Apoio:				Ē		

exercício da cidadania empresarial. O modelo apresentado a seguir ainda não é o definitivo, pois o processo de consulta só terminará em dezembro. Até lá o BS 2000 estará exposto no site do Ibase para que todos possam criticá-lo e propor mudanças. Somente ao final desta consulta pública consideraremos finalizado o processo de aperfeiçoamento do BS.

Algumas sugestões já incorporadas merecem destaque. Nos Indicadores Laboriais incluímos três itens: segurança e medicina no trabalho; cultura; e capacitação e desenvolvimento profissional. Antes, os dois últimos estavam incluídos em educação. Na verdade o que se pretende é diferenciar o gasto em incentivo ao ensino regular, bolsa de estudo e em eventos culturais (teatro e outras manifestações artísticas), que não estão diretamente ligados à atividade da empresa, como é o caso de capacitação e desenvolvimento profissional. Nos Indicadores Sociais, da mesma forma, separamos cultura de educação e esporte de lazer e diversão. Também aqui a justificativa é discriminar melhor a natureza das ações sociais, principalmente quanto ao financiamento às atividades esportivas.

Nos Indicadores Ambientais mantivemos a separação entre gastos relacionados com a operação da empresa e em programas/projetos externos. As sugestões concentraram-se basicamente no que deve ser incluído em cada uma delas, por exemplo, programas de educação ambiental. Nos Indicadores do Corpo Funcional incluimos quatro dados: número de negros(as) que trabalham na empresa, o percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as), número de empregados(as) com idade acima de 45 anos e o número de empregados(as) terceirizados(as).

Finalmente, as inclusões que procuram identificar o grau de evolução da consciência ética dos empresários(as), por exemplo, se a companhia não se envolve, apóia ou organiza e incentiva a participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, ou se os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos apenas pela direção ou se teve a participação dos gerentes e até mesmo dos empregados(as).

*João A. Sucupira Economista, coordenador de Transparência e Responsabilidade Social do Ibase

·Valor de contr ()R\$ 30,00	()R\$ 50,00 ()R\$ 100,0	00 ()Outro R\$
·Contribuição e .Dados pessoais	ventual no valo :	r de R\$	
Nome:	SAUTE TO STATE OF STA	i zako	CIC:
Endereço:	9 3		CEP:
Cidade:		UP:	Tel.:
Fax: Area de interes Tomei conhecime	e.mail: se: nto do Círculo	Ocupac	Mascimento:/ ao/Profissão: do Ibase através de:
Data://_	Assinatura		
CEP 20148	900 – Rio de Ja:	neiro – Ro	– 8° andar – Centro J – Tel.: (21) 509-0660 ibase@ibase.br

A LINHA DA VIDA



(21)509 0550

Este é o telefone do Ibase, instituição criada por Betinho, que atua na luta contra a fome e na defesa da vida. E o Ibase está à procura de amigos. Pessoas especiais e comprometidas com a cidadania e a solidariedade. Se você acredita que só a participação cidadã é capaz de mudar um país, entre para o Círculo de Amigos do Ibase. Através de sua contribuição estará ajudando a construir uma sociedade mais justa e muito mais feliz. E receberá em sua casa informações sobre projetos e campanhas de fortalecimento da democracia brasileira. Ligue e participe.





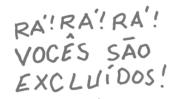
LICIS - NORTON

Townshop Garmein.

última página

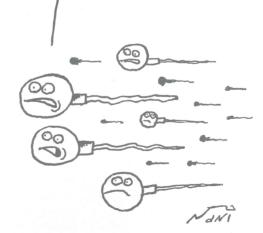
Nani







VOCÊ TAMBEM. VAI NASCER NO BRASIL, IDIOTA!



e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia. Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação; com toda autonomia e independência, das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas estimulando a participação cidadã. Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

A agenda da revista Democracia Viva é ampla

